

Dezembro de 2023

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbaniso e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain,
João Domingos
Massomba Dominique
Moisés Festo
Amilcar Salumbo
Cupi Baptista

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
Rooftops Canada - Abri Internacional
Global Affairs Canada
International Development Research Centre
USAID
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 Director do FAS preocupado com a “migração” nas aldeias	1
1.2 Antigos combatentes exigem aumento significativo da pensão de sobrevivência em 2024	1
1.3 Cesta básica re(mexe) bolso de consumidores e fome aperta	2
2. MICROFINANÇA	3
2.1 Gestores apontam informalidade entreve para concessão de crédito	3
2.2 Crédito à agricultura atingiu mais de 550 mil milhões	4
3. MERCADO INFORMAL	5
3.1 Executivo está a finalizar projecto de lei para táxis personalizados	5
3.2 Obras do mercado municipal 11 de Novembro em fase conclusiva	6
3.3 FIDA com 90 milhões USD para programa de pesca artesanal	6
3.4 Gestores apontam informalidade entreve para concessão de crédito	7
3.5 SIC detém taxistas por encurtamento de rotas e aumento da tarifa de 150 para 300 kwanzas	8
3.6 Governo prevê instalar um sistema integrado para fiscalizar embarcações	10
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	11
4.1 Por cada 1.000 Kz do Orçamento do Município 700 kz vão para os comités de gestão	11
4.2 OGE 2024 prevê medidas para fortalecer o rendimento das famílias e dos trabalhadores	13
4.3 OGE 2024 é sustentável, protege as famílias e incetiva as empresas	14
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	16
5.1 Executivo reafirma o compromisso com a instauração do poder autárquico	17
5.2 Mais de mil projectos do PIIM foram concluídos até ao momento em todo o país	17
5.3 Por cada 1.000 Kz do Orçamento do Município 700 kz vão para os comités de gestão	20
5.4 País vai passar a ter 20 províncias e 325 municípios no ano de 2025	21
5.5 Nova divisão administrativa visa acabar com as assimetrias	23
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	26
6.1 Que reabilitação chegou ao município do Cazenga	26
6.2 Nova Cimangola exporta 40 mil toneladas/mês para África e América	26
6.3 Preços dos materiais de construção voltam a subir	27
6.4 Pelo menos 1500 imóveis sem rasto de comercialização e titularidade	27
6.5 Moradores do Mayé Mayé aproveitam espaços dos quintais para criar hortas	28
6.6 Crédito concedido ao abrigo do Aviso 10 cresceu 17 por cento nos últimos 18 meses.	31
6.7 Condomínio Vila Lisboa: Moradores acusam direcção de incumprimentos contratuais	31
6.8 Programa de autoconstrução dirigida pode reduzir o défice habitacional	32
7. TERRA	34

7.1	Construções nas linhas de água preocupam as equipas técnicas	34
7.2	Luanda vai ter cinco mil ecopontos	34
8.	SERVIÇOS BÁSICOS	36
8.1	Governo de Luanda adquire meios para limpar as praias	36
8.2	Angola diagnóstica 12 milhões de casos de malária e cerca de seis mil mortes	36
8.3	Plano de acção do Conselho Nacional de Águas para os próximos cinco anos é apreciado hoje	38
8.4	Acesso à água potável e electricidade	38
9.	GÉNERO E VIOLENCIA	40
9.1	Angola elege representante da Rede de Mulheres Líderes	40
9.2	Crime em alta em Cacuaco	40
9.3	Dez dias de um Sambizanga sem o som do apito nas ruas	41
9.4	Turma do Apito acredita numa restauração e reativação do grupo	42
9.5	Ministério do Interior aposta no reforço de medidas contra a criminalidade	42
9.6	“Os níveis de criminalidade conheceram, durante o ano, um decréscimo considerável”	43
10.	AMBIENTE	45
10.1	Chuvas com saldo de 100 vítimas mortais em todo o país	45
10.2	Construções nas linhas de água preocupam as equipas técnicas	45
10.3	Chuva intensa provoca desabamento de casas	45
10.4	Luanda vai ter cinco mil ecopontos	45
10.5	Setecentos mil pés de mangais vão ser plantados na orla costeira do Soyo	46
10.6	Gestão e sustentabilidade ambientais precisa de 8,8 mil milhões de dólares/ano	48
10.7	Governo da Província de Luanda cria centros para acolher vítimas das chuvas	49
10.8	Luanda regista nove mortes em consequência da chuva	52
10.9	Siderúrgica do Cuchi prepara 25 mil toneladas de ferro gusa para exportar	52
10.10	Garimpo de ouro em Buco-Zau contamina águas do rio Luali	53
10.11	Governo provincial planta seis mil árvores	56
10.12	Viana cria condições técnicas para mitigar danos das chuvas	57
10.13	Distrito Urbano do Sambizanga conta com mais seis mil acácias	58
10.14	Transbordo do rio Dande deixa 12 famílias ao relento	59
10.15	Chuva provoca dez mortes em Luanda e em Cabinda	60
10.16	Mais de 60 turistas e potenciais investidores visitam Okavango	61
II.	INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA	63
11.1	China é um parceiro fiável para o desenvolvimento sustentável de Angola	63
11.2	Peso da exportação de crude para a China a cair desde a guerra na Ucrânia	64
11.3	UCAN destaca vantagens da parceria entre Angola e china	65
11.4	Angola e China fortalecem as relações	65
11.5	Angola e China assinam acordo para estimular desenvolvimento no país.	66
11.6	"A África precisa de um parceiro forte e esse parceiro forte é a China"	67
11.7	Angola quer mais investimento chinês em Pólos de Desenvolvimento	70
11.8	Siderúrgica do Cuchi prepara 25 mil toneladas de ferro gusa para exportar	70

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Director do FAS preocupado com a “migração” nas aldeias

Jornal de Angola
4 De Dezembro de 2023
Texto: Winnie António

Belarmino Jelembi considerou, igualmente, como um problema para a implementação do Kwenda a irregularidade da rede de telefonia móvel e do sistema bancário, assim como a logística e a falta de segurança nos pagamentos em dinheiro.

"No momento de concepção do projecto, a ideia era distribuir cartões multicaixa aos beneficiários, mas rapidamente tivemos que inverter o quadro porque o Kwenda foi desenvolvido para ajudar as famílias em situação de vulnerabilidade extrema, sobretudo nos municípios rurais e estes, na maioria, não possuem contas em bancos comerciais", explicou.

Apesar dos obstáculos, disse, actualmente o programa permitiu cadastrar 1.138.707 pessoas e já beneficiou 822.433 pessoas, em 84 municípios, 289 comunas e 13.681 bairros e aldeias. "O que representa um nível bastante significativo de expansão, alcançado com o apoio das administrações municipais".

Inicialmente, explicou, se fazia o cadastramento e toda a operação era realizada a nível central, mas, actualmente, a descentralização do processo tem permitido efectuar o cadastramento, registo e validação dos beneficiários através das bases regionais de apoio, criadas para facilitar o projecto.

Acompanhamento à pessoa com deficiência

Ainda no quadro do Kwenda, Belarmino Jelembi elogiou a experiência urbana da província de Cabinda, onde foram beneficiadas 6.080 pessoas com malformação congénita e doenças crónicas específicas. Sem avançar números, disse que várias pessoas portadoras de albinismo também têm sido apoiadas.

I.2 Antigos combatentes exigem aumento significativo da pensão de sobrevivência em 2024

Jornal O PAÍS
15 De Dezembro de 2023
Texto: Neusa Filipe

A pesar de não ter sido adiantado o valor a ser incrementado, a ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa, deu recentemente garantia de que o Orçamento Geral do Estado para 2024 traz verbas para o aumento da pensão dos antigos combatentes e veteranos da pátria.

Actualmente, a pensão dos antigos combatentes e veteranos da pátria esta fixada em 23.mil kwanzas, valor que tem sido fortemente contestado pelos associados, devido ao elevado custo de vida no país e das inúmeras dificuldades a que passa esta franja da sociedade,

Recentemente, o. Ministério da Defesa Nacional, Antigos Comba- tentes e Veteranos da Pátria reforçou anúncio do Ministério das Finanças, avançando que passara a ser pago um novo valor da pensão de mérito dos antigos combatentes e veteranos da pátria, a partir do mês de Janeiro de 2024. o secretário de Estado para os Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Domingos André Tchikanha, revelou, na ocasião, que o aumento da pensão esteve pendente a um processo de cadastramento e prova de vida que desmantelou cerca de noventa mil pensionistas "fantasmas". Domingos' André Tchikanha, que revelou que, das mais de 163 mil pessoas cadastradas e submetidas a prova de vida, apenas 66 mil podem ostentar o título de antigo combatente e veterano da pátria.

Os dados, segundo o secretario de Estado, resultam desse processo de cadastramento e prova de vida de antigos combatentes veteranos de guerra, lançado em 2019, e que ficou concluído em Dezembro de 2022.

Os antigos combatentes vivem em de abandono

O presidente da Associação dos Antigos Combatentes das ex-FAPLAS (ASCOFA), António Marcolino, falou, em entrevista a este jornal, das lamentações e reclamações que recebe diariamente vindas dos associados de todo o território nacional.

Ligada ao Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria e ao Movimento Popular

Inclusão Produtiva

Belarmino Jelembi informou que até o mês de Junho deste ano, 25.324 agregados familiares participaram em acções de inclusão produtiva, em que 16.924 foram beneficiários directos dos quais 10.526 são mulheres.

"O objectivo é inserir e impulsionar as actividades geradoras de rendimento entre as pessoas ou agregados familiares em situação de pobreza e vulnerabilidade económica social, que se encontram em idade activa", disse.

1.3 Cesta básica re(mexe) bolso de consumidores e fome aperta

Novo Jornal

22 De Dezembro de 2023

Texto: Hortécio Sabastião

O ano que agora está prestes a terminar foi marcado pela subida dos preços dos produtos que integram a cesta básica. O custo dos alimentos sofreu várias alterações, ao contrário dos salários da generalidade dos cidadãos que continuaram "magros", desprovidos do poder de compra para contrariar a alta de preços.

A partir de Janeiro, o valor dos bens essenciais de consumo, especialmente no principal mercado do país, Luanda, viu-se quase duplicado, mas a entrada em operações da Reserva Estratégica Alimentar veio atenuar os preços, mas, devido à escassez de divisas para importar os bens, voltaram a disparar.

Nesse sentido, ao longo do ano, os consumidores não deixaram de reclamar pelo aumento exorbitante dos custos dos produtos que a cada dia sofreram alterações, deixando as donas de casa com cada vez menos alternativas para obter os bens para assegurar a dieta diária das famílias.

O salário mínimo fixado em 32 mil Kz, em vigor desde Fevereiro de 2022, se repartido por 30 dias, apenas serviria para gastar 1.067 kwanzas diárias.

Nos diferentes estabelecimentos comerciais que a NJ visitou constatou que os alimentos eram os bens mais procurados, especialmente, nos finais de cada mês, onde para unanimidade os consumidores revelaram-se insatisfeitos pelas escassas compras feitas, mesmo com poucos recursos financeiros.

Por exemplo, a caixa de coxa de frango "USA", de 10 quilogramas custa, agora, entre 13.600 Kz e 17.400 Kz, quando em Janeiro valia entre 7.500 e 8.000 Kz, na generalidade dos armazéns, enquanto a caixa de peixe (carapau) de 30 quilos se fixou entre 36 mil e 45 mil kwanzas, ao passo que no princípio do ano era vendida entre 25 mil e 35 mil Kz.

Ainda em Janeiro, o saco de arroz de 25 quilogramas da marca "Uncle Sam" custava 7 mil kwanzas, actualmente é vendido ao público consumidor a 19.500 Kz, depois de há um mês ter subido até 23 mil Kz.

A lata de leite, o litro de óleo de soja, o quilograma de açúcar, foram outros produtos que os consumidores deixaram de adquirir em largas quantidades, visando alcançar maior poupança.

Comerciantes retalhistas e grossistas, contactados por este semanário, reconheceram que os preços subiram quase diariamente junto dos fornecedores e, por isso, não viam outra alternativa senão aumentar, também, os preços dos produtos, com intuito de assegurar os lucros. No entanto, a ansiada baixa de preços altos dos bens essenciais de consumo parece tardar a chegar, mas crê-se que no próximo ano seja consumada.

2. MICROFINANÇA

2.1 Gestores apontam informalidade entre para concessão de crédito

Jornal Economia e Finanças

8 De Dezembro de 2023

Texto: Waldina de La.ssaete

A informalidade dos agentes económicos ainda é um entrave para a concessão e crédito, por não permitir confiança no retorno do financiamento.

Esse foi um dos destaques apontados por especialistas do sector bancário no painel O papel dos bancos na promoção da diversificação da economia em Angola, durante o 12º fórum Economia e Finanças realizado pela Associação Angolana de Bancos (ABANC)

Ao intervir, o presidente do Conselho Executivo do Banco Millennium Atlantico, Miguel Alves; reforçou que "por mais que haja boa intenção por parte dos bancos e impossível fazer financiamentos em entidades que não tem capacidade de ter a formalização de um processo de crédito, aumentando assim o nível de risco.

Este processo, frisou, exige ter contas e equipas de gestão eficientes e é espantoso o número de empresas que não fazem o planeamento de tesouraria.

Miguel Alves revelou que muitas empresas não fazem este procedimento, sendo que, os bancos, não podem conceder crédito sem conhecer o risco a assumir e "há todo um conjunto de aspectos que são fundamentais para melhorar a matriz de risco, e isso vai, seguramente, aumentar o nível de envolvimento dos bancos no financiamento da economia dos agentes privados".

Muita desta materialização ou da mitigação de risco, explicou, faz-se pela consolidação das cadeias de valor. Quando se fala de um processo de diversificação económica, e um processo de construção de novas indústrias, e, neste processo existem riscos sistémicos em cada uma das cadeias de valor, continuou.

Citou como exemplo o caso do sector da indústria agroalimentar, em que o banco para perceber se pode tomar risco num determinado projecto que esteja mais focado na fase produtiva da cadeia de valor, tem que também entender se a cadeia de valor está estruturada e tudo isso afecta o risco do projecto".

Incumprimento no crédito bancário

No debate, sem muitos detalhes, a administradora Executiva do Banco Angolano de Investimento (BAI), Irisolange Verdades, denunciou a existência de muitos incumprimentos por parte de credores, facto que, resulta na resistência dos bancos a concessão de créditos, "os bancos hoje ainda estão um pouco a versar aos riscos".

Segundo a responsável, as pessoas quase que desresponsabilizam-se do serviço da dívida sendo esta a maior dificuldade para as instituições bancárias quanto a concessão de créditos, pois o factor confiança conta muito.

" O banco e confiança, estamos a tratar dos depósitos dos clientes e não pode ser desembolsado de uma forma irresponsável, neste momento os bancos são o sistema circulatório da economia e com isto acabamos por mostrar uma resistência na concessão de créditos".

Referiu que um dos pontos que mais fragiliza a actualidade dos bancos para a diversificação da economia prende-se com o facto de incumpridores que se aproveitam "sempre" das aberturas que o Governo dá para alavancar a economia e se os bancos não estiverem preparados acabam por cair no mesmo erro, acabando por fragilizar a outra franja que de facto estão dispostos a trabalhar.

" Os bancos têm feito o seu papel, e o banco BAI durante os 27 anos de existência sempre concedeu crédito a economia e neste período têm feito alterações aquilo que são os requisitos para a aquisição de crédito adequando cada vez mais as fichas técnicas às necessidades dos agentes.

Actualmente, informou, há exigências por parte do regulador que naturalmente os bancos passam aos clientes para o cumprimento e de acordo com Irisolange Verdades o BAI têm feito um trabalho de aproximação dos agentes de forma a tentar apoiar ao máximo, porém alertou para a necessidade de existir uma associação de apoio aos pequenos empresários.

Mais confiança

Por seu turno, o economista Precioso Domingos, defendeu que quando existe um ambiente de negócio adequado, são os bancos que vão atrás das pessoas para a concessão de crédito,

Na sua visão e preciso que se faça uma análise para que se perceba o fenómeno que inibe os bancos a não concederem créditos no país.

"Vamos resolver os problemas que estão por tras do não activismo dos bancos em ir atras

dos privados para conceder 0 crédito . Vamos sempre atribuir a questão da não concessao do erédito aos bancos se nao se perceberem os problemas estruturais que estao por tras", frisou.

Para Precioso Domingos deve se ter em conta que nao se pode ter uma banca desenvolvida se for gerida pela banca central. No seu entender há exeesso de regulação, de intervencionismo na banca, os bancos trabalham com base em avisos, e com isso, nao competem entre si,"o excesso e controlo faz com que os bancos não sejam eriativos e acabam por estar focados no negócio mais facil ",

2.2 Crédito à agricultura atingiu mais de 550 mil milhões

Jornal Economia & Finanças

29 De Dezembro de 2023

Texto: Adérico Veloso

O número de Comissões de crédito ao sector agrícola passou de 216 créditos desembolsados em 2020, avaliados em 154,56 mil milhões de Kwanzas para 377 créditos em Outubro de 2023, correspondendo a cerca de 550,06 mil milhões. O peso do sector agrícola no total do stock de crédito à economia passou de 6,26 por cento, em 2020, para 8,61, em 2022.

Quanto ao seu peso na estrutura do Produto Interno Bruto(PIB) passou de 7,8 por cento, em 2020, para 9,1, em 2022. Face aos recurso destinados a alacancar o sector da agricultura, foram criados 24,419 postos de trabalhos directos.

Dados do Banco Nacional de Angola indicam que desde a implementação do Aviso nº 10/2022, a iniciativa está a permitir ao sector da Agricultura beneficiar de forma crescente de crédito, bo quadro da promoção da diversificação da economia.

Pela primeira vez, o país conta com uma linha de crédito de 153 mil milhões de kwanzas, disponibilizada pelo executivo angolano, para financiar projectos dos produtores nacionais privados de matriz comercial, e garantia de compra de produtos de amplo consumo.

O Governo estabeleceu, igualmente, medidas para dinamizar a economia nacional, com o apoio financeiro, alívio tributário, melhorias do trabalho de negócios, bem como incentivo à produção para garantir a autosuficiência alimentar.

Campanha florestal 2023

O fim da campanha florestal 2023, previsto para o dia 31 de Outubro foi prorrogado até ao dia 31 deste mês, para atenuar os impactos técnicos e económicos negativos nas actividades das empresas.

A decisão consta do Decreto Executivo nº 241/23 de 15 de Novembro do Ministério da Agricultura e Florestas, que considera ter havido contrangimentos na campanha florestal deste ano derivados da interpretação dos procedimentos para a concessão florestal por parte das outras instituições envolvidas no processo.

A campanha florestal tem início no dia 1 de Maio e termina de Outubro de cada ano.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Executivo está a finalizar projecto de lei para táxis personalizados

Jornal de Angola

2 De Dezembro de 2023

Texto: Hélder Jeremias

A informação foi avançada pela directora de Circulação da ANTT, Rosete Celestino, à margem do Fórum Internacional de Economia Compartilhada (FIEC) 2023, realizado quarta-feira, em Luanda, para discutir matérias ligadas à utilização das novas tecnologias na prestação de serviços com ampla abrangência nos diversos domínios da economia.

O encontro, no qual participaram responsáveis de startups e outras empresas, ficou marcado pela apresentação dos painéis "Economia Compartilhada como Alavanca para a Agricultura", "Inteligência Artificial e a Agricultura", "Reinventando a Agricultura", "Aplicação do ESG nos Negócios da Nova Economia" e "Angola e a Nova Economia",

Rosete Celestino referiu que a regulamentação do exercício da actividade de táxi por via das plataformas digitais está plasmada no Decreto Presidencial n.º 128/10, de 6 de Julho, e que decorrem procedimentos que vão culminar com a promulgação e a entrada em vigor da Lei que definirá os moldes em que a actividade deverá ser exercida.

A futura regulamentação, enfatizou a responsável, vai ter como escopo a definição dos operadores das plataformas vocacionadas para a prestação deste importante serviço e os motoristas nelas inseridos, de forma a aferir o vínculo existente entre o operador da plataforma digital e o condutor do veículo.

Na qualidade de órgão regulador, frisou, a ANTT deu passos seguros para que, em breve trecho, seja exarada e divulgada a proposta de Lei desta matéria, acrescentando que "é prematuro avançar um horizonte temporal".

"O órgão regulador convocou, recentemente, os principais operadores deste sistema, como são os casos da Kubinga, a Heetch, Yango, Uber, T'leva e outras, que, em conjunto, trabalharam em prol da elaboração deste projecto de lei, porque a aprovação do quadro normativo não depende exclusivamente da ANTT", informou.

De acordo com Rosete Celestino, o surgimento de plataformas digitais é bem acolhido pelo Executivo, por contribuir de forma expressiva para a melhoria da mobilidade, o que confere aos seus operadores a qualidade de agentes económicos que devem ser abraçados pelo Estado angolano, sem descurar os benefícios económicos e melhoria da qualidade da vida dos cidadãos.

As receitas provenientes são da responsabilidade do Ministério das Finanças, enquanto o órgão regulador limita-se a tratar de aspectos relacionados com a mobilidade urbana. "Estão a surgir aplicativos que ajudam a melhorar a circulação pelo fornecimento de serviço à população".

Informalidade e Segurança

O presidente executivo da plataforma digital Kubinga, Émerson Paim, apontou a segurança dos serviços entre os pontos de relevância a ter em conta na elaboração do projecto de lei, num contexto em que a maior parte dos agentes económicos actua no lado informal da economia.

O empresário, que falava aos jornalistas num intervalo da FIEC 2023, defendeu a necessidade de se conhecer as pessoas que prestam este tipo de serviços, factores como a posse de toda a documentação legal para as viaturas circularem na via pública, condições técnicas e mecânicas necessárias, seguro contra terceiros e cobertura de passageiros, assim como a própria idoneidade.

Falar destes elementos de segurança, reforçou Émerson Paim, implica dizer que os operadores devem fazer prova de um registo criminal que comprove a habilitação para trabalhar neste tipo de serviços, sendo um dos requisitos fundamentais a carta de condução.

"Em termos económicos, é imperativo que o sistema de pagamentos esteja sob controlo das plataformas, de maneira a criar condições para a banca comercial intervir, num futuro próximo, em relação ao potencial de investimento que estes negócios", defendeu.

Emerson Paim notou que as plataformas praticam preços para todos os bolsos, desde os mais modestos, aos de maior conforto, numa altura que está na forja a criação da boleia partilhada, um sistema em que várias pessoas podem partilhar o preço de uma corrida em função da distância de cada uma delas.

3.2 Obras do mercado municipal II de Novembro em fase conclusiva

Jornal de Angola
4 De Dezembro de 2023

O mercado tem a capacidade para acolher 7 mil vendedores, e é composto por 2.600 bancadas, 200 lojas, 170 armazéns, 145 unidades na zona de alimentação e restauração, 50 unidades de frio e conservação, 1 posto de saúde e 1 creche.

No mercado será possível aceder aos serviços de formalização das actividades económicas, capacitação e micro-crédito.

A infra-estrutura erguida em parceria público-privada, com o financiamento do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) foi visitada, recentemente, pelo ministro da Economia e Planeamento, Mário Caetano João, na companhia da presidente da Comissão Executiva do BDA, Patrícia de Almeida, do PCA do INAPEM, João Nkosi, do director nacional para as Parcerias Público-Privadas, Augusto Dembo, e pelo coordenador da Comissão de Restauração do FACRA, Teodoro Poulson.

Mercado do Catinton

As primeiras instalações do Serviço Integrado de apoio à Reconversão da Economia Informal, (SIREI) abrem as portas, brevemente, no mercado do Catinton, em Luanda.

O secretário de Estado para a Economia, Ivan Marques dos Santos, acompanhado pelo PCA do INAPEM visitou as instalações a serem inauguradas.

O SIREI é um dos instrumentos sólidos que vão garantir a prestação do serviço permanente de formalização das actividades económicas informais e outros serviços de proximidade alinhada ao pilar do PDN 2023-2027, nomeadamente o capital humano e segurança alimentar, com impacto na juventude, igualdade de género, comunidades vulneráveis, emprego e complementaridade com outros projectos.

3.3 FIDA com 90 milhões USD para programa de pesca artesanal

Jornal Expansão
8 De Dezembro de 2023

O Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) vai financiar com 90 milhões USD a segunda fase do Projecto de Pesca Artesanal e Aquicultura (AFAP), a ser implementado a partir de

Junho de 2024 nas províncias de Malanje, Bie, Cuanza Norte, Uíge e Bengo.

o projecto, que terminou a fase piloto em Março deste ano, tem como objectivo melhorar a segurança alimentar e a nutrição das comunidades-alvo.

o financiamento da segunda fase de projecto é quase oito vezes maior do que a fase inicial, que ficou pelo valor global de 12,1 milhões de USD, tendo alcançado 3.460 agregados familiares, equivalentes a 15.035 pessoas, nas províncias de Luanda, Bengo, Cuanza Norte e Malanje, de acordo com o relatório do FIDA.

Segundo com Valdemar Pinto,

director do Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e Aquicultura, que desenvolve o projecto em Angola, a previsão é que o projecto aumenta o número de beneficiários.

o programa privilegia pescadores artesanais ou pessoas que fazem parte da cadeia de valor da pesca interior e na produção de alvins, que necessitem de apoio externo para dar escala à actividade.

Se na fase piloto do projecto programa esteve assente na pesca continental, na segunda fase, a capacitação dos pequenos aquicultores é a grande aposta e vai permitir as técnicas de pesca em utilização.

o programa, além de fomentar a prática através da atribuição de meios aos pescadores artesanais, visou também a construção de 281 tanques para a aquicultura na província de Malanje. Destes tanques, 261 são geridos actualmente por cooperativas, cinco foram construídos na penitenciária para atender grupos desfavorecidos, sendo que 15 tanques ficaram no Centro de Aquicultura de Kamibafu para apoiar a produção de alvins numa incubadora de peixes.

Recorde-se que o Projecto de Pesca Artesanal e Aquicultura (AFAP) foi aprovado a 10 de Abril de 2015. O acordo de financiamento entrou em vigor a 26 de Agosto de 2015, mas os trabalhos apenas arrancaram em 2018 devido a questões burocráticas e preparação da equipa de trabalho. O programa deveria terminar em Setembro de 2021.

José Gongá

3.4 Gestores apontam informalidade entre para concessão de crédito

Jornal Economia e Finanças

8 De Dezembro de 2023

Texto: Waldina de La.ssaete

A informalidade dos agentes económicos ainda é um entrave para a concessão e crédito, por não permitir confiança no retorno do financiamento.

Esse foi um dos destaques apontados por especialistas do sector bancário no painel O papel dos bancos na promoção da diversificação da economia em Angola, durante o 12º fórum Economia e Finanças realizado pela Associação Angolana de Bancos (ABANC)

Ao intervir, o presidente do Conselho Executivo do Banco Millennium Atlantico, Miguel Alves; reforçou que "por mais que haja boa intenção por parte dos bancos e impossível fazer financiamentos em entidades que não tem capacidade de ter a formalização de um processo de crédito, aumentando assim o nível de risco.

Este processo, frisou, exige ter contas e equipas de gestão eficientes e é espantoso o número de empresas que não fazem o planeamento de tesouraria.

Miguel Alves revelou que muitas empresas não fazem este procedimento, sendo que, os bancos, não podem conceder crédito sem conhecer o risco a assumir e "há todo um conjunto de aspectos que são fundamentais para melhorar a matriz de risco, e isso vai, seguramente, aumentar o nível de envolvimento dos bancos no financiamento da economia dos agentes privados".

Muita desta materialização ou da mitigação de risco, explicou, faz-se pela consolidação das cadeias de valor. Quando se fala de um processo de diversificação económica, e um processo de construção de novas indústrias, e, neste processo existem riscos sistémicos em cada uma das cadeias de valor, continuou.

Citou como exemplo o caso do sector da indústria agroalimentar, em que o banco para perceber se pode tomar risco num determinado projecto que esteja mais focado na fase produtiva da cadeia de valor, tem que também entender se a cadeia de valor está estruturada e tudo isso afecta o risco do projecto".

Incumprimento no crédito bancário

No debate, sem muitos detalhes, a administradora Executiva do Banco Angolano de Investimento (BAI), Irisolange Verdades, denunciou a existência de muitos incumprimentos por parte de credores, facto que, resulta na resistência dos bancos a concessão de créditos, "os bancos hoje ainda estão um pouco a versar aos riscos".

Segundo a responsável, as pessoas quase que desresponsabilizam-se do serviço da dívida sendo esta a maior dificuldade para as instituições bancárias quanto a concessão de créditos, pois o factor confiança conta muito.

"O banco e confiança, estamos a tratar dos depósitos dos clientes e não pode ser desembolsado de uma forma irresponsável, neste momento os bancos são o sistema circulatório da economia e com isto acabamos por mostrar uma resistência na concessão de créditos".

Referiu que um dos pontos que mais fragiliza a actuação dos bancos para a diversificação da economia prende-se com o facto de incumpridores que se aproveitam "sempre" das aberturas que o Governo dá para alavancar a economia e se os bancos não estiverem preparados acabam por cair no mesmo erro, acabando por fragilizar a outra franja que de facto estão dispostos a trabalhar.

"Os bancos têm feito o seu papel, e o banco BAI durante os 27 anos de existência sempre concedeu crédito a economia e neste período têm feito alterações aquilo que são os requisitos para a aquisição de crédito adequando cada vez mais as fichas técnicas às necessidades dos agentes.

Actualmente, informou, há exigências por parte do regulador que naturalmente os bancos passam aos clientes para o cumprimento e de acordo com Irisolange Verdades o BAI têm feito um trabalho de aproximação dos agentes de forma a tentar apoiar ao máximo, porém alerta para a necessidade de existir uma associação de apoio aos pequenos empresários.

Mais confiança

Por seu turno, o economista Precioso Domingos, defendeu que quando existe um ambiente de negócio adequado, são os bancos que vão atrás das pessoas para a concessão de crédito.

Na sua visão e preciso que se faça uma análise para que se perceba o fenómeno que inibe os bancos a não concederem créditos no país.

"Vamos resolver os problemas que estão por trás do não activismo dos bancos em ir atrás

dos privados para conceder o crédito. Vamos sempre atribuir a questão da não concessão do crédito aos bancos se não se perceberem os problemas estruturais que estão por trás", frisou.

Para Precioso Domingos deve se ter em conta que não se pode ter uma banca desenvolvida se for gerida pela banca central. No seu entender há excesso de regulação, de intervencionismo na banca, os bancos trabalham com base em avisos, e com isso, não competem entre si, "o excesso e controlo faz com que os bancos não sejam criativos e acabam por estar focados no negócio mais fácil".

3.5 SIC detém taxistas por encurtamento de rotas e aumento da tarifa de 150 para 300 kwanzas

Jornal de Angola

8 De Dezembro de 2023

Texto: André da Costa e Winnie

António

São várias as pessoas que, diariamente, se queixam do aumento do preço de táxi e o encurtamento de rotas, uma prática que permite aos taxistas dobrar ou triplicar o rendimento diário, por conta da procura pelos serviços.

O porta-voz do SIC-Geral, superintendente-chefe Manuel Halaíwa, explicou que os acusados serão levados a tribunal para julgamento sumário. Adiantou que a acção dos taxistas é ilegal, sendo que a actuação do SIC vem responder às preocupações apresentadas pelos passageiros, que se mostram agastados com a situação.

Falando a *Jornal de Angola*, Manuel Halaíwa disse que o SIC clarificou que o encurtamento de rotas de táxi está devidamente acautelada pela instituição, sendo que os taxistas e outros agentes económicos que especularem os preços, vão sentir a mão pesada das autoridades, aconselhando os cidadãos a fazerem denúncias para a tomada de medidas.

Acrescentou que o SIC traçou um conjunto de medidas que visam mitigar o número de crimes que ocorrem nesta fase de azáfama, devido à quadra

festiva, sobretudo com a especulação de preços de táxi.

Indicou, igualmente, que nesta fase muitos cidadãos se dirigem aos armazéns e mercados para adquirirem vários produtos, sendo que, alguns operadores económicos, aproveitam-se da ocasião para elevarem os preços dos produtos da cesta básica e de táxis, sem uma explicação plausível.

"O SIC está a trabalhar para prevenir casos do género, com a detenção dos prevaricadores, que serão responsabilizados criminalmente", garantiu.

O porta-voz do SIC-geral sublinhou que nesta fase do ano, determinados agentes económicos praticam o crime de açambarcamento, ou seja, impedem a venda de determinadas mercadorias, elevando os preços, no sentido de desencorajar os cidadãos a adquirir o produto. Tudo isso, lembrou, para levar à carência do produto no mercado e, depois, encontrar uma ocasião para vender a preço mais lucrativo.

Taxistas autuados vão a julgamento

Maria de Fátima é uma jovem cobradora de táxi, que exerce a actividade há mais de dois anos. Ela foi detida com o seu motorista por alterar o preço da corrida, de 150 kwanzas para 200 kwanzas, do desvio do Sequele até Cacuaco. A jovem reconhece a falha e pede desculpas, prometendo que, depois do julgamento, jamais volta a cometer o mesmo erro.

O taxista Manuel Bernardo justificou o aumento do preço de táxi e encurtamento da rota com a subida do preço do combustível. Já o taxista José Costa disse que não tinha conhecimento de que o aumento do preço constitui crime, uma vez que tem o exemplo da rota São Paulo-Vila de Cacuaco, onde se cobra, normalmente, 300 kwanzas, ao invés de 150, conforme está estabelecido legalmente, sem qualquer problema.

Efectivos de Trânsito atentos à especulação

O comandante da Direcção de Trânsito e Segurança Rodoviária de Luanda, superintendente-chefe Simão Saulo, disse ao *Jornal de Angola* que os efectivos estão na rua para regularizar e fiscalizar o trânsito automóvel e que, em caso de reclamação de passageiros por aumento do preço e encurtamento de vias, vão deter o taxista e encaminhar ao Serviço de Investigação Criminal para a devida responsabilização.

Simão Saulo encorajou os passageiros lesados a apresentarem queixa aos agentes para que a Polícia possa proceder à detenção e responsabilização criminal.

O comandante reconheceu que tem havido, nos últimos tempos, uma tendência de aumento e especulação de preços por parte de alguns taxistas, fundamentalmente no período da manhã e final do dia.

Enchente nas paragens de táxi

Manuel João, 28 anos, vive na Centralidade do Kilamba e trabalha na zona da Cuca, no município do Cazenga, numa loja de comercialização de produtos diversos. Até finais de Novembro, Manuel João gastava 600 kwanzas de ida e volta. Desde o início do mês de Dezembro que Manuel João viu a vida a complicar, devido ao encurtamento de rotas e aumento da tarifa de táxi. Se antes gastava 600 kwanzas, doravante dobrou os gastos, dificultando as contas, uma vez que o salário não aumentou. Para contrapor à situação, Manuel optou por se levantar às 4h da manhã e caminhar com todos os riscos do quarteirão M, onde reside, até à zona da Pumangol. Ali, por volta das 5 horas, consegue apanhar os primeiros táxis até ao Golfe 2, pagando 150 ou 200 Kwanzas. A dificuldade começa no Golfe 2, onde o preço sobe para 200 kwanzas. Ainda assim sente-se um pouco aliviado, porque poderia ter ficado na Shoprite, pagando 200 kwanzas e apanhar Cuca e pagar 150 kwanzas.

Germana Guilherme, 25 anos, está há mais de uma hora na paragem de táxi do São Paulo e pretende chegar ao Talatona. O relógio marca 8 horas e as dificuldades aumentam. Diz que há muito tempo que não sentia tanta dificuldade para ir trabalhar como agora e mostra-se preocupada com o encurtamento de rotas e aumento do preço de táxi para 200 kwanzas. O tempo passa e as dificuldades são maiores, situação que cria constrangimento e incumprimento de horário, pagando mais caro do que o habitual.

A reportagem do Jornal de Angola constatou que muitos passageiros ficam mais de duas horas nas paragens, à espera de táxi ou autocarros públicos como alternativa. "Está cada vez mais difícil andar de transporte público na cidade de Luanda, principalmente nas primeiras horas da manhã e final da tarde, hora do regresso para casa", lamentou.

O cenário é constrangedor e as pessoas continuam aglomeradas nas paragens durante horas.

Entre as pessoas encontradas nestas enchentes está Celestino Tigre, 30 anos, que vive no Rangel e trabalha no Benfica. Adiantou que a sua vida tem sido complicada devido ao encurtamento das linhas, o que o obriga a gastar mais do que o habitual. "Normalmente, fico duas horas na paragem à espera

de táxi, aturando essa maldita especulação de preços da corrida de táxi e encurtamento de rotas", desabafou.

"Os taxistas cobram por cada corrida 150 a 200 kwanzas e, por vezes, tenho que pegar quatro táxis para chegar a casa. Somos obrigados a suportar esta situação para não faltar ou perder o emprego", disse.

O passageiro acrescentou que os taxistas aproveitam-se das enchentes nas paragens para encurtarem as rotas e subirem os preços para 200 ou 300 kwanzas, ao contrário dos 150 kwanzas. Celestino Tigre aponta a época natalícia como sendo um dos motivos da agitação nas paragens, acusando os taxistas de lucrarem mais do que o normal.

Compensar o tempo perdido nos engarrafamentos

André João, 38 anos, é taxista há mais de sete. Afirma que tem sido recorrente, nas primeiras horas da manhã e no final da tarde, em que muitos trabalhadores estão a largar do trabalho, assim como na fase da quadra festiva, a agitação das pessoas para encurtar e especular preços. "Nesta fase, Luanda fica agitada e, fruto disso e do engarrafamento até nas horas mais tranquilas do dia, aproveita-se para ganhar um pouco mais", reconheceu, acrescentando que muitas vezes, devido ao trânsito, encurta-se as rotas ou sobe-se o preço, para compensar o tempo perdido nos engarrafamentos.

O automobilista explicou que, por norma, a subida de preço e encurtamento de rotas depende do tipo de rota, do mau estado das vias, do preço da gasolina e das enchentes nas paragens.

ANATA desaconselha aumento da corrida de táxi

O presidente da Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (ANATA), Francisco Paciente, aconselhou os taxistas no sentido de não encurtarem as rotas nem subirem os preços da corrida de táxi, como se tem verificado nos últimos dias, em Luanda.

Francisco Paciente lembrou que a actividade de táxi está enquadrada no âmbito dos preços vigiados, sob controle do Executivo, através do Ministério das Finanças.

Ressaltou a importância de se combater o desajustamento do mapa de rotas de Luanda, por ser um factor negativo que faz com que os taxistas não inscritos na organização se aproveitem da situação.

Francisco Paciente adiantou que a falta de profissionalização e registo dos veículos em serviço de táxi leva muitos indivíduos a se fazerem passar por taxistas, cobrando um preço acima do estipulado.

O presidente da ANATA entende, também, que o mau estado das vias, provocado pelas últimas chuvas, originou avarias em muitos táxis e reduziu na oferta de transportes, o que levou a ter enchentes nas paragens, situação aproveitada por muitos taxistas com veículos não inscritos para especularem os preços.

AMOTRANG contra aumento de preços

Se por um lado os detentores de viaturas azul e branco andam a encurtar as rotas e aumentar os preços, no interior dos bairros, os motoqueiros também decidiram unilateralmente aumentar o preço da corrida, saindo dos 150 para 200 kwanzas ou mais, conforme a distância. É assim no bairro da Boa Esperança, na Sapú, no Zango, no Cazenga, onde pequenas distâncias custam 200 kwanzas, criando descontentamento nos passageiros como Maria Fernandes e João Fonseca.

O presidente da Associação dos Motoqueiros e Transportadores de Angola (AMOTRANG), Bento Rafael, discorda do comportamento de alguns associados em aumentar o preço e lembrou que, oficialmente, o valor da corrida é 150.

"Não queremos ver motoqueiros nem outros transportadores em tribunal por aumentarem o preço das corridas", apelou.

Bento Rafael lembrou que o encurtamento das rotas e alteração de preços podem levar o seu autor à cadeia.

3.6 Governo prevê instalar um sistema integrado para fiscalizar embarcações

Jornal de Angola

31 De Dezembro de 2023

Texto: Massoxi Paxe

O inspector das Pescas da província de Benguela, Leiland da Costa, disse, recentemente, em Luanda, que o processo de controlo das operações das embarcações vai ser realizado através de um aplicativo denominado "NEMO".

Neste momento, frisou, o aplicativo encontra-se em fase piloto e depois será distribuído principalmente em todas as províncias situadas ao longo da costa marítima, por forma a permitir maior verificação e segurança a nível dos trabalhos ligados à pesca. O aplicativo, esclareceu, é constituído por um pequeno equipamento, que para além das suas características físicas, admite a transportação com alguma

simplicidade, funciona à bateria, à luz solar e apresenta um sistema Global para Comunicações Móveis (GSM) ou por satélite, permitindo o acesso às informações por parte de associações, autoridades afins, pescadores, familiares dos mesmos e outros.

Pela simplicidade, referiu, o equipamento vai ajudar bastante para a movimentação de embarcações, saber das localizações exactas e até mesmo evitar alguns acidentes.

Ainda como projecto, o Serviço Nacional de Fiscalização Marítima antevê criar um canal de denúncia para melhorar o tratamento das ocorrências, em tempo real, de todas as situações inerentes às actividades do sector no país.

O mesmo programa prevê, igualmente, a criação de conteúdos informativos para alertar as transgressões à legislação pesqueira e continuar a incentivar a criação de cooperativas.

Infracções

Leiland da Costa sublinhou, por outro lado, que o país observou, de Janeiro a Novembro, um total de 3.200 infracções administrativas na costa marítima.

Indicou que no primeiro semestre de 2023 foram declarados mais de 72.380 mil quilos de pescado fresco capturado por embarcações de pesca artesanal.

Segundo o inspector das Pescas de Benguela, estes dados ajudam a entender que estas informações podem ser utilizadas como base para a inclusão da pesca artesanal no total de capturas admissíveis.

Outro elemento que constitui desafio para o sector são os licenciamentos das embarcações, já que muitas delas são construídas sem a prévia autorização do órgão competente.

O responsável fez saber que, em função do conjunto de irregularidades verificadas desde o início do presente ano, foram elaborados 137 autos para a pesca artesanal ligados a actos de infracções administrativas, o que corresponde a 63 por cento de todo o processo levantado relacionado com o sector económico, social e ambiental.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Por cada 1.000 Kz do Orçamento do Município 700 kz vão para os comités de gestão

Jornal Expansão
8 De Dezembro de 2023
Texto: José Gongá

As verbas para os Comités Técnicos de Gestão do Orçamento do Município (CTGOM) do Orçamento do Município quase que duplicaram para 2,3 mil milhões Kz na proposta de Orçamento Geral do Estado 2024 face ao que ainda está em execução, apesar de a verba cabimentada para este orçamento participativo ter caído 18,2% para 4,2 mil milhões Kz. Ao todo, estes comités de acompanhamento vão receber dois terços das verbas cabimentadas para este programa que visa fazer pequenas obras e desenvolver projectos escolhidos pelas populações dos 164 municípios do País.

Na proposta de OGE que está na Assembleia Nacional, as verbas para realizar projectos escolhidos pelos municípios caíram 60,4% para 1,1 mil milhões Kz em relação aos 2,8 mil milhões Kz de 2023.

Se em 2023 por cada 100 Kz, 33 Kz estavam destinados aos 13 membros que compoem cada um dos comités de gestão, na proposta do OGE 2024, que, em princípio vai ser votada no próximo dia 12 de Dezembro, por cada 100 Kz cabimentados, 68 Kz serão para suportar despesas dos CTGOM.

Ou seja, na prática, apenas 1,1 mil milhões Kz terão como destino colocar em marcha os 290 projectos eleitos pelos municípios dos 164 municípios do País, o que dá em média 6,7 milhões Kz por município apenas para obras e projectos.

Em termos globais, dos 3, 4 mil milhões cabimentados para o Orçamerito do Município em 2024, cada município terá direito a receber em média 20,8 milhões, menos 4,2 milhoes que os 25 milhões'estabelecidos no Decreto Presidencial nº 235/19, de 22 de Junho, que regula o Orçamento do Município.

Mas se para obras e projectos cada município fica em media com apenas 6,7 milhoes para todo o ano, já para custear os comités cada um dos 164 municípios tera em media 14 milhoes Kz.

O peso das despesas com a operacionalização dos comités de gestão diminui a carteira de projectos, o que retira a "virtude do programa, que é um instrumento de democratização" na gestão participada, assim como estimulador do exercício de cidadania, como defende o artigo 4 do regulamento do Orçamento do Município.

Para Nelson Paulo, do Grupo de organizacoes da sociedade civil para o Orçamento Participativo (GOSCOP), "o peso da operacionalização dos grupos técnicos é muito alto por causa da partidarização nos comites".

"A curto prazo vai ser muito difícil despartidarizar os comités de apoio. O que pode minimizar este excesso de partido nestes grupos técnicos passa por envolver mais as organizações não-governamentais", disse Nelson Paulo ao Expansio. Para o especialista, envolver apenas duas associacoes, como a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e o Instituto Angolano de Sistemas Eleitorais e Democracia (IASSED) é insuficiente para contrapor o peso da partidarização dos comités. O razoável seria 18 ONG, ou seja uma organização por cada província.

Mas não é apenas a fraca presença de organizações da sociedade civil que propicia a brecha. De acordo com Nelson Paulo, há também "fraca participação da comunidade, sobre tudo de municípios com informação de qualidade sobre a importancia do orçamento do município".

De acordo com especialistas, há um desconhecimento generalizado sobre o Orçamento do Município por falta de divulgação da iniciativa, e este tem sido um factor impeditivo a maior participação dos cidadãos.

Ainda mais numa realidade onde há crise de confiança dos servidores públicos. Ao que o Expansão apurou, o SIC chegou a investigar alegados casos de desvios na gestão dos orçamentos dos municípios em várias províncias, mas até ao momento nada foi tornado público. Será, alias, essa uma das razões para que o Executivo tenha começado a envolver mais associações no projecto de auscultação das populações.

Quem manda nos CTGOM

Cada comité é composto por 13 membros, através dos quais os municípios elegem os projectos. Entre os 13 membros, dois pertencem a estrutura da administração local, sendo que outros 11 são das comissões de moradores, que, segundo Nelson Paulo, "estão excessivamente partidárias". Para Carlos Cambuta, da ADRA, "não existe uma prerrogativa legal que de o direito as administrações locais do Estado de alocarem uma boa parte destas verbas aos comités de gestão. Há uma compreensão errada das administrações locais do Estado", frisa.

"O que o regulamento estabelece é que esta verba deve estar ao service da comunidade, ou seja, alocar os 25 milhões Kz para o desenvolvimento dos projectos. Sendo certo que o funcionamento dos comités devem decorrer no âmbito das despesas correntes da própria administração municipal", explicou Cambuta ao Expansão.

Este programa, que também se enquadra nas acções da descentralização administrativa, deve ser monitorizado permanentemente pelo Ministério da Administração do Território e pelo Ministério das Finanças, de acordo com coordenadora ADRA

João Domingos, gestor da Development Workshop (DW), tem estado a chamar a atenção para o funcionamento dos comités, que são, de um modo geral, "árbitros e jogadores. Decidem e aprovam as carteiras de projectos sem prestar contas à comunidade", explica.

Questionado pelo Expansão, secretário de Estado do Território, Marcie Daniel, disse que há limitação da verba para os comités de gestão, que não pode ultrapassar 10%. Confrontado com os dados da proposta do OGE 2024, que atribui 67,6% dos 3,4 mil milhões de Kz, o governante afirmou que "não correspondia à verdade" e solicitou ao Expansão que disponibilizasse a base dos cálculos para a analisar. o Expansão remeteu-o para a proposta de Orçamento Geral do Estado 2024, mais concretamente para o documento Dotação Orçamental por Órgão, alias, à semelhança do que já tinha indicado em Julho, após o Expansão ter publicado que os comités de gestão em 2023 ficaram com um terço das verbas disponibilizadas para o Orçamento do Município (edição 735).

"Nós temos regras muito claras. Os comités técnicos de gestão não podem ultrapassar a fatia de 10% nos 25 milhões Kz atribuídos a cada município", disse Marcie Daniel.

O Orçamento do Município tem levantado várias questões normativas, mas também do ponto de vista da funcionalidade do processo. Especialistas defendem a reformulação do programa de modo a ser menos burocrático, mais participativo de forma a permitir que os resultados sejam alcançáveis e mensuráveis,

Mesma verba para todos?

O regulamento estabelece que cada um dos 164 municípios do País deve receber anualmente 25 milhões Kz com o objectivo de serem os municípios a Qaw' decidir livremente sobre os projectos a executar. Por eleição, as obras devem incidir nos serviços de iluminação pública, áreas verdes ou limpeza urbana, obras de saneamento básico, ou gastos em centros comunitários, em actividades culturais e manutenção de bibliotecas municipais.

Mas, tratar todos os municípios por igual, viola o princípio da equidade, de acordo com Nelson Paulo. "A verba é pouca e devem ser respeitadas as questões da densidade populacional e os desafios de cada região", explica também docente universitário.

A província do Cuando Cubango e a que elegeram mais projectos, 49 no total (ver tabela), com uma verba de 294,5 milhões Kz, ou seja, 32,7 milhões Kz para cada um dos 9 municípios. Mas apenas 195,4 milhões Kz vão servir para a execução dos projectos, sendo que 99,1 milhões Kz, 33,1%, vão para operacionalizar os comités daquela província.

Depois segue-se a Huila com 43 projectos e um valor cabimentado de 219,8 milhões Kz, apesar de ter mais 5 municípios do que o Cuando Cubango. Dos 219,8 milhões, 25,6% estão destinados à estruturas de gestão. A Huila é, por sinal, a província com a percentagem mais baixa para os comités. Em terceiro está a província de Benguela com 42 projectos para os 10 municípios. Com uma verba global de 297,6 milhões, 29,7 milhões para cada município,

Recorde-se que o Orçamento do Município é apenas uma das faces do Orçamento Participativo, sendo que a outra parte é o Orçamento Participado das Administrações Locais, gerido pelas administrações, cujo processo de elaboração e aprovação se desenvolve com a participação dos municípios.

4.2 OGE 2024 prevê medidas para fortalecer o rendimento das famílias e dos trabalhadores

Jornal de Angola

14 De Dezembro de 2023

Texto: Paulo Caculo

Com receitas e despesas estimadas em 24 biliões de kwanzas, o que representa um aumento de receitas de 22,9% relativamente ao ano de 2023, o OGE do próximo ano conta com 14,7 biliões correspondendo à despesa fiscal, incluindo juros da dívida.

O sector Social, com um peso de 20,1% (4,9 biliões kz), concentra a segunda maior fatia do Orçamento, seguido dos Serviços Públicos Gerais, com 9,0% (2,2 biliões kz), Defesa, Segurança e Ordem Pública, com 7,1 % (1,7 bilião kz) e o sector Económico, 4,9%.

O principal instrumento de materialização das políticas públicas prevê, ainda, um aumento salarial na Função Pública na ordem de 5 por cento, enquanto estabelece projecções económicas para o próximo exercício económico calculadas com base num preço médio do barril de petróleo de 65 dólares e uma produção petrolífera média diária de 1 milhão e 60 mil barris.

Conta, ainda, com recursos para apoio à iniciativa privada, tendo em vista a dinamização da economia, através de um pacote financeiro de 477,26 mil milhões de kwanzas, dos quais 147,26 mil milhões serão destinados para a capitalização de instituições financeiras do Estado, vocacionadas para a concessão de crédito à economia nacional. Já 330 mil milhões são disponibilizados para a emissão de garantias soberanas de promoção de investimento privado.

Declarações de voto

Instado a justificar a expressão do voto, a presidente do Partido Humanista de Angola (PHA), Florbela Malaquias, esclareceu que votou a favor da aprovação da proposta do OGE, em virtude da "análise meticulosa das emendas introduzidas", que visaram o aprimoramento do Orçamento.

A deputada ressaltou que as mesmas emendas foram "significativas", resultando em debates democráticos e contribuições construtivas, em defesa da alocação de recursos para a Saúde, Educação, Infra-estruturas e Desenvolvimento Social.

"Contudo, a situação da dívida pública, que ultrapassa os 50%, suscita justificada preocupação, e é imperativo que o Governo faça uma gestão

responsável da dívida, revendo e reduzindo despesas", acrescentou.

Já o deputado Rui Miguel, em nome do Grupo Parlamentar Misto PRS/FNLA, votou pela abstenção, "porque têm dúvidas quanto à concretização das orientações da política económica", consagradas no Plano de Desenvolvimento Nacional.

Esteves Hilário, do Grupo Parlamentar do MPLA, justificou o voto a favor da validação do OGE, esclarecendo que "quem tem vocação para governar sabe que a elaboração de um Orçamento é como passar uma noite fria com um cobertor curto", insuficiente para tapar os pés e a cabeça ao mesmo tempo. "Se taparmos os pés, destapamos a cabeça", exemplificou, para em seguida enfatizar: "Este é o dilema da elaboração de um orçamento. Nunca temos o Orçamento ideal, teremos sempre o orçamento possível. E este é o orçamento possível para as circunstâncias actuais".

O Grupo Parlamentar da UNITA, por intermédio da deputada Navita Ngolo, a única a votar contra a aprovação do diploma, disse que o OGE está "eivado de erros induzidos de planificação orçamental e de claras discrepâncias entre os objectivos preconizados", tanto pelo Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027 como pela Proposta em si, e a afectação dos recursos nos diferentes sectores, em termos de valores monetários.

"O OGE 2024 está longe de reflectir a situação real da economia, se considerarmos que 70% da mesma é informal", justificou.

Assembleia Nacional dirige 96 recomendações ao Executivo

Apesar da aprovação do OGE de 2024, os deputados dirigiram 96 recomendações ao Executivo, com o objectivo de garantir a promoção do desenvolvimento socioeconómico do país, entre as quais se destaca a melhoria da prestação de contas, bem como do ambiente de negócios, sobretudo para as empresas angolanas, a fim de as torná-las mais sustentáveis e eficientes, contribuindo, assim, para a dinamização do sector produtivo nacional.

Relativamente à melhoria da prestação de contas, os representantes do povo pedem que os gestores públicos remetam, nos prazos previstos por lei, os relatórios e contas das respectivas instituições.

Preocupados com o risco de sobre-endividamento e a subida constante das taxas de juros nos mercados financeiros internacionais, os parlamentares recomendam o Executivo a prosseguir com as medidas tendentes à descida da trajectória da dívida

pública para níveis próximos de 60% do Produto Interno Bruto (PIB), tendo em conta o seu peso no Sector Social.

Os deputados apontam também como prioridade para 2024 "o pagamento da dívida pública, em especial às pequenas e médias empresas, de modo a fortalecer o empresariado nacional, evitando a sua falência".

É, de igual modo, aconselhado o incremento de verbas para os programas do sector de Justiça, nomeadamente, o Programa de Massificação do Registo de Nascimento e Atribuição do Bilhete de Identidade, a construção de novos edifícios para instalação de tribunais e a digitalização dos documentos de identificação pessoal.

Uma atenção particular deverá ainda ser dada, nos próximos orçamentos, aos marcadores de género, a reposição de stock de medicamentos em todos os hospitais e instituições de saúde pública, a promoção de categorias, a valorização do salário dos trabalhadores, a redução das assimetrias salariais nos sectores da Função Pública e do privado, entre outros.

Os parlamentares pedem também que, doravante, o envio das propostas do Orçamento Geral do Estado seja acompanhado do relatório de balanço do grau de execução ou implementação das recomendações saídas do orçamento transacto.

4.3 OGE 2024 é sustentável, protege as famílias e incentiva as empresas

Novo Jornal

22 De Dezembro de 2023

O Orçamento Geral do Estado (OGE) é um instrumento, com força de Lei, que estabelece a previsão de receitas e a autorização para os gastos do Governo durante o ano civil. Reflete as prioridades, políticas e programas do Governo, que emergem das Eleições de 2022, delineando como os recursos financeiros serão alocados para atender as diversas necessidades da sociedade. Este artigo destina-se a sublinhar a importância do OGE 2024 - aprovado no dia 13 de Dezembro pela Assembleia Nacional - como um dos instrumentos para a materialização do plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027 (PDN-2023-2027), de cujos objectivos de médio e longo prazo emerge.

O primeiro aspecto a reter é que o OGE, enquanto instrumento de gestão governativa, deve compatibilizar as prioridades de cada ciclo anual com

a estabilidade das Finanças Públicas a longo prazo. É por isso que importa garantir o equilíbrio entre as receitas e as despesas, gerando, se possível, como se prevê para 2024, saldo positivo primário (antes do serviço da dívida) e saldo positivo final. Portanto, a sustentabilidade do próprio OGE e um dos valores a preservar, como acontece com a proposta aprovada pela Assembleia Nacional e que se encontra na fase final de ajustamentos técnicos, tendo em vista a sua publicação nos próximos dias e entrada em vigor a 2 de Janeiro de 2024.

De facto, o OGE - desde a sua preparação e elaboração, envolvendo e auscultando de todas as Unidades Orçamentais e as forças vivas da economia e da sociedade, passando pela sua submissão à Assembleia Nacional, para discussão e acolhimento de propostas de melhoria, e até à sua execução - assegura a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Está permanentemente, em todas as fases, da elaboração à execução, sob escrutínio, fiscalização e controlo democrático.

Esse escrutínio, fiscalização e controlo democrático vai dos diferentes organismos da Administração Pública, do Ministério das Finanças às Unidades Orçamentais e órgãos dependentes, ao papel da Assembleia Nacional e da Sociedade Civil, que é auscultada no Orçamento Participativo, passando pelos órgãos judiciais, em particular o Tribunal do Contas, que acompanha a sua execução mediante instrumentos como a fiscalização preventiva e sucessiva ou ainda o seu Parecer à Conta Geral do Estado, este último, um report emanado do OGE executado.

É a sua sustentabilidade - no sentido de ser exequível sem comprometer, antes contribuindo, para a robustez a longo prazo das Finanças Públicas, a coesão social e territorial e o desenvolvimento económico e um dos seus eixos principais, a par, em 2024, de outros duas prioridades essenciais: fortalecer o rendimento e dinamizar o acesso de todos os angolanos à riqueza criada, investir mais na economia e nas empresas, que são o principal motor da competitividade e do desenvolvimento.

Importa, por isso, sublinhar as medidas concretas subjacentes a cada um destes três eixos estratégicos do OGE 2024, alinhados, nunca e demais lembrar-lo, com o PDN 2023-2027.

Relativamente ao fortalecimento do rendimento e das condições para que este seja acessível pelas pessoas, as medidas a serem executadas destaço as seguintes quatro:

- i. ajuste de 5% do salario da Função Pública, tendo como base a real capacidade financeira do Estado em assegurar o cumprimento dessa medida,
- ii. aumento da massa salarial da Administração, Pública para novas admissões, promoções e progressão na carreira, destacando-se de modo particular os sectores da educação e saúde
- iii. operacionalização do Fundo Nacional do Emprego, com uma dotação orçamental de 10 mil milhões de Kwanzas, e
- iv. ampliação de 70 mil para 100 mil Kwanzas do limiar de isenção do Imposto sobre Rendimento do Trabalho.

A prioridade de investir mais na economia e nas empresas tem três medidas de longo alcance, nomeadamente: previsão de 238 mil milhões de kwanzas previstos para pagar dívida interna atrasada, de modo a libertar liquidez para os fornecedores do Estado, reforço da capacidade financeira dos veículos públicos de financiamento a economia em 147,26 mil milhões de kwanzas; e reserva de 330,00 mil milhões para a emissão de garantia soberana, com o objectivo de estimular o crescimento económico por via do fomento de iniciativas empresariais privadas, conducentes a diversificação económica nacional e ao reforço da segurança alimentar do País.

Há, neste domínio, uma medida que considero emblemática, que milita a favor dos pequenos passos concretos necessários para a consolidação do tecido empresarial, do desenvolvimento local e da produção nacional. Trata-se da faculdade que passa a ser dada aos empresários agrícolas de declarar, como custos fiscais, as despesas incorridas na construção e melhoria das vias rodoviárias, na captação e distribuição de água e na rede eléctrica, de que também sejam beneficiárias as populações circundantes.

Artaves desta medida, o Estado, que não tem condições para acudir a todas as necessidades, realça a importância dos projectos empresariais, nomeadamente do sector da agricultura, para reforçar a segurança alimentar, gerar rendimento e emprego e melhorar as condições de vida das comunidades. É ali onde se encontra hoje o grosso da produção agrícola e é para ali onde serão direccionados os apoios mediante a recapitalização de instrumentos como o FADA e o BDA, permitindo desse modo dar escala e amplitude aos produtores nacionais,

As medidas de estímulo abrangem, igualmente, os médios e grandes empresários. Nesse sentido, é oportuno sublinhar o carácter virtuoso das garantias

soberanas, assegurada que estará a boa aplicação desta medida, posto que e dada aos privados a oportunidade de materializarem projectos de carácter estratégico, para a produção de alimentos, em particular. É preferível ter, todos os anos, uma centena de projectos de pequena, média e até mesmo grande dimensão e quase todos singrarem, do que ter o Estado directamente comprometido com mega projectos, aí concentrando todo o risco, numa lógica provavelmente ineficiente.

Quanto a prioridade de tornar o OGE mais sustentável, e a ela regresso, porque sobre esse assunto se tem manifestado algum ceticismo, opiniões que escutamos e respeitamos, importa, além de outras medidas estruturais, reafirmar o seguinte: a racionalização da generalidade dos subsídios por via da reforma do sector empresarial público, em que se inclui o programa de privatizações, e a remoção dos subsídios aos combustíveis são para prosseguir, em moldes que atenuem os seus impactos sociais e económicos e que os cidadãos, efectivamente, compreendam.

Os principais indicadores do OGE 2024 já foram amplamente divulgados e discutidos, mas a eles me refiro, para depois terminar, reafirmando que a boa execução de todas as medidas previstas irá proporcionar:

- i. O crescimento da economia (medido pelo Produto Interno Bruto) estimado em 2,8%, impulsionado pelo sector não petrolífero, a crescer 4,6%, que compensará o decréscimo de 2,5% da economia petrolífera,
- ii. O crescimento da economia não petrolífera estará ancorado nos sectores da Energia (10,6%), Agricultura (6,5%), Pescas e Derivados (6,0%), Extração de Diamantes, de Minerais Metálicos e de Outros Minerais (5,5%) e Indústria Transformadora (5,2%), sendo o Sector da Construção (3,2%) e o Sector público Administrativo (3%) os que menos contribuem para esse crescimento
- iii. A aceleração da economia não petrolífera permite antever uma melhoria significativa da respectiva receita fiscal (de 5,19 biliões de kwanzas face a 4,31 biliões da previsão de fecho de 2023);
- iv. A receita fiscal petrolífera, mau grado a desaceleração do sector, virá a ser de 7,86 biliões de kwanzas, com base numa previsão de 65 dólares norte-americanos para o preço do barril de Brent (face a USD 75 para o fecho de 2023) e de uma produção diária de 1,060 milhões de barris (face a previsão de 1,088 para o fecho de 2023).

v. O saldo final sera positivo (0,2% do PIB), face ao defice marginal que se preve para o fecho deste ano (-0,08% do PIB); vi. o saldo primário, antes do serviço da dívida, melhora marcadamente face a 2023 (passa de um superavite de 5,11% para 6,25%);

vii. O saldo estrutural (que não considera as receitas petrolíferas) também evolui favoravelmente, embora mantendo-se negativo, de 6,46% em 2023 para 4,14 em 2024:

viii. Em face destas melhorias, as necessidades brutas de financiamento, relativas as despesas com o reembolso da dívida e capitalizações, estão avaliadas em 10 biliões de kwanzas (13,7% do PIB), uma redução de 1,1 pontos percentuais do PIB quando comparadas com a estimativa de fecho para 2023. Num ambiente internacional ainda inflacionista, a que os bancos centrais tentam responder com taxa de juro de referência historicamente altas, e ainda marcado por conflitos em diferentes regiões do globo, compaginar os objectivos centrais do OGE 2024 com as exigências do serviço da dívida comporta desafios.

E a esses desafios daremos, em cada momento, as respostas mais adequadas, governando. Governar. E é só mesmo que faremos, com base no OGE 2024. •

Ministra das Finanças

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Executivo reafirma o compromisso com a instauração do poder autárquico

Jornal de Angola

Texto: Paulo Caculo

2 De Dezembro de 2023

Em declarações recentes à imprensa, proferidas à margem da inauguração da primeira infra-estrutura autárquica do país, em Saurimo, o ministro afirmou não ser por falta de vontade política que as autarquias ainda não foram implementadas, esclarecendo estar-se diante de um processo que já vem "de algum tempo atrás", compreendendo, por isso, a existência, ainda, de algum cepticismo.

"Essa infra-estrutura (de Saurimo) e todas as outras em construção no país e o número de diplomas legais que o Executivo submeteu à Assembleia Nacional são demonstrações claras do compromisso em instituir o poder autárquico", revelou.

Dionísio da Fonseca garantiu, ainda, que o Executivo está a trabalhar com a Assembleia Nacional e a sociedade civil, destacando o "grande trabalho de mobilização da participação do cidadão na governação local", tendo citado, como exemplo mais recente, a criação do "orçamento participativo".

"Já temos, ao nível dos municípios, cidadãos que se dedicam a implementar projectos financiados pelo Estado. Portanto, é uma governação que se quer cada vez mais inclusiva e participativa", disse, considerando ser reflexo dos desafios do desenvolvimento nacional.

O Executivo, prosseguiu o ministro, está a fazer a sua parte e vai continuar a colaborar com as instituições e órgãos afins, para que se possa caminhar juntos neste processo de reforço da democracia.

"O Processo Legislativo é de duas dimensões. Há uma dimensão que é da responsabilidade do Executivo e outra da responsabilidade da Assembleia Nacional", esclareceu, para em seguida defender que as duas instituições devem fazer um caminho em conjunto, enquanto órgãos com as mesmas responsabilidades no plano político, na promoção de uma governação "que olha para aquilo que são os grandes objectivos de desenvolvimento nacional".

O ministro defendeu, igualmente, trabalho conjunto para a "elaboração dos quatro diplomas legais que estão em falta", reforçando ser fundamental para que, na devida altura, quando as eleições forem convocadas, assegurar que "tenhamos, ao nível municipal ou até mesmo supramunicipal, órgãos

eleitos que poderão exercer a governação nestes territórios do nosso país".

As infra-estruturas autárquicas, segundo o ministro, é um passo "bastante significativo" no processo de criação das condições para a institucionalização das autarquias locais, sublinhando que o processo implica um conjunto de acções, entre as quais, a criação de condições do ponto de vista de instalações, para o funcionamento dos serviços públicos municipais.

Dionísio da Fonseca assegurou, ainda, haver vários outros projectos em andamento, tendo ressaltado que a infra-estrutura autárquica inaugurada em Saurimo é a primeira de grande dimensão em todo o país.

"Vamos continuar a trabalhar com os empreiteiros, para que todas aquelas obras que, por qualquer motivo, ainda estejam atrasadas, possam conhecer o seu ritmo normal, para entregarmos também às instituições locais da administração do Estado", revelou.

5.2 Mais de mil projectos do PIIM foram concluídos até ao momento em todo o país

Jornal de Angola

Texto: César Esteves

8 De Dezembro de 2023

A informação consta do comunicado da segunda reunião ordinária do Conselho de Governação Local realizada, ontem, no Palácio Presidencial, na Cidade Alta, sob orientação do Presidente da República, João Lourenço.

De acordo com o documento do encontro, que apreciou, entre outros temas, o nível de progresso físico e financeiro dos projectos da carteira, no decurso de 2023, do conjunto de 2.358 projectos elegíveis, 2.305 apresentam um nível de execução financeira considerável.

Ao apresentar o resumo da reunião à imprensa, o ministro da Administração do Território, Dionísio da Fonseca, disse que este balanço envolve os projectos do PIIM, sob a responsabilidade dos Governos provinciais, das administrações municipais e dos órgãos centrais, nomeadamente, os dos ministérios da Administração do Território, da Educação, Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Interior, entre outros.

De modo a manter o ritmo, o Executivo prometeu levar a cabo acções com vista o asseguramento eficiente e "exitoso" dos projectos, a contínua

formação e capacitação técnica dos quadros, assim como o reforço da comunicação institucional, em particular com as administrações municipais.

A reunião do Conselho de Governação Local, com todos os governadores provinciais e ministros, apreciou, ainda, o relatório de balanço da campanha agrícola 2022-2023 e as perspectivas para 2023-2024. Este documento atesta que o sector Agrícola Familiar é responsável por 91,3 por cento da área semeada (6 041 025 hectares) e 82,2 por cento da produção total colhida (5 409 867 toneladas), representando um crescimento superior a 6,6 por cento em todas as fileiras.

Durante a campanha agrícola 2022/2023, foram adquiridas, no país, 13 mil toneladas de sementes e 31 mil plantas diversas, com realce para as sementes de milho e arroz, representando 35 e 26 por cento de um total de 19 mil toneladas de fertilizantes. Em termos produtivos, o destaque recaiu para os cereais, com uma área semeada de 3.208. 856 hectares e 2.942.778 hectares colhida, produção de 3.357.136 toneladas e nível de produtividade de 1.141 kg/hectare, resultando num grau de execução de 105,3 por cento.

A fileira das raízes e tubérculos apresenta uma área total semeada de 1.311.144 hectares, área colhida de 1.024.411 hectares, produção de 13.743.973 toneladas e produtividade de 13.416 kg/hectares, dando lugar a um grau de execução de 87,5 por cento.

Relativamente às leguminosas e oleaginosas, apresentaram uma área semeada de 1.102. 157 hectares, 1.056.348 hectares colhida, produção de 644.989 toneladas e produtividade de 622 kg/hectares, com grau de execução de 36,5 por cento, ao passo que a área total semeada na fileira das fruteiras foi de 2.777.611 hectares, tendo resultado numa área colhida de 249.886 hectares, produzido de 6.487.767 toneladas e produtividade de 25.963 kg/hectares, representando um grau de execução de 99,6 por cento.

No que ao fomento à produção pecuária diz respeito, o relatório destaca a distribuição de 1.407.912 pintos a um universo de 56.318 famílias, 816 suínos a 195 famílias, bem como o controlo e erradicação de doenças dos animais, para prevenir, controlar e erradicar as doenças animais e zoonoses, no âmbito da iniciativa "uma só saúde", através da vacinação de 1.473.261 bovinos.

O Executivo perspectiva uma assistência que inclui 1.182.447 famílias nos projectos MOSAPIII, SAMAP, SEREP, e PDCVA-PC, correspondente a 38 por cento do total, estando, igualmente, prevista a

distribuição de cerca de 7.410 toneladas de sementes diversas a nível nacional.

Luanda com mais projectos

No quadro dos financiamentos aprovados e desembolsados, a província de Luanda destaca-se, em número de projectos, com 792 aprovações e 776 desembolsos. O relatório esclarece que essa "notável performance" é atribuída ao financiamento de projectos vinculados ao Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) e ao Abastecimento Plano Integrado de Aceleração da Agricultura e Pescas Familiar Técnico-Material, referente a 2022.

Huambo aparece a seguir com 368 projectos aprovados e 171 desembolsos, como resultado do apoio a mais de 145 famílias camponesas. Dionísio da Fonseca felicitou todos os agricultores familiares pelo feito conquistado, realçando os ligados à produção de cereais, e reafirmando o apoio do Executivo, num exercício enquadrado nos desafios nacionais para o reforço da segurança alimentar.

Produção de alimentos e proteína animal

O Conselho de Governação Local apreciou, ainda ontem, a Estratégia de Apoio à Produção de Alimentos e Proteína Animal, no quadro das medidas de política de estímulo à economia nacional. Essa estratégia enquadra-se no contexto actual da economia angolana e as medidas adoptadas para o aumento da produção nacional, apoio no acesso ao financiamento para o sector Empresarial, simplificação e alívio tributário para as famílias e empresas, assim como a melhoria do ambiente de negócios.

Sobre esta matéria, o Conselho de Governação Local constatou que entre as medidas adoptadas se destacam a reformulação da Reserva Estratégica Alimentar e o estabelecimento de preços mínimos de referência para a compra de produtos nacionais elegíveis à campanha agrícola 2023-2024, a melhoria das condições de acesso ao financiamento, com o reforço do capital do Fundo de Garantia de Crédito, a melhoria do processo de escoamento da produção nacional, através da viabilização e expansão das empresas que actuam no transporte, armazenamento e conservação de produtos agrícolas, entre outras medidas em curso.

Transferência de competências

Outro documento apreciado na reunião foi o Relatório de Progresso do Processo de Transferência de Competências e de Recursos Próprios aos Municípios, no âmbito da desconcentração

administrativa e financeira, para uma maior aproximação dos serviços públicos aos cidadãos.

Sobre este assunto, o ministro da Administração do Território indicou que esta medida permitiu às administrações municipais arrecadarem, até agora, mais de 17 mil milhões de kwanzas, contrariamente aos 4 milhões arrecadados em 2017, por altura da implementação do Portal do Múncipe.

O comunicado da reunião refere que este resultado se deve às várias acções em curso nos municípios, como a emissão de licenças e autorizações de gestão urbanística e ocupações na via pública, publicidade, serviços de tráfego e mobilidade, serviços de cemitérios, concessão de direitos de superfície (em fase piloto de implementação), direitos mineiros de exploração de inertes, direitos de pesca artesanal, pagamento de taxas de mercados, lojas, feiras e venda ambulante, além de outros serviços genéricos.

Combate à pobreza

No sector da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, o Conselho de Governação Local apreciou o relatório de progresso do Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza. Este documento, com fundamentações até ao III trimestre de 2023, avança que foram cumpridas 6.991 acções em 2022 e 6.654 em 2023, das 13.645 previstas.

Foram beneficiadas 3.602.480 pessoas, em 2022, e, até ao III trimestre de 2023, registou-se um aumento em cerca de 2.337.594. As acções incidiram, essencialmente, nos domínios da Agricultura, Pecuária, Pescas, Hidráulica e Engenharia, na distribuição de sementes, ferramentas, equipamentos e na vacinação de cabeças de gado.

O relatório contém, ainda, acções realizadas sobre os cuidados primários de saúde, nomeadamente, a informação e sensibilização de jovens, consultas, capacitação de parteiras tradicionais, vacinação de crianças e o fornecimento de kits de medicamentos.

No que concerne às infra-estruturas rurais, o documento informa terem sido construídos e reabilitados pontecos, mercados, jangos, mangas de vacinação, armazéns comunitários, terraplanagem de estradas e a instalação de placas de toponímia.

O Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza visa contribuir para a redução da pobreza, promoção do desenvolvimento humano e bem-estar dos angolanos, com a inclusão económica e social ao nível local.

Formação de quadros

No capítulo da Estratégia de Financiamento da Formação de Quadros dos Órgãos da Administração Local do Estado, foram realizadas 170 acções, que resultaram em 8.590 formados em seis centros regionais, designadamente, Benguela (907), Lubango (2.055), Saurimo (820), Huambo (834), Uíge (542) e N'dalatando (899). De modo a compreender e identificar os desafios actuais, recomendou-se a dinamização dos programas de formação dos Órgãos Locais inseridos nos projectos financiados pelo Banco Mundial e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Vigilância comunitária

Em relação às medidas de prevenção e combate à vandalização de bens públicos e privados, o Conselho de Governação Local apreciou o projecto do Decreto Presidencial que aprova o Regulamento dos Conselhos de Vigilância Comunitária, enquanto órgãos consultivos dos governadores provinciais e administradores municipais em matéria de concepção e implementação das políticas de Ordem Pública, protecção civil e imigração ilegal. Dionísio da Fonseca disse que estes conselhos dispõem de estatutos jurídicos desde 2016.

Foram anunciados os resultados preliminares do Censo Piloto, realizado de 19 de Julho a 16 de Outubro deste ano, em Luanda, Bengo, Uíge, Bié, Cuando Cubango, Lunda-Norte e Cunene, bem como os fóruns municipais de recolha de contribuições para a elaboração das propostas de orçamentos das administrações municipais, para o OGE 2024, que incidiram nos sectores da Energia e Águas (29%), Saúde (22%), Educação (19%), Saneamento Básico (12%) e outros (18%).

Foi, igualmente, informado das compras agrupadas de medicamentos e meios médicos, documento que apresenta a estratégia de coordenação centralizada do processo de aquisição de remédios, dispositivos médicos e outros insumos, visando otimizar recursos adequados a cada nível de atenção à saúde para dar resposta às necessidades.

No âmbito da desconcentração e descentralização administrativa e financeira, a nível local, as províncias são incentivadas, com o seu orçamento, a criar capacidades para suprir as necessidades em medicamentos e outros produtos de saúde, a fim de se dar maior autonomia e celeridade no processo, através da implementação de compras agrupadas,

podendo contar, sempre, com o apoio metodológico da CECOMA, enquanto ente público criado para assegurar a aquisição de medicamentos de especialidade, consumíveis e equipamentos hospitalares.

5.3 Por cada 1.000 Kz do Orçamento do Município 700 kz vão para os comités de gestão

Jornal Expansão

8 De Dezembro de 2023

Texto: José Gongá

As verbas para os Comités Técnicos de Gestão do Orçamento do Município (CTGOM) do Orçamento do Município quase que duplicaram para 2,3 mil milhões Kz na proposta de Orçamento Geral do Estado 2024 face ao que ainda está em execução, apesar de a verba cabimentada para este orçamento participativo ter caído 18,2% para 4,2 mil milhões Kz. Ao todo, estes comités de acompanhamento vão receber dois terços das verbas cabimentadas para este programa que visa fazer pequenas obras e desenvolver projectos escolhidos pelas populações dos 164 municípios do País.

Na proposta de OGE que está na Assembleia Nacional, as verbas para realizar projectos escolhidos pelos municípios caíram 60,4% para 1,1 mil milhões Kz em relação aos 2,8 mil milhões Kz de 2023.

Se em 2023 por cada 100 Kz, 33 Kz estavam destinados aos 13 membros que compoem cada um dos comités de gestão, na proposta do OGE 2024, que, em princípio vai ser votada no próximo dia 12 de Dezembro, por cada 100 Kz cabimentados, 68 Kz serão para suportar despesas dos CTGOM.

Ou seja, na prática, apenas 1,1 mil milhões Kz terão como destino colocar em marcha os 290 projectos eleitos pelos municípios dos 164 municípios do País, o que dá em média 6,7 milhões Kz por município apenas para obras e projectos.

Em termos globais, dos 3,4 mil milhões cabimentados para o Orçamento do Município em 2024, cada município terá direito a receber em média 20,8 milhões, menos 4,2 milhões que os 25 milhões estabelecidos no Decreto Presidencial nº 235/19, de 22 de Junho, que regula o Orçamento do Município.

Mas se para obras e projectos cada município fica em média com apenas 6,7 milhões para todo o ano, já para custear os comités cada um dos 164 municípios terá em média 14 milhões Kz.

o peso das despesas com a operacionalização dos comités de gestão diminui a carteira de projectos, o que retira a "virtude do programa, que é um instrumento de democratização" na gestão participada, assim como estimulador do exercício de cidadania, como defende o artigo 4 do regulamento do Orçamento do Município.

Para Nelson Paulo, do Grupo de organizações da sociedade civil para o Orçamento Participativo (GOSCOP), "o peso da operacionalização dos grupos técnicos é muito alto por causa da partidização nos comités".

"A curto prazo vai ser muito difícil despartidarizar os comités de apoio. O que pode minimizar este excesso de partido nestes grupos técnicos passa por envolver mais as organizações não-governamentais", disse Nelson Paulo ao Expansão. Para o especialista, envolver apenas duas associações, como a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e o Instituto Angolano de Sistemas Eleitorais e Democracia (IASSED) é insuficiente para contrapor o peso da partidização dos comités. O razoável seria 18 ONG, ou seja uma organização por cada província.

Mas não é apenas a fraca presença de organizações da sociedade civil que propicia a brecha. De acordo com Nelson Paulo, há também "fraca participação da comunidade, sobre tudo de municípios com informação de qualidade sobre a importância do orçamento do município".

De acordo com especialistas, há um desconhecimento generalizado sobre o Orçamento do Município por falta de divulgação da iniciativa, e este tem sido um factor impeditivo a maior participação dos cidadãos.

Ainda mais numa realidade onde há crise de confiança dos servidores públicos. Ao que o Expansão apurou, o SIC chegou a investigar alegados casos de desvios na gestão dos orçamentos dos municípios em várias províncias, mas até ao momento nada foi tornado público. Será, aliás, essa uma das razões para que o Executivo tenha começado a envolver mais associações no projecto de auscultação das populações.

Quem manda nos CTGOM

Cada comité é composto por 13 membros, através dos quais os municípios elegem os projectos. Entre os 13 membros, dois pertencem a estrutura da administração local, sendo que outros 11 são das comissões de moradores, que, segundo Nelson Paulo, "estão excessivamente partidizadas". Para Carlos

Cambuta, da ADRA, "não existe uma prerrogativa legal que de o direito as administrações locais do Estado de alocarem uma boa parte destas verbas aos comités de gestão. Há uma compreensão errada das administrações locais do Estado", frisa.

"O que o regulamento estabelece é que esta verba deve estar ao service da comunidade, ou seja, alocar os 25 milhões Kz para o desenvolvimento dos projectos. Sendo certo que o funcionamento dos comités devem decorrer no âmbito das despesas correntes da própria administração municipal", explicou Cambuta ao Expansão.

Este programa, que também se enquadra nas acções da descentralização administrativa, deve ser monitorizado permanentemente pelo Ministério da Administração do Território e pelo Ministério das Finanças, de acordo com coordenadora ADRA

João Domingos, gestor da Development Workshop (DW), tem estado a chamar a atenção para o funcionamento dos comités, que são, de um modo geral, "árbitros e jogadores. Decidem e aprovam as carteiras de projectos sem prestar contas à comunidade", explica.

Questionado pelo Expansão, secretário de Estado do Território, Marcie Daniel, disse que há limitação da verba para os comités de gestão, que não pode ultrapassar 10%. Confrontado com os dados da proposta do OGE 2024, que atribui 67,6% dos 3,4 mil milhões de Kz, o governante afirmou que "não correspondia à verdade" e solicitou ao Expansão que disponibilizasse a base dos cálculos para a analisar. O Expansão remeteu-o para a proposta de Orçamento Geral do Estado 2024, mais concretamente para o documento Dotação Orçamental por Órgão, alias, à semelhança do que já tinha indicado em Julho, após o Expansão ter publicado que os comités de gestão em 2023 ficaram com um terço das verbas disponibilizadas para o Orçamento do Município (edição 735).

"Nos temos regras muito claras. Os comités técnicos de gestão não podem ultrapassar a fatia de 10% nos 25 milhões Kz atribuídos a cada município", disse Marcie Daniel.

O Orçamento do Município tem levantado várias questões normativas, mas também do ponto de vista da funcionalidade do processo. Especialistas defendem a reformulação do programa de modo a ser menos burocrático, mais participativo de forma a permitir que os resultados sejam alcançáveis e mensuráveis.

Mesma verba para todos?

o regulamento estabelece que cada um dos 164 municípios do País deve receber anualmente 25 milhões Kz com o objectivo de serem os municípios a decidir livremente sobre os projectos a executar. Por eleição, as obras devem incidir nos serviços de iluminação pública, áreas verdes ou limpeza urbana, obras de saneamento básico, ou gastos em centros comunitários, em actividades culturais e manutenção de bibliotecas municipais.

Mas, tratar todos os municípios por igual, viola o princípio da equidade, de acordo com Nelson Paulo. "A verba é pouca e devem ser respeitadas as questões da densidade populacional e os desafios de cada região", explica também docente universitário.

A província do Cuando Cubango e a que elegeu mais projectos, 49 no total (ver tabela), com uma verba de 294,5 milhões Kz, ou seja, 32,7 milhões Kz para cada um dos 9 municípios. Mas apenas 195,4 milhões Kz vão servir para a execução dos projectos, sendo que 99,1 milhões Kz, 33%, vão para operacionalizar os comités daquela província.

Depois segue-se a Huíla com 43 projectos e um valor cabimentado de 219,8 milhões Kz, apesar de ter mais 5 municípios do que o Cuando Cubango. Dos 219,8 milhões, 25,6% estão destinados à estruturas de gestão. A Huíla é, por sinal, a província com a percentagem mais baixa para os comités. Em terceiro está a província de Benguela com 42 projectos para os 10 municípios. Com uma verba global de 297,6 milhões, 29,7 milhões para cada município,

Recorde-se que o Orçamento do Município é apenas uma das faces do Orçamento Participativo, sendo que a outra parte é o Orçamento Participado das Administrações Locais, gerido pelas administrações, cujo processo de elaboração e aprovação se desenvolve com a participação dos municípios.

5.4 País vai passar a ter 20 províncias e 325 municípios no ano de 2025

Jornal de Angola

23 De Dezembro de 2023

Texto: César Esteves

A informação foi avançada, ontem, à imprensa, pela porta-voz do Conselho da República, Rosa Cruz e Silva, no final da primeira reunião ordinária daquele órgão colegial de consulta do Presidente da República, João Lourenço, que orientou o encontro.

Rosa Cruz e Silva, ao fazer a leitura do comunicado saído do encontro, realizado na sala de sessões do Conselho de Ministros, no Palácio Presidencial, deu a

conhecer que os membros do Conselho da República presentes na reunião, entre eles o presidente da UNITA, Adalberto Costa Júnior, concordaram com a iniciativa da alteração da divisão político-administrativa, quer em relação às províncias, quer em relação aos municípios.

"O Conselho da República foi favorável à proposta de elevação de comunas e distritos urbanos à categoria de municípios a toda a extensão do território nacional em número de 161, de que resultará um total de 325 municípios", salientou a porta-voz, citando o comunicado.

Na sequência, prosseguiu, o Conselho da República recomendou, igualmente, a aprovação de uma estratégia de implementação da Nova Divisão Político-Administrativa, a qual deve assegurar a admissão e a formação dos recursos humanos, o investimento gradual em infra-estruturas para as novas unidades territoriais, assim como a aprovação de uma estratégia de comunicação para elucidar os cidadãos a respeito deste processo, que visa uma maior aproximação dos serviços às populações.

A agenda de trabalho da primeira reunião ordinária do Conselho da República contou apenas com um único ponto, no caso a apreciação da Proposta Revista da Lei sobre a Alteração da Divisão Político-Administrativa, através do qual os conselheiros tomaram conhecimento do estado de evolução da proposta, já apreciada, favoravelmente, na sessão do Conselho de Ministros, realizada na quinta-feira, sob orientação do Presidente da República.

Daqui, a proposta seguirá para a Assembleia Nacional, para discussão e aprovação.

Segundo o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, a proposta da Nova Divisão Político-Administrativa, apreciada em sede do Conselho da República, prevê a divisão da província do Moxico em duas, sendo Moxico, a Leste, com sede no Luena, Cassai-Zambeze, a Oeste, com sede no Cazombo, ao passo que, para o Cuando Cubango, também dividida em duas, a proposta de divisão prevê o surgimento, a Leste, da província do Cubango, com sede em Menongue, e, a Oeste, o Cuando, com sede em Mavinga. "Vale referir que, do ponto de vista das designações, o processo de auscultação pública feito ao nível local apresentou como designação preferencial para a nova província Cassai-Zambeze e, ao nível central, nós decidimos privilegiar a opção local resultante da auscultação feita nos vários mecanismos ao nível da respectiva província", esclareceu Adão de Almeida.

Em relação aos municípios, a proposta da Nova Divisão Político-Administrativa pretende elevar várias comunas e distritos urbanos à categoria de municípios, de modo a permitir uma maior aproximação dos órgãos da administração local do Estado dos cidadãos e, com isso, mais capacidade de resposta aos seus problemas.

A iniciativa visa dar ao território uma maior funcionalidade em termos gerais, facilitando a abordagem da resolução e da satisfação das necessidades colectivas e um conjunto de questões ligadas a uma melhor ocupação do mesmo, com realce para aquelas províncias fronteiriças. "Por isso, a proposta privilegia as províncias do Leste e do Sudeste do país neste processo", aclarou Adão de Almeida, para quem depois serão anunciadas as comunas a serem elevadas à categoria de município em todas as províncias do país.

Início de vigência em 2025

A proposta sugere como início de vigência da medida o ano de 2025, para que, em 2024, seja possível preparar as condições necessárias para as unidades territoriais assumirem a nova condição, tal como a preparação do Orçamento Geral do Estado para essas novas unidades territoriais de 2025.

A ideia, explicou Adão de Almeida, é permitir que as novas províncias e municípios passem a ter respaldo orçamental a partir de 2025.

O processo, a ser implementado de forma faseada, contempla uma estratégia de implementação que vai privilegiar, dentre outras coisas, as questões relacionadas com os recursos humanos para as novas províncias e municípios, bem como as questões ligadas às infra-estruturas necessárias a essas novas realidades territoriais. Este processo, dividido em várias categorias, vai dedicar uma atenção especial às novas sedes provinciais, com Mavinga e Cazombo a serem elevadas a sedes provinciais.

Neste momento estão em curso trabalhos destinados à identificação de um conjunto de infra-estruturas mínimas e essenciais ao funcionamento das novas sedes provinciais, que vão desde as instalações para o funcionamento dos órgãos que dirigem a província, as instalações para os gabinetes provinciais, hospitais, bem como equipamentos voltados para dimensão e condições de acomodação dos quadros.

"É isso que nos vai dar a visão global do processo", ressaltou o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, lembrando que o processo não termina em 2025, mas sim diluído no tempo.

Processo dispensa alteração da Constituição

A uma pergunta se este processo da Nova Divisão Político-Administrativa implica alguma alteração constitucional, para conformar o processo, Adão de Almeida respondeu negativamente. Esclareceu que a incidência constitucional existente em relação ao número de províncias, nos termos da redacção da Constituição de 2010, não requer alteração.

De acordo com o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, a Constituição em vigor não fixa o número máximo de províncias, nem o número máximo de círculos eleitorais provinciais. "Quer dizer que, havendo mais províncias ou menos províncias, o que vamos ter é uma composição diferente do Parlamento, e isso não requer alteração da Constituição", explicou.

Com o surgimento de mais duas províncias no país, prosseguiu, o número de deputados na Assembleia Nacional vai sair de 220 para 230, tendo em conta o aumento dos dois círculos provinciais, que vão passar a dar dez deputados. "Aqui, vale referir que a Constituição não fixa o número máximo de deputados e sim o número de deputados por círculos eleitorais. Portanto, havendo mais dois círculos provinciais, teremos mais dez deputados e para essa operação, não é necessário fazer qualquer alteração da Constituição", reforçou.

Autarquias Locais

Em relação às autarquias, o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República fez saber que o processo da Nova Divisão Político-Administrativa é diferente do primeiro, mas estes podem correr em simultâneo, sem a possibilidade de haver interferências susceptíveis de um impedir a dinâmica do outro.

O processo de alteração da divisão político-administrativa começou há sensivelmente dois anos, tendo obedecido, na altura, a um conjunto de indicações preliminares que previam ter incidência em cinco províncias do país, nomeadamente o Moxico, Cuando Cubango, Lunda-Norte, Uíge e Malanje, como as províncias objectos de subdivisão.

Em termos municipais, o trabalho inicial previa uma elevação generalizada das comunas e dos distritos urbanos do país, sendo que, na altura, se falava em, aproximadamente, 580 municípios.

Em 2021, foi feita uma primeira apreciação, em sede do Conselho da República, sobre o dossier e o conjunto de reflexões resultantes dos vários momentos de consulta pública, tendo sido

recomendado uma alteração na visão, que coloca, hoje, o processo numa posição diferente da anterior.

Contornos da Divisão Político-Administrativa

Os contornos essenciais da divisão político-administrativa nacional datam de 1971, altura em que foram feitas ligeiras alterações ao longo do tempo, que não acompanharam a dinâmica da evolução da sociedade, sobretudo a dinâmica da evolução demográfica. "Começamos a ter unidades territoriais densamente povoadas, sem órgãos da administração do Estado adequados, para a gestão daquelas necessidades, porque a divisão político-administrativa manteve-se estanque e não acompanhou esse crescimento demográfico", frisou Adão de Almeida.

5.5 Nova divisão administrativa visa acabar com as assimetrias

Jornal de Angola
27 De Dezembro de 2023

O também coordenador da Comissão Multisectorial para a DPA, que falava no lançamento oficial da auscultação pública da nova DPA, disse que se espera deste trabalho aproximar a governação dos cidadãos. Quem governa províncias com a extensão territorial como as que foram identificadas para serem divididas, argumentou, não consegue ir ao encontro de todos os cidadãos para sentir as suas necessidades e prioridades.

Por este facto, frisou, a DPA das cinco províncias já deveria ser feita há muitos anos, sobretudo o Moxico, Cuando Cu-bango e Lunda-Norte, as maiores localidades de Angola, para a criação de melhores condições das populações e ter-se o controlo efectivo de todo o território nacional.

Administração mais próxima do cidadão

Adão de Almeida explicou que o primeiro grande objectivo da DPA é fazer com que o poder administrativo esteja mais próximo dos cidadãos. Se isto não acontecer, disse, o Governo não consegue gerir da melhor forma o território nacional, as pessoas e produzir resultados positivos na vida das populações.

O segundo objectivo, acrescentou, é de se elevar o nível de responsabilidade e dar mais importância aos cidadãos que ocupam este território. "Quando se divide, por exemplo, o Cuando Cubango, que tem uma extensão de cerca de 200 mil quilómetros quadrados, visa-se reduzir os problemas que mais afectam as populações, como a falta de estradas asfaltadas, escolas, unidades sanitárias e policiais,

entre outras infra-estruturas sociais para o bem-estar das populações", esclareceu.

Segundo o ministro de Estado, o terceiro objectivo tem a ver com a melhor ocupação do território nacional, sublinhando não ser por acaso que algumas das principais províncias identificadas para a nova DPA fazem fronteira com outros países.

"Precisa-se, cada vez mais, implementar uma estratégia útil e efectiva para ocupar estas localidades com autoridades públicas próximas, para que a relação fronteiriça se faça sempre com a preservação da integridade territorial", sublinhou.

Defendeu a criação de melhores condições de aproximar o poder político a essas localidades e, mais facilmente, o Estado ocupar estrategicamente o território no quadro da actuação de fronteira com os outros países.

Adão de Almeida esclareceu que apesar de a nova DPA não resolver todos os problemas, "é bastante importante para que no quadro de um conjunto de medidas fazer-se uma abordagem para corrigir as assimetrias regionais". "Por isso é que a divisão político-administrativa privilegia, numa primeira fase, cinco províncias do país, sobretudo as fronteiriças que têm muitas localidades distantes umas das outras, que não permite um controlo efectivo da população e do território", disse.

O ministro de Estado reconheceu que a região Leste do país é a menos desenvolvida económica e socialmente. Quando se fala das assimetrias de desenvolvimento nacional, frisou, esta parte do território de Angola e o Cuando Cubango são mais assimétricas em comparação com as províncias do litoral.

É nesta vertente que, segundo Adão de Almeida, o Presidente da República, João Lourenço, criou uma Comissão Multisectorial e anexou um conjunto de ideias sobre a forma como se deve gerir melhor o território nacional e resolver os problemas das populações com a execução da DPA.

"Para o êxito deste processo, é importante recolhermos as contribuições das populações, sobretudo aquelas que abrangem o referido projecto ou os verdadeiros destinatários", disse, acrescentando que a iniciativa do Presidente da República pretende, em primeiro lugar, garantir a inclusão de todos os cidadãos no exercício da acção governativa.

Sublinhou que o trabalho em curso tem um princípio orientador basilar que, independentemente de todas as opiniões, deve nortear sempre a acção da

preservação da unidade nacional e a integridade territorial.

"O país com uma extensão territorial de um milhão e 247 mil quilómetros quadrados é uno e indivisível de Cabinda ao Cunene e do Mar ao Leste desde 1975. Por este facto, qualquer projecto que visa melhorar a acção governativa nunca pode colocar em causa a unidade nacional e a integridade territorial", destacou.

Continuação da auscultação

Adão de Almeida informou que os governos provinciais vão dar continuidade da auscultação a nível dos municípios e comunas para que se possa sentir o máximo possível a pretensão das pessoas e se tenha condições para que o Presidente da República tome a melhor decisão para se alcançar os objectivos de melhor gerir o território, cuidar das pessoas e diminuir as assimetrias regionais.

Proposta do OGE 2022 contempla recursos para as novas províncias

O secretário de Estado do Planeamento, Milton Reis, garantiu que a proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2022 contempla recursos financeiros para as cinco novas províncias que serão criadas da nova DPA, para assegurar a fase de transição e o funcionamento das instituições.

Acrescentou que será também acautelado um valor adicional na reserva orçamental para a construção e reabilitação de infra-estruturas sociais, para que as províncias criadas possam conhecer um desenvolvimento acelerado para a melhoria das condições de vida das populações.

Milton Reis explicou que, na perspectiva financeira, se deve olhar a caracterização económica actual, principalmente o levantamento por município das potencialidades económicas, infra-estruturas sociais e administrativas, para que se ter uma visão e trazer o desenvolvimento mais próximo das populações

"É necessário olhar, também, pela densidade populacional, recursos humanos e naturais para a criação de riquezas, para se ter uma noção precisa de qual será a necessidade e esforço financeiro para se materializar a nova DPA", sublinhou.

Milton Reis referiu ser nesta abordagem que o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o próximo ano assegura os recursos financeiros para permitir o rápido desenvolvimento das novas províncias.

Para a secretária de Estado da Administração do Território, Laurinda Cardoso, a nova DPA deve sempre respeitar os limites territoriais, para evitar

conflitos no futuro, seja a nível provincial, municipal ou comunal.

Nova DPA do Cuando Cubango

No quadro da divisão político-administrativa existe como proposta dividir Cuando Cubango em duas províncias, sendo a A que vai abranger os municípios de Menongue, Cuchi, Cuangar, Calai e Nancova. Ao passo que a B contempla o Cuito Cuanavale, Mavinga, Rivungo e Dirico.

Para fazer jus a este propósito, algumas comunas serão elevadas à categoria de município, nomeadamente o Lon-ga, Caiundo, Tchinguanja que vão pertencer à província A e Savate, Luengue, Mucusso e Luiana à B.

O arquitecto Correia Caetano, que apresentou o projecto, disse que nada ainda está definido e vai se auscultar as pessoas para que possam dar o contributo acerca da criação das duas províncias.

Esclareceu que para a nova DPA do Cuando Cubango, existe o problema do isolamento e afastamento das zonas urbanas, a necessidade da promoção do desenvolvimento equilibrado do território, aproximação dos serviços sociais básicos aos cidadãos e o combate às assimetrias regionais.

Cidadãos aplaudem iniciativa

Cidadãos residentes em Menongue, Cuando Cubango, reagiram positivamente ao processo da nova Divisão Político-Administrativa (DPA), actualmente em discussão.

O Cuando Cubango é uma das cinco províncias abrangidas pela alteração. As outras são Malanje, Moxico, Lunda-Norte e Uíge.

Em declarações à imprensa, no final do acto de auscultação pública sobre a referida divisão, presidido pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, os participantes reconheceram, de forma unânime, que a nova divisão poderá melhorar a condição de vida da população e reduzir as assimetrias regionais.

Empresários, autoridades tradicionais e religiosas, representantes de partidos políticos, artistas, entre outros, concordaram que a extensão territorial da província do Cuando Cubango, com uma superfície de quase 200 mil quilómetros quadrados (cerca de 15.9 por cento da extensão do Território Nacional), aliada à falta de vias de acesso, constituem obstáculos ao desenvolvimento.

Por isso, acreditam que a divisão política e administrativa, que prevê a repartição do Cuando Cubango em duas províncias e 16 municípios, contra os actuais nove, poderá ser a solução exequível.

O pastor Silva Matuquesa elogiou o Executivo pela apresentação da proposta e auscultação da população, tendo sugerido o nome de Cuando para uma das províncias e Cubango para a outra, mantendo assim os dois principais rios que banham o Cuando Cubango como o principal ícone.

Aconselhou o Governo a colocar "pessoas certas" nas novas divisões, para que as províncias sejam governadas por indivíduos com a capacidade exigida, espírito humanista e amor ao próximo, no exercício das suas responsabilidades.

O secretário-executivo do Conselho Provincial da Juventude, Miguel Tchissingue Américo, entende que com a conclusão e implementação da DPA, haverá maior necessidade de funcionários, o que será uma grande oportunidade para a juventude na conquista do primeiro emprego.

Para o jovem Marcos Canhanga, a proposta vem num momento oportuno e vai reduzir as distâncias entre localidades, tendo, no entanto, sugerido a elaboração de um programa especial de desenvolvimento multifacetado e um orçamento que permita equilibrar a balança de crescimento e desenvolvimento das novas unidades territoriais.

O empresário Francisco de Almeida Tchicote, que também apoia a proposta da DPA, defendeu a necessidade de as autoridades continuarem a estreitar relações e garantir apoios, para um maior contributo no almejado desenvolvimento e empregabilidade da juventude.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Que reabilitação chegou ao município do Cazenga

Jornal O PAÍS

1 De Dezembro de 2023

Ilustre coordenador do jornal OPALS, saudações e ótima sexta-feira!

O município do Cazenga, em Luanda, tem história e deve merecer mais atenção das autoridades da província, assim como do Executivo.

Há uns anos falava-se muito da requalificação do Cazenga, coisa que levou muitos moradores daquela zona a bater palmas.

Mas, como tal, o facto não se vislumbrou, tirando, no meu ponto de vista, o Tala Hady, banda onde todo o mundo do resto do outro Cazenga gostaria de ter um quarto ou uma casa para morar.

Nos outros bairros do Cazenga, o cenário é o mesmo. Águas paradas, poeira, lixo e descontinuidade urbana, mas não nos esqueçamos que o Cazenga, que já foi o município mais populoso do país, é rico. Basta falar do Hoji- Ya-Henda, das fábricas que o rodeiam, dos negócios que o rodeiam e outros services de grande porte.

Então, a pergunta e a seguinte: quais são as razões para a requalificação não chegar a todo o Cazenga e ainda se notarem zonas cinzentas num município que tem tudo para dar certo?

Agora, com as chuvas, o Cazenga esta um caos, em tudo quanto e bairro há lama e água das chuvas, as pessoas não conseguem circular à vontade por conta do que se ve todos os dias naquelas paragens.

Penso que o Cazenga, um bairro que formou filhos que dão cartaz em Angola, não se tocam para, pelo menos, fazer alguma pelo município?

Com as chuvas, os moradores e cidadãos que fazem do Cazenga o seu ponto de trabalho, dizem que a requalificação de que tanto se falou e ou era mais uma conversa para boi dormir, porque o restoficou por se fazer.

Carlos Mbuya

6.2 Nova Cimangola exporta 40 mil toneladas/mês para África e América

Novo Jornal

1 De Dezembro de 2023

A cimenteira Nova Cimangola esta a exportar 40 mil toneladas de clinker mensais para mercados de África e da América, especial mente para o Brasil, ao mesmo tempo que produz e vende 90 mil toneladas de cimento, em identico periodo, no mercado interno, revelou ao Novo Jornal uma fonte da empresa.

Entre os países africanos que adquirem cimento angolano, constam o Gana, camardes, Togo, Gabao, Benin e a Costa do Marfim, contribuindo assim para a dinamização das trocas comerciais intra-africanas, especificou a fonte.

Com capacidade de producao de 130 mil toneladas de cimento/mes, totalmente absorvidas pelo mercado, a cimento e vendido ao preço de 80 dol ares par tonelada, segundo a fonte que forneceu estes dados a margem da semana da industrialização que decorreu ha dias, no Memorial Dr. António Agostinho Neto, onde pontificaram actividades voltadas para a reflexão sobre a estado actual da industria nacional e suas perspectivas.

Entretanto, a sacco de cimento de 50 quilogramas e comercializado ao público consumidor ao preço de cinco mil kwanzas, a que no entender da fonte da Nova Cimangola "reflecte as dinâmicas do mercado, na relacao entre a oferta, a procura e a evolução da inflação no Pais".

Ainda assim, realca que o preço de venda do cimento em Angola e a mais baixo dos países que integram a Comunidade de Desenvolvimento da Africa Austral (SADC).

Questionada sobre as lucros obtidos pel a cimenteira no primeiro semestre do ana em curso, escusou-se a detalhar, mas disse estarem em linha com as resultados do exercícia anterior, remetendo para a fim do presente exercicio para fazer a balance exacto.

A Nova Cimangola, que emprega actualmente 1170 trabalhadores directos, integrou nos seus quadros mais de 500 novos profissionais nos dais ultimos anos. Do total de trabalhadores, 95% sac angolanos, distribuidos par diversas áreas, incluindo pastas de decisão.

No decorrer da Semana da Indústria, o Ministro da Indústria e Comércio, Rui Miguens, anunciou que nos últimos quatro anos o sector cimenteiro gerou 750 mil postos de trabalho, o que corresponde a 4,5% da população activa do País.

A Nova Cimangola conta com duas fábricas operacionais, em Cacuaco e no Sequele, em Luanda, complementadas por armazéns e centros logísticos distribuídos de Norte a Sul do país, sendo a primeira cimenteira angolana, com aposta centrada na inovação e desenvolvimento.

Produz cimento, calcário, cinzas volantes, argamassas e clinker, produtos estes comercializados a granel, em 'big bag' e sacos.

Produzir Cimento Verde

Um dos projectos em curso, e no qual a inovação vai ao encontro dos desígnios do Governo de Angola, chama-se LC3 e visa produzir cimento amigo do ambiente ao cimento verde, que incorpora uma maior quantidade de argila calcinada, que obriga um menor consumo de energia e de água, contribuindo para a prolongada conservação das pedreiras nacionais.

A iniciativa, que contribui para a gestão racional dos recursos naturais e a preservação do ambiente, surge como um dos pilares da actuação da Nova Cimangola, na preservação da biodiversidade e a aposta no controlo da qualidade da água que utiliza no fabrico dos produtos, educação ambiental dos trabalhadores e das comunidades em que está inserida.

HORTÊNCIO SEBASTIÃO

6.3 Preços dos materiais de construção voltam a subir

Jornal de Angola
2 De Dezembro de 2023

A Folha de Informação Rápida do IPCM indica que, em termos homólogos, comparando Outubro de 2023 com Outubro de 2022, fixou-se em 14,8 por cento, com a "Madeira e Contraplacado" a registarem os maiores aumentos, ascendendo em 18,7 por cento, seguida pelo "Cimento e Aglomerantes" (17,4), "Betão Pronto" (17,3) e "Tubagens e Acessórios de Plásticos" (16,9).

Os maiores aumentos homólogos incidem, também, sobre o "Aço", com 16,6 por cento, "Pedras Britadas e Mármore" (15,3), "Areia" (15,2), "Produtos Sintéticos" (14,4), "Vidros e Artigos de Vidro" (14,1), "Blocos" (10,4), "Vigas, Vigotas e Ripas (10,2), e

"Outros Produtos Sintéticos" (7,2), para só citar os principais.

O documento aponta como os grupos de materiais que mais contribuíram para a variação do IPCM do mês de Setembro os "Cimentos e Aglomerantes", com 1,4 por cento, "Aço" (0,3), "Betão Pronto" (0,2) e "Blocos" (0,1).

O INE divulga a evolução mensal do IPCM, com base em dados obtidos em mercados e estabelecimentos formais e informais em que são comercializados os materiais destinados à construção de habitações, edifícios residenciais e não residenciais, estradas e outras obras de infra-estruturas.

O preço dos materiais de construção é um importante indicador para o mercado da construção, pois é através da sua variação que se consegue identificar o grau de intensidade das actividades do sector da Construção.

6.4 Pelo menos 1500 imóveis sem rasto de comercialização e titularidade

Jornal Expansão
8 De Dezembro de 2023
Texto: Faustino Diogo

Pelo menos 1.500 apartamentos nas centralidades do Kilamba e do Sequele estão sem qualquer registo de entrega na base de dados do Fundo de Fomento Habitacional (FFH), apesar de estarem ocupados. O FFH detectou que estes imóveis também não têm qualquer registo de quem são os seus proprietários e, supostamente, deveriam estar vagos, contrariamente ao que está a acontecer, garante a entidade responsável pela gestão e comercialização das habitações do Programa Nacional da Habitação.

"Temos a volta de 1.500 apartamentos nas centralidades do Kilamba e do Sequele omissos. Ou seja, os dados que recebemos dos anteriores gestores e que estes apartamentos aparentemente não foram comercializados, mas estão ocupados", garantiu o PCA do Fundo de Fomento Habitacional, Hermenegildo Gaspar.

Para resolver a situação está a ser feito um processo de triagem, durante o qual os actuais moradores destes apartamentos terão de provar a legitimidade da posse. "Estamos a fazer agora um processo de triagem pedindo aos cidadãos que ocupam estas fracções, os contratos, os pagamentos iniciais feitos à Sonip, Delta ou Imogestin, para podermos aferir a

ocupação destas fracções", explicou o responsável máximo do FFH.

O Expansão apurou que este processo de verificação da titularidade dos 1.500 apartamentos deverá levar aproximadamente um ano, devido à sua complexidade.

No entanto, o facto de o Fundo de Fomento Habitacional não possuir informação sobre a comercialização destes 1.500 apartamentos não significa que estejam ocupados ilegalmente já que o processo de comercialização dos apartamentos no Kilamba e no Sequele passou por várias intervenientes oficiais e nestas transições muita documentação pode não ter transitado. Também há o facto de alguns apartamentos terem sido atribuídos à "base de cunhas".

Alguns cidadãos que, no início do processo de venda das centralidades, em 2013 e 2014, concorreram para determinados imóveis acabaram por receber um apartamento numa centralidade diferente daquela a que concorreram, o que também pode justificar a falta de documentação. A verdade é que apesar da triagem que está a ser feita, e caso o FFH detecte um apartamento atribuído ou ocupado de forma ilegal, a sua desocupação pode não ser tão simples como parece, defendem especialistas.

"As pessoas moram nestes apartamentos há alguns anos. O Fundo da Habitação, por si só não consegue tirar as pessoas das casas. Tem de ser despoletado um processo judicial que culminaram com uma ordem de despejo do tribunal", explicou o jurista Manuel Pedro.

Ainda assim, a ordem de despejo pode ser contestada pelos moradores. "Esta é uma possibilidade bem real e normal nos processos judiciais. Os recursos podem alterar as decisões iniciais", concluiu o jurista.

Campanha de sensibilização

O Fundo de Fomento Habitacional está a realizar uma campanha de sensibilização de regularização dos imóveis, que envolve a AGT, e também de regularização das dívidas existentes nas centralidades, com realce para o Kilamba e o Sequele.

"O objectivo é aferir quem, de facto, é o proprietário do imóvel, se tem os pagamentos em dia e também o Imposto Predial regularizado", disse fonte do FFH.

O caso da dívida, que é alta, mas cujo montante ainda não foi revelado, os devedores podem negociar formas de pagamento.

"Estamos abertos a negociação. O importante é o morador responder à notificação do Fundo e juntos traçarmos um plano para a regularização da situação", frisou a fonte do Expansão.

6.5 Moradores do Mayé Mayé aproveitam espaços dos quintais para criar hortas

Jornal de Angola

9 De Dezembro de 2023

Texto: Maria Hengo e Gil Vieira

As boas vindas não nos são dadas apenas pela placa exposta à beira da estrada, mas também por uma paisagem esplêndida que pode ser avistada no lado direito da via, no sentido de quem entra para a centralidade.

Ao virar para o lado esquerdo, observamos, igualmente, alguns pontos de referência daquela zona, com destaque para o Instituto Politécnico Internacional de Angola (ISIA) e o colégio Nossa Senhora da Anunciação, instituições que acolhem estudantes tanto do Mayé Mayé como do Sequele.

Na entrada principal vemos duas placas de informação, uma a indicar o caminho para a quadra G, e a outra a apontar para os restantes blocos, que são o F, E, A e B. No entanto, é para a quadra G que nos dirigimos.

Apesar de já estarmos dentro de um dos blocos da urbanização, ainda somos perseguidos pelo esplendor da natureza. Nos quintais de quase todas as casas há plantas e árvores, onde se destaca o mamoeiro. Também é visível, em algumas ruas, a presença de embondeiros enormes, na sua maioria "carecas". Vários moradores do Mayé Mayé aproveitam a terra fértil da zona para criarem hortas. Há, ainda, aqueles mais ousados que criam animais como galinhas e cabritos.

Mandioqueiras, milho, jimboa e cana-de-açúcar são algumas das plantações da horta de Macedo Manuel, 45 anos. Na porta da casa, uma banheira com fuba de milho branca, em cima do recipiente, uma lata vazia de óleo de palma.

Macedo Manuel veste uma camisola tipo pólo, vermelha com barras azuis e um calção jeans acima do joelho. Coçando a nuca, Macedo Manuel conta que actualmente os dias não têm sido fáceis no Mayé Mayé. Sem hesitar, o morador afirma que o

saneamento básico está longe de corresponder às expectativas dos cidadãos. "Há muito lixo nas ruas, o capim cresce desordenadamente", lamenta.

Fossas sépticas de um metro de profundidade

Em pé, e a fazer inúmeros gestos com as mãos, Macedo Manuel diz que uma das coisas que mais preocupa os moradores da centralidade é a profundidade da fossa, que é apenas de um metro.

"Temos passado por sérios riscos de saúde. A fossa não demora a encher, então temos de retirar a água do buraco, para colocar na estrada, a rua toda fica a cheirar mal e isso pode-nos provocar inúmeras doenças", disse.

A esposa de Macedo Manuel explica que, recentemente, houve uma reunião com a Comissão de Moradores da centralidade e a única questão que ficou resolvida foi a iluminação.

"Havia uma lâmpada fundida num dos postes de iluminação da rua e foi simplesmente disso que abordamos. Quanto às nossas reclamações sobre a fossa, não dizem nada, há muitos mosquitos por causa disso. É por isso que a doença que predomina aqui é o paludismo e ficamos tristes quando algo tão grave não é suficiente para chamar à atenção dos nossos dirigentes", lamenta.

Macedo Manuel lamenta, igualmente, a fraca qualidade da energia eléctrica. Sob o olhar atento dos outros vizinhos que o observam e confirmam as suas declarações, o morador diz que, na maior parte dos casos, não se consegue ligar vários electrodomésticos ao mesmo tempo. "Quando queremos engomar, temos que desligar a arca ou o televisor", lamenta.

Há quase quatro anos a viver no Mayé Mayé, Macedo Manuel conta que a localidade não mudou muito. "Desde que foi criada, poucas ruas foram asfaltadas. Pensámos que viríamos para uma zona urbana no verdadeiro sentido, mas é só uma fachada". Macedo Manuel conta, ainda, que não há autocarros públicos nem ATM para levantar dinheiro.

"Neste bloco também não há supermercados, as cantinas são poucas, um local para fazer cópias de documentos também não há e, para piorar, a Internet é péssima, há vezes que ficamos sem rede nos telefones", explica.

Quanto à horta presente no seu quintal, Macedo Manuel revela que a plantação é uma forma de procurar outros meios de rendimento. Fazendo alguns gestos, indicando um ponto, na coluna, o morador explica que sente várias dores naquela zona, o que o impossibilita de expandir ainda mais a horta.

Referiu que, com a horta, consegue ajudar outros vizinhos que vivem em situações de maior carência do que ele.

À saída do bloco G, há uma estrada que o separa da quadra subsequente, que é a F. Lá encontramos uma padaria chamada Analueri, uma das poucas existentes nos arredores.

Ao lado da padaria, há um bar chamado Philip. A essa hora da manhã, ainda sem clientes, mas já pronto para receber qualquer visitante.

Água e energia 24/24 horas

Num dos quintais, encontramos Paula Correia. Por falta de água, a jovem acarreta o líquido precioso na torneira da vizinha, chamada Jéssica Mateus.

Dayana Mateus, irmã de Jéssica Mateus, vive na centralidade do Sequele, mas passa a maior parte do tempo no Mayé Mayé, ao ponto de fazer uma análise pormenorizada da situação.

Dayana explica que a irmã vive na centralidade há tempo suficiente para fazer uma análise positiva do bloco B da urbanização do Mayé Mayé. "Ele apresenta melhores condições que os outros, talvez por ser um dos primeiros a ser ocupado", afirma.

"Temos água e energia 24 horas por dia. A medida que o tempo passa temos ganho novos serviços", conta.

O dia-a-dia na centralidade tem sido calmo, descreve, e que apesar de não haver pontos atractivos, a família consegue sair para descontraír. "O importante mesmo é que conseguimos viver em paz e o resto tenho a certeza que vai se resolver com o tempo".

Na casa ao lado, uma vivenda T3, encontramos Maura Fernandes, residente no Mayé Mayé há um ano. A jovem diz estar acostumada com a centralidade. "Não tenho tido dificuldades para me deslocar, consigo entrar e sair da centralidade a qualquer momento".

Actualmente, acrescentou, o bloco B não dispõe de lojas, mas sim de cantinas. Para fazerem as compras, os moradores recorrem aos mercados de Cacucaco, Km-30, Kicoló, Viana (Estalagem) e ao mercado dos Kwanzas.

"Temos um mercado no Mayé Mayé que abre às 7h00, porém, não se faz sentir, é praticamente uma pracinha. Os preços dos produtos são muito caros e com isso as cantinas aproveitam-se e vendem os produtos mais caro ainda", conta.

Esquadra policial

Para manter a segurança e a tranquilidade dos moradores do bloco B, Rufina Sebastião explicou que a quadra dispõe de uma esquadra policial, localizada em frente a administração.

"Diferente de alguns blocos, o B possui mais serviços, como por exemplo escolas, mas tem trazido muita dor de cabeça por todos os anos não haver vaga. O bloco B dispõe de duas escolas, mas nunca tem vagas. E há ainda uma nova a ser construída e, infelizmente, só para o primeiro ciclo", adiantou.

Isso, acrescenta, deve-se ao fluxo de pessoas para a urbanização do Mayé Mayé. "Não há escolas suficientes para aguentar a demanda de pessoas", lamentou.

Daniel Francisco vive com a família no Mayé Mayé desde o início. Reconhece que já houve alguma evolução no bloco B. "Já há dois centros médicos, um na T3 e o outro junto à polícia", conta.

Acima de tudo, confessa, somos muito felizes também. "Ainda não temos tudo, mas primeiro precisamos aprender com o pouco para viver com o muito", diz.

"Os locais de lazer não são os melhores, mas temos alguns espaços bons. Com o tempo surgirão outras infraestruturas que ainda vão nos orgulhar muito", finaliza.

Blocos A e E estão em melhores condições

Dentro do Mayé Mayé a situação não é diferente. Todos os blocos precisam de mais serviços, embora alguns estejam em melhores condições do que os outros. Os blocos A e E não serão descritos de forma particular, mas estes possuem melhores condições que os restantes. Ambos possuem várias escolas, postos médicos, farmácias, salões de beleza, cantinas, etc.

Além disso, a esquadra da Polícia está próxima o suficiente para acudir qualquer situação de violência. A Centralidade do Mayé Mayé não possui, ainda, um quartel dos Bombeiros, mas há um em obras, que brevemente entrará em funcionamento.

Há uma zona nas redondezas inexplorada. Várias casas cor de rosa, um pouco afastadas da estrada.

Os moradores chamam-nas T1, apesar de não terem uma designação conforme os restantes blocos do Mayé Mayé. Eles explicam que, embora as T1 estejam um pouco afastadas da centralidade do Mayé Mayé,

também integram a circunscrição, só que, já existiam bem antes da centralidade do Mayé Mayé.

Pedro António, que vive no bairro desde 2010, com três filhos, fala também do problema da falta de serviços na localidade.

"Não há empresas para empregar os jovens, não há bancos, postos de pagamento de energia e água, agências de gás, mercados", lamenta.

Entretanto, reconhece que, ao contrário das outras zonas, nesta há sempre limpeza às madrugadas.

Quando tem necessidade de comprar algo, Pedro António diz que costuma pegar uma motorizada de 500 kwanzas para ir ao mercado do Sequele.

Contudo, acredita que, num futuro próximo, tudo vai se resolver e poderão viver com muito mais conforto.

É próximo às casas T1 que está a ser construído o Hospital Geral de Cacuaco, que poderá estar pronto nos próximos meses.

Falta de contentores para o lixo

Uma pequena ronda no bloco F mostrou-nos que a situação não é diferente do G. Todavia, chega a ser pior por conta da quantidade de lixo amontoado nas ruas.

Os poucos moradores que conversaram com a equipa do Jornal de Angola contaram que há poucos contentores de lixo na região. Como prova, um monte de lixo de mais de dois metros presente no meio do bloco, uma zona onde se encontram, também, algumas imagens de obras.

Para piorar, diz uma residente que preferiu manter-se no anonimato, o bloco F, no seu entender, é o mais pobre de toda centralidade. "Temos apenas três cantinas, não há posto médico. Até para estudar temos que nos deslocar para outras zonas", disse.

Para averiguar a situação, a equipa de reportagem do Jornal de Angola girou o bloco e confirmou as informações prestadas pela fonte anónima.

Em seguida, visitamos o bloco B, um dos primeiros blocos a serem ocupados pelos moradores. A quadra é circundada por 39 edifícios verdes e brancos, de três andares cada, com capacidade para acolher 16 famílias, mas estes edifícios ainda não estão habitados.

6.6 Crédito concedido ao abrigo do Aviso 10 cresceu 17 por cento nos últimos 18 meses.

Jornal de Angola

9 De Dezembro de 2023

Texto: Ana Paulo

Ângela Nunes revelou estes dados no seminário promovido pelo Ministério da Economia e Planeamento para analisar o financiamento ao sector produtivo no âmbito do PRODESI, indicando que novos créditos foram concedidos nas 18 províncias do país, com destaque para Luanda, que voltou a absorver a maior parte do financiamento, com 41 por cento do total desembolsado, seguida de Malanje, com 30 por cento, Benguela, com 10 por cento, Huíla, com 5,0, e Cuanza-Sul, com 4,0.

O cúmulo do crédito concedido ao abrigo do Aviso 10 (o Aviso é renovado com periodicidade anual), ascende a um bilião de kwanzas.

Ângela Nunes explicou que, em termos de representatividade, um bilião de kwanzas representa 15,98 por cento da carteira global de crédito do sector bancário e cerca de 78 por cento da carteira de crédito destinado ao sector real.

Operações por província

A província de Luanda representa o maior volume de crédito concedido ou 45 por cento do total, com 298 créditos, seguida pelo Cuanza- Sul (12 por cento) e Benguela (9,0 por cento).

Quanto à distribuição do montante disponibilizado por sector de actividade económica, Ângela Nunes sublinhou que a área da indústria transformadora absorveu o maior montante, com uma representação de 52 por cento, seguida pela agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca com cerca de 44 por cento.

O financiamento registado por bem ilegível é liderado pelo sector da pesca comercial e todas as actividades relacionadas com a indústria de pesca, com um total de 101 registos, seguido pela agricultura, caprinocultura, suinocultura e derivados, com 84 registos.

No caso específico da dimensão da empresa, acrescentou, a classe das grandes empresas continua a absorver a maior parte do capital desembolsado, com 70 por cento, com as pequenas e médias empresas a receberem 30 por cento.

"Quando olhamos para os números de contratos firmados, o cenário inverte-se, aparecendo as pequenas e médias empresas com a maior concentração, com 64 por cento de crédito concedido", frisou Ângela Nunes, que destacou, no domínio do peso das culturas, a liderança da cana-de-açúcar e seus derivados, com 38 por cento do total desembolsado.

Nível de cumprimento

Sobre a avaliação do nível de cumprimento dos créditos até Outubro deste ano, Ângela Nunes informou que situou-se em 27 mil milhões de kwanzas, e correspondia a um rácio de incumprimento de 2,83 por cento face ao capital em dívida.

Neste ponto, destacou, houve um aumento de 0,77 por cento comparativamente ao período homólogo.

Foram 153 operações vencidas, representando cerca de 22,01 por cento do número total de créditos em curso, afirmou a subdirectora, atribuindo o incumprimento.

6.7 Condomínio Vila Lisboa: Moradores acusam direcção de incumprimentos contratuais

Jornal de Angola

11 De Dezembro de 2023

Texto: Winnie António

Os moradores acusaram o proprietário do condomínio de burlar os candidatos à compra de residência, por renda resolúvel, ao não entregar as casas conforme celebrado no contrato.

O Condomínio Vila Lisboa, localizado no zango 4, município do Viana, em Luanda, foi idealizado para albergar 1.311 residências, mas no momento tem apenas 911 casas, comercializadas por renda resolúvel.

O condomínio tem 60 casas habitadas com a intervenção dos moradores, mas em todas falta a energia eléctrica, água potável e saneamento básico, com base no relato dos moradores.

De acordo com os moradores, as residências inacabadas começaram a ser comercializadas, inicialmente a cinco milhões de kwanzas, mas depois o valor subiu para 12 milhões, com a garantia de ser entregue aos clientes no prazo de seis meses, por uma renda resolúvel de três a dez anos e pagamentos mensais de 10 mil kwanzas.

Teresa da Costa, moradora desde Março de 2021, lamentou o facto de estarem a viver tal situação. "As promessas não foram cumpridas, que se traduziu na cobrança pelas infra-estruturas como energia, água, saneamento básico e jardinagem, que custou 1 milhão de kwanzas, por cada lote. Até o momento não foram implementadas".

A moradora disse que caso não pagasse esse valor, não teria recebido o contrato da casa. "Pagámos a infra-estrutura há mais de dois meses, e até agora não foram criadas as condições merecidas. Estamos a viver mal", disse.

Teresa da Costa explicou que a energia eléctrica para os moradores do condomínio, ainda é um problema, pois apresenta riscos de electrocussão por ser subterrânea, principalmente em épocas chuvosas.

A única cabine instalada pelo proprietário do condomínio, esclareceu, fornece electricidade aos moradores ao custo de 250 mil kwanzas para a taxa de ligação e dez mil mensalmente, com todo o material por conta do morador.

O descontentamento dos moradores inclui também com a obrigatoriedade do pagamento mensal. por cada morador e familiares, de cinco mil kwanzas para o acesso à entrada para todas as famílias residentes, a partir dos 12 anos, e um valor de sete mil kwanzas para a segurança do condomínio. Com um depósito de 100 mil kwanzas mensais, durante 10 anos, os moradores foram proibidos de efectuarem obras nas residências por alegada dívida.

Refutadas as acusações

O director-geral adjunto do Condomínio Vila Lisboa disse não corresponder com a verdade, a entrega de residências sem condições aos moradores, justificando que os clientes não aceitam depender do cronograma de execução das obras feitas pela empresa executora das obras.

6.8 Programa de autoconstrução dirigida pode reduzir o défice habitacional

Jornal de Angola
20 De Dezembro de 2023
Texto: Yara Simão

Carlos Alberto da Silva Gregório dos Santos, que falou à imprensa no decorrer da 5ª Reunião do Comité Central do MPLA, encerrado ontem, informou que caso não se avance com o programa, até 2050, o défice habitacional sobe para cerca de

quatro milhões, sendo, por isso, necessário o programa de autoconstrução dirigida, onde o cidadão terá a oportunidade de ter acesso a lotes infra-estruturados e construir a sua própria casa. Ainda sobre habitação, explicou que foram concluídas as centralidades do Bengo e Cabinda, e o Governo está agora a trabalhar nas sete novas centralidades autorizadas pelo Presidente da República.

O governante avançou que vão ser retomados alguns projectos na província do Namibe.

Outro aspecto importante apresentado pelo ministro tem a ver com o programa de contenção e estabilização de ravinas, que colocam em risco não só as infra-estruturas que o Estado investiu, mas, também, as vidas humanas.

O ministro destacou alguns projectos centrais em risco de desabamento, como a Centralidade do Mussungu, na província da Lunda-Norte, algumas estradas nacionais, bem como alguns reservatórios de combustível.

Informou que o trabalho que está a ser feito permite dizer que existem quase 200 ravinas já intervencionadas, apesar do número ser ainda maior.

Carlos Alberto da Silva Gregório dos Santos revelou que a nível do país estão catalogados, pelo menos, 742 ravinas, sendo que mais de quinhentas deverão merecer atenção a partir de 2024 até 2027.

"Temos de trabalhar no sentido de poder prover as administrações municipais e os governos provinciais com meios para que quando estiver a abrir uma ravina, localmente já se consiga fazer um trabalho, sem ter de esperar pelo Ministério. Por isso, é importante esta visão da estabilização e contenção das ravinas", afirmou.

Carlos Alberto dos Santos frisou que o Presidente da República, por decreto, já autorizou o reequipamento do Laboratório de Engenharia de Angola, "porque para ter estradas boas, é necessário ter um órgão robusto que controle a qualidade das estradas".

Mobilidade urbana

Um dos pontos discutidos durante a 5ª Reunião do Comité Central do MPLA foi sobre o sector dos Transportes. Ricardo d'Abreu, o ministro do pelouro, disse que a mobilidade urbana é um grande desafio e que as autoridades estão a preparar uma reestruturação de todo o processo de licenciamento, alteração e fiscalização do transporte urbano.

O governante revelou que o Ministério procura expandir a oferta de autocarros, mas que a

organização destes é da responsabilidade dos governos provinciais e das administrações municipais, apesar dos desafios do ponto de vista técnico e das competências destes órgãos.

De acordo com Ricardo d'Abreu, o sector que dirige vai fazer um trabalho coordenado com todos os governos e administrações locais, porque actualmente a responsabilidade do licenciamento da actividade de transporte público é das administrações municipais e precisa-se apenas de melhor organização e controlo para garantir que os meios à disposição da população funcionem na sua maioria e melhore o quadro actual.

O ministro dos Transportes realçou que durante a 5ª Reunião foram abordados outros temas críticos como o sistema de bilhete integrado, que vai permitir uma maior visibilidade daquilo que acontece nos transportes públicos.

7. TERRA

7.1 Construções nas linhas de água preocupam as equipas técnicas

Jornal de Angola

1 De Dezembro de 2023

Texto: António Cristóvão

A construção de residências e outros espaços, como restaurantes, ou oficinas, no curso das linhas naturais de água na capital do país tem obstruído a passagem até ao corpo hídrico principal, denunciou, ontem, a directora-geral da Unidade Técnica de Gestão de Saneamento de Luanda (UTGSL).

Zenilda Mandinga revelou, após a recepção de novos meios técnicos na quarta-feira, que têm mais condições para aumentar a competência da UTGSL e melhorar a qualidade dos serviços de manutenção dos órgãos de drenagem da província de Luanda. "As construções nas linhas de água obstruem a passagem normal da água", disse, preocupada com a situação em alguns pontos da província.

Actualmente, Luanda possui 317 quilómetros, das quais 28 são valas infra-estruturadas, inseridas no sistema de macrodrenagem, que têm ajudado a encaminhar a água das chuvas, depois de passar por uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), para o mar.

7.2 Luanda vai ter cinco mil ecopontos

Jornal de Angola

2 De Dezembro de 2023

Texto: Alexa Sonhi

A província de Luanda vai ganhar, em breve, um total de cinco mil ecopontos, que serão instalados em escolas, mercados, avenidas principais e outras zonas de maior circulação.

A informação foi prestada, ontem, no Dubai, pelo presidente da Associação Nação Verde.

Bruno Cruz, falando à imprensa sobre a participação na COP28, explicou que, actualmente, Luanda tem instalados mais de 50 ecopontos nas principais escolas da capital, com destaque para o IMIL, Alda Lara, IMEL, IMNE e no ITEL.

Estes ecopontos, acrescentou, foram conseguidos através de patrocínios da Organização das Nações

Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), da Coca-cola, Refriango e da Agência Nacional de Petróleo e Gás.

Os ecopontos são locais específicos para a população colocar, de forma separada, o material reciclável, como papel, plásticos, vidros, alumínio e outro tipo de resíduos que considere fora de uso.

De forma a acelerar o processo de instalação de ecoponto, o ambientalista garantiu que vai aproveitar a participação na COP28 para criar parcerias e captar financiamentos, a fim de continuar a desenvolver o projecto de colocação de ecopontos nas escolas do país.

Actualmente, a Associação Nação Verde desenvolve as actividades em Luanda, mas faz parte dos planos estender o projecto para todas as províncias do país, de modo que a população possa ganhar maior cultura ambiental.

De acordo com Bruno Cruz, a Associação Nação Verde foi criada com o objectivo de promover a logística reversa, desenvolver a economia circular e contribuir na valorização dos resíduos sólidos urbanos.

O ambientalista disse que a valorização dos resíduos sólidos urbanos em Angola constitui um dos principais problemas, sobretudo, na gestão, daí a urgência na colocação dos ecopontos.

"Por isso, vamos aproveitar esta oportunidade para conseguirmos atrair tantas organizações nacionais como internacionais para valorizarmos mais a questão dos resíduos sólidos urbanos produzidos no país", sublinhou.

Melhorias no sustento familiar

O trabalho de gestão de resíduos sólidos, desenvolvido pela Nação Verde, está a contribuir de forma significativa no sustento de muitas famílias angolanas, mais evidente com os vulgos catadores de lixo que exercem esta actividade em contentores comuns para a retirada de latas, vidros e papelões a fim de comercializarem.

Segundo Bruno Cruz, com a instalação de ecopontos nas comunidades, os catadores de lixo deixaram de recolher em contentores comuns e fazem-no partir dos ecopontos distribuídos em algumas escolas da capital.

Fruto desta acção, as famílias aumentaram as receitas de oito mil kwanzas conseguidos anteriormente para 50 mil, valor acima do salário mínimo nacional. O responsável indicou que quantos mais ecopontos

forem implementados nas comunidades mais catadores de lixo serão retirados das ruas.

O presidente da Associação Nação Verde realçou que, desde a instalação do primeiro ecoponto e da acção de limpeza nas praias, já foram retiradas 25 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos, com maior destaque para o plástico.

Bruno Cruz acentuou que a poluição plástica nos oceanos se tornou uma preocupação mundial, alertando que se não for reduzido o consumo de plástico, sobretudo o de uso único, até 2050, os mares terão mais plásticos do que peixe.

"Por isso, Angola está a promover acções que visam uma maior sensibilização, consciencialização e educação ambiental para os nossos cidadãos, de modo que, a partir de casa, transmitam aos filhos a importância de todos juntos protegermos o ambiente", referiu.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Governo de Luanda adquire meios para limpar as praias

Jornal de Angola

1 De Dezembro de 2023

Texto: António Cristóvão

A limpeza das praias da capital do país é uma das prioridades do Governo Provincial de Luanda (GPL), que adquiriu seis novas embarcações para a limpeza da orla marítima no exterior do país, cuja chegada está prevista para o primeiro trimestre do próximo ano.

O facto foi revelado na quarta-feira pelo governador Manuel Homem, após a entrega de quatro novos meios para a Unidade Técnica de Gestão e Saneamento de Luanda (UGTSL), no bairro da Polícia, no quadro da melhoria do sistema de drenagem da capital do país.

"Os barcos vão permitir assegurar a limpeza nas praias, em especial no Mussulo, e evitar que os resíduos sólidos cheguem ao mar", garantiu. Para a UGTSL, Manuel Homem entregou, ainda, duas retroescavadeiras e dois camiões cisternas, com capacidade de 14 mil litros para a sucção de água em alguns municípios de Luanda.

O governador anunciou, igualmente, a concepção de um projecto para construção de várias Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).

Gestão do saneamento

Manuel Homem admitiu que as condições de higiene e desassoreamento de algumas áreas, após as chuvas, têm sido preocupante, em particular nos municípios de Viana, Kilamba Kiaxi, Belas e Talatona, devido ao estado das infra-estruturas de macro -drenagem e as construções de casas nas linhas naturais de água.

A província de Luanda, lembrou, possui um projecto para a construção de valas no distrito urbano da Samba. O desafio, admitiu, é interligar os sistemas, de forma que as águas cheguem até às valas de drenagem.

A UGTSL, reconheceu, precisa ser reequipada com novos meios para melhorar a eficácia na gestão da macro e microdrenagem da capital do país.

Vias secundárias

Manuel Homem anunciou, também, na quarta-feira, a construção de algumas vias secundárias na província de Luanda, assim como garantiu que a UGTSL vai trabalhar no desassoreamento das valas de drenagem existentes na capital do país.

7ª Avenida

As obras de reparação da 7ª Avenida no município do Cazenga retomam, a partir deste mês ou em Janeiro do próximo ano, com um novo empreiteiro, garantiu, na quarta-feira, o governador de Luanda. Manuel Homem disse que o contrato com a anterior empresa foi cancelado, devido a algumas falhas da empreiteira.

8.2 Angola diagnóstica 12 milhões de casos de malária e cerca de seis mil mortes

Jornal de Angola

4 De Dezembro de 2023

Após apresentar no painel "O impacto das alterações climáticas no aumento das doenças tropicais", a governante disse à imprensa que os casos de malária tendem a subir, devido, cada vez mais, aos défices no diagnóstico precoce nos anos anteriores.

Na visão da ministra, apesar das mortes por malária chegarem às seis mil, ainda assim, se pode dizer que a taxa de mortalidade reduziu. Este, prosseguiu Sílvia Lutucuta, é um sinal de que, além do diagnóstico precoce da doença, os pacientes estão a receber tratamento, e, mesmo em casos mais graves, há fármacos adequados.

"Queremos evitar que mais pessoas morram por malária. Por isso, o Governo está a fazer tudo para proteger a população, por meio de vacinas e programas que visam educar e mobilizar as pessoas a fim de se protegerem e procurarem os hospitais, sempre que tiverem febres ou outro mal-estar", aconselhou a governante.

Em relação à vacina contra a malária, Sílvia Lutucuta informou que o Ministério da Saúde está a trabalhar no processo de aquisição da mesma que, nessa fase inicial, regista escassez na produção.

Por esta razão, adiantou a ministra, a prioridade será dada aos países que participaram nos estudos multicêntricos que antecedem a produção de qualquer vacina.

De acordo com a governante, o sector da Saúde está a negociar com a empresa produtora de vacinas da malária (que é a GAV), bem como com os fornecedores, além de estar, também, a mobilizar recursos financeiros para que a aquisição seja feita ainda em 2024.

Questionada sobre se todos poderão beneficiar da vacina, Sílvia Lutucuta respondeu que, numa primeira fase, serão apenas as crianças menores de cinco anos. "E, tudo será feito para que a mesma conste do Programa Nacional de Vacinação Infantil e será administrada por doses", esclareceu a ministra.

Segundo a governante, enquanto a vacina não chega, precisa-se trabalhar para a melhoria do saneamento básico, promoção da luta anti-vectorial, anti-larval, usando os mosquiteiros para evitar que mais pessoas desenvolvam a malária.

Alterações climáticas e doenças negligenciadas

No que toca à participação do sector da Saúde na COP28, a ministra mostrou-se "muito feliz pelo convite", pois "isso demonstra claramente que os países estão cada vez mais preocupados com a saúde das nossas populações".

Na opinião de Sílvia Lutucuta, as cimeiras anteriores estavam mais viradas à situação das alterações climáticas como tal. Mas, agora, se percebeu que as alterações climáticas são um determinante importante na saúde das populações.

"Não importa o lugar em que vivemos. Se não nos preocuparmos em cuidar do meio ambiente, tanto a emissão de dióxido de carbono, efeito estufa e todos os gases poluentes que forem emitidos afectam directamente a nossa saúde", sublinhou a ministra.

Para Sílvia Lutucuta, por conta das alterações climáticas, registam-se muitas induções causadas por fortes chuvas, criando um ambiente propício para o desenvolvimento de vectores causadores da malária e outras doenças negligenciadas.

As alterações climáticas, realçou a ministra, também causam a seca, este fenómeno, que muda o padrão nutricional das populações, provocando a desnutrição grave, que muitas vezes leva à morte. "Existem lugares onde há escassez de água e, por conta disso, muitos apanham cólera e sarna por usarem água imprópria", reiterou.

Além da malária, Sílvia Lutucuta explicou que as alterações climáticas contribuem significativamente para o aumento de doenças como a dengue, chikungunya, zika, arboviroses, tripanossomíases, schistosomiasis e oncocercose.

Para a titular da pasta da Saúde, as alterações climáticas, por estarem relacionadas com a poluição do meio ambiente, também têm um peso muito grande no agravamento das doenças crónicas.

"Daí o Ministério da Saúde defender que o combate às alterações climáticas deve ser transversal, envolvendo todos os sectores da vida humana, porque as consequências afectam todos, principalmente, os países com menos recursos financeiros", argumentou Sílvia Lutucuta.

Casos de Covid-19

Questionada sobre se há ou não um surto de doenças respiratórias, devido às enchentes nos hospitais com queixas a respeito, Sílvia Lutucuta reconheceu o aumento das patologias associadas a pneumonias, tosses e síndromes gripais de várias etiologias.

Segundo a ministra, a Covid-19, no país, ainda não acabou apesar de estar controlada a nível do mundo. A título de exemplo, só em Novembro foram registados mais de 115 casos da doença.

"Não devemos baixar a guarda. Se tiver febre, tosse, irritação na garganta deve procurar o hospital mais próximo para ser atendido. Igualmente, deve usar as medidas de protecção individual, como máscaras, lavagem regular das mãos, uso do álcool em gel, evitar contacto com outras pessoas", apelou Sílvia Lutucuta.

A ministra lembrou o reforço das doses de vacinação. Para a responsável, muitos já completaram um ano desde que foram vacinados: "Logo, é hora de procurar os pontos de vacinação a fim de fazer o reforço e estarmos, cada vez mais, imunizados".

Estratégia do país sobre as alterações climáticas

Sobre as estratégias de Angola para combater o impacto das alterações climáticas tanto na Saúde como em todos os sectores, a ministra do Ambiente, Ana Paula de Carvalho, disse que o país já tem um plano nacional sustentado por cinco pilares principais: mitigação, adaptação, observação, financiamento e a capacitação.

Ana Paula de Carvalho, que coordena as actividades do país na COP28, explicou que a Estratégia Nacional sobre as Alterações Climáticas só terá sucesso se as pessoas tiverem capacidade técnica para materializar o projecto.

Em relação às expectativas da Cimeira, a governante frisou que tanto Angola quanto os demais países participantes estão esperançosos que esta seja a COP das COP, pois nas anteriores foram feitas muitas

promessas sobre financiamentos e até então nada se cumpriu.

"Esta, por ser a 28ª COP, os países estão expectantes que seja, de facto, um momento de verdadeira união, maior comprometimento e, principalmente, de acção prática", realçou Ana Paula de Carvalho.

Quanto a Angola beneficiar ou não do fundo de 420 milhões de dólares, aprovado na COP28, por altura da reunião dos líderes, a ministra do Ambiente disse que a previsão é positiva.

A governante reiterou que, apesar do continente africano sofrer muito com as alterações climáticas, é responsável apenas por três por cento da população mundial e tem, inclusive, 18 por cento desta fasquia: "Logo, é apropriado que também beneficiemos deste Fundo Internacional".

Por este motivo, disse a ministra, tudo está a ser feito pelos técnicos de alto nível do Governo angolano que trabalham nas negociações com a organização da COP28 para permitir que o país possa beneficiar deste Fundo Internacional de Perdas e Ganhos.

8.3 Plano de acção do Conselho Nacional de Águas para os próximos cinco anos é apreciado hoje

Jornal de Angola
15 De Dezembro de 2023

No encontro desta sexta-feira, a ser orientado pela Vice-Presidente da República, Esperança da Costa, serão, entre outros pontos, apreciados os projectos para a construção de infra-estruturas de modo a fazer face à seca no Sul do país, bem como um olhar para o combate das doenças de transmissão hídrica e demais iniciativas estruturantes que visam a optimização da utilização dos rios e das bacias partilhadas.

Órgão permanente de consulta do Titular do Poder Executivo, o CNA vai analisar o relatório-síntese da visita técnica à localidade de Caxarandanda (município da Quiçama, Luanda), onde a comunidade está a ser acometida por um surto de cegueira, por conta da picada da chamada "mosca preta" e por estar a utilizar água imprópria para o consumo do rio Longa.

Criado pelo Decreto Presidencial n. 76/17, de 20 de Abril, o Conselho Nacional de Águas é coordenado pela Vice-Presidente da República, ao qual compete a coordenação e articulação entre os diferentes

Departamentos Ministeriais ligados ao planeamento, gestão e utilização dos recursos hídricos.

Neste contexto, as bacias hidrográficas nacionais e compartilhadas pelo Estado angolano, incluindo os utilizadores de recursos hídricos e as comunidades locais, fazem parte, também, das competências do Conselho.

8.4 Acesso à água potável e electricidade

Jornal de Angola
18 De Dezembro de 2023

Angola, felizmente, possui de Cabinda ao Cunene, reservas de água invejáveis, quando comparada com outras realidades, mas que precisam de melhor aproveitamento para lidar com situações de défice e perdas.

Por um lado, há ainda um défice de produção e fornecimento de água nos grandes centros urbanos e periferia das grandes cidades do país, razão pela qual urge a criação de estratégias no sentido de aumento e melhoria dos serviços no sector das Águas.

Por outro, há perdas de água que deveriam ser reaproveitadas, sobretudo se as estações de tratamento fossem activas no reaproveitamento das águas que acabam por desaguar no mar e noutros locais.

Há dias, o Conselho Nacional das Águas aprovou o Plano de Acção para o quinquénio 2023-2027 que, entre outros, prevê reverter o quadro de casos de cegueira dos rios, devido ao uso de água bruta do rio Longa, na localidade de Caxarandanda, comuna do município da Quiçama, arredores de Luanda, com a melhoria das condições de acesso à água.

Ainda para a mesma localidade, o ministro João Baptista Borges assegurou a construção de sistemas de tratamento da água, bem como de latrinas e balneários, para a melhoria da higiene e saneamento.

Não há dúvidas de que se tratam de desenvolvimentos que vão marcar positivamente a vida das comunidades, com a melhoria das condições de acesso à água, uma realidade que muito ajuda na contenção de variadas enfermidades.

Tal como indica um estudo recente do Banco Mundial, que diz que "por cada um dólar investido em água, poupa-se quatro em Saúde", se formos capazes de aumentar em quantidade e qualidade de oferta de água às populações numerosas queixas de saúde vão, naturalmente, deixar de existir.

Ao lado da iniciativa que se vai efectivar na localidade de Caxarandanda, no município da Quiçama, acreditamos que, com a aprovação do Plano de Acção para o quinquénio 2023-2027, no que a água e electricidade dizem respeito, as metas para elevar a taxa de acesso a tais serviços vai aumentar, consideravelmente.

É preciso que os parceiros do Executivo, as empresas, famílias e pessoas singulares se juntem aos desideratos pretendidos para as infra-estruturas, naqueles dois sectores, sirvam os propósitos de proporcionar mais água e luz às populações.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Angola elege representante da Rede de Mulheres Líderes

Jornal de Angola
13 De Setembro de 2023
Texto: Paulo Caculo

A advogada Agbessi Cora de Almeida Neto foi eleita, ontem, em Luanda, presidente do Comité Gestor do Capítulo de Angola da Rede de Mulheres Líderes Africanas, durante a plenária do Workshop de Operacionalização da Rede, realizada no Auditório Venâncio de Moura, arredores da Centralidade do Kilamba, município de Belas.

A eleição da responsável sucedeu ao lançamento político, em Maio de 2022, do Capítulo Nacional, tendo Angola se tornado no 28º país, entre os 33 representados, a aderir à plataforma criada pela União Africana em 2017, adoptando todas as áreas prioritárias da Rede continental.

Em declarações à imprensa, Agbessi Cora de Almeida Neto esclareceu que Angola faz parte dos movimentos sociais em defesa dos direitos da mulher, razão pela qual assume o mandato por uma cidadania plena das mulheres, com ênfase para os direitos sociais e económicos.

"Basicamente, enquanto activista social, me forcei no movimento feminista, dentro ou fora do ondjangó. Enquanto cidadã, fazemos outras tantas coisas, nos encontramos aqui e entramos em interacção com várias mulheres com experiências diversas em termos temáticos e de localização", disse.

A presidente do Comité Gestor do Capítulo de Angola na Rede de Mulheres Líderes Africanas revelou que o órgão já discutiu as fontes de financiamento e os princípios que vão nortear o mandato do país na plataforma continental, destacando a importância da aprovação do estatuto e a eleição da presidente e da vice-presidente.

"O passo seguinte é a preparação de todos os documentos reitores do Capítulo Angola, inclusive, se este for o desejo das 'manas', a questão da legalização", assegurou, acrescentando em seguida a importância do Comité poder constituir-se numa Rede em Angola e fora dela, numa base de adesão voluntária.

"O facto é que estamos em rede, onde estão integradas quer as mulheres dos movimentos sociais, quer departamentos ministeriais, com foco na matéria, empresários, amigos e pessoas com vasta experiência nas áreas, que nos permitem criar aqui outras sinergias em benefício das participadas, quer de forma individual ou através de organizações sociais, de âmbito nacional e local, ou com foco nas problemáticas que afectam particularmente as mulheres", enfatizou.

Agbessi Cora de Almeida Neto garantiu, ainda, que o Comité Gestor do Capítulo de Angola na plataforma continental trabalha "numa perspectiva bastante horizontal e de cooperação", anunciando o processo de definição das áreas prioritárias.

"Não conseguimos abraçar tudo, como deve calcular, mas temos algumas propostas das áreas prioritárias, com as quais vamos todas nos debater", revelou, apontando para a "governança, paz, segurança, mobilização social, finanças e empreendedorismo feminino".

O Comité Gestor, acrescentou a presidente, vai funcionar como um fórum para discutir as propostas das áreas que devem constituir prioridade, destacando o facto de países como Moçambique, Ghana e Tanzânia terem os capítulos criados e a funcionar, com áreas prioritárias diferentes.

O grupo técnico do Capítulo de Angola da Rede de Mulheres Líderes Africanas é integrado pelo Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Ministério das Relações Exteriores e representação das Nações Unidas em Angola.

O acto oficial de apresentação do Capítulo de Angola, inicialmente previsto para ontem, sofreu adiamento, por imperativos de agenda do ministro das Relações Exteriores, Tété António, entidade convidada para proferir o discurso de encerramento do evento.

9.2 Crime em alta em Cacucaco

Jornal O PAÍS
15 De Dezembro

Ilustre coordenador do jornal OPAÍS, saudações e ótima Sexta-feira ...

Nos últimos dias, alguns bairros do município de Cacucaco, em Luanda, estão muito perigosos por conta da bandidagem.

Jovens com idades compreendidas entre os 15 e 25 anos, de dia, roubam e abusam fisicamente as vítimas que oferecerem resistência,

Já não sabemos o que fazer na Pedreira, Belo Monte e Paraíso continuam muito afectados pelo crime e isso me preocupa.

As autoridades muitas vezes não sabem o que fazer, porque sempre que dão costas, os 'donos' do bairro tornam-se mais rebeldes.

Batem na porta das casas, levam tudo o que for artigo de valor, as mulheres também tem sido vítimas de abusos feios.

Agora que se aproxima a quadra festiva, os bandidos estão a dizer que o terror vai aumentar, porque a contribuição tem que ser geral e nada de caras trancadas.

Espero que a Polícia Nacional consiga manter a prevenção para não deixar que os bandidos façam das suas no Natal e no Ano Novo.

Aliás, muitas famílias e primas minhas estão a evitar ficar no bairro e arredores por conta do aviso que foi feito.

Júlio Libongo

9.3 Dez dias de um Sambizanga sem o som do apito nas ruas

Jornal O PAÍS

15 De Dezembro de 2023

Texto: Jaime Tabo

Faltaram apenas choros entre os residentes daquele distrito. Abatidos e tristes, os rostos das testemunhas da segurança alcançada com a vigência da ora extinta Turma do Apito, naquela parte do município de Luanda, espelham alguma nostalgia. O sentimento fica mais expresso quando se ouvem desabaços de novas vítimas de criminosos.

A leitura da expressão facial não está errada, pois os próprios entrevistados revelam o sentimento que carregam no íntimo: "estamos tristes e com sensação de saudade do trabalho da Turma do Apito", disseram, justificando com o ressurgimento de histórias de assaltos e de lutas entre gangues, no bairro.

Os moradores acreditam que os feitos do soar do apito eram verdadeiros actos milagrosos. Ao som do instrumento de sopro, marginais foram capturados, bens recuperados e os implicados responsabilizados.

A criminalidade reduziu consideravelmente, no Sambizanga, facto que consideraram um milagre.

Porém, para lá começam a ficar os melhores dias em termos de segurança naquele distrito. A causa é a extinção da "Turma do Apito, segundo o município José Rodrigues, residente há 19 anos, que se diz testemunha de novos assaltos na conhecida zona da Mulembeira.

Os crimes controlados pelos homens do apito estão a ressurgir sem, no entanto, a Polícia mostrar-se com capacidade para dar resposta, uma vez que, acrescentou, esta garante a segurança até perto das 21 horas, deixando a população vulnerável antes os marginais que deram início as suas práticas delituosas.

"Nós estamos preocupados. Não sabemos o que será do nosso bairro daqui para frente. Desde a extinção da Turma do Apito, já se está a ouvir de roubos e lutas de jovens, no bairro. A Turma do Apito já não pode resolver, porque está afastada", avançou.

Deixou a casa as primeiras horas do dia para realizar exercícios físicos. Mas, ao meio do seu percurso, deparou-se com imagens que já estavam fuscas na sua memória: "encontrei uma cantina arrombada as 5 horas, ali arras, no Pereira", começou a descrever os contornos difíceis do fim da Turma do Apito.

Seu nome é Roque Alberto. O cidadão que vive há 47 anos, no Sambizanga, contou que o estabelecimento comercial foi assaltado. Levaram do espaço litros de óleo alimentar e outras mercadorias que preenchiam as prateleiras.

"Assaltaram na normalidade. A cantina ficou muito tempo e nunca foi assaltada", lamentou o morador, referindo que existem novos casos de roubos e furtos no Mercado da Pombinha.

Mulheres temem novos casos de violência doméstica

A criação da Turma do Apito teve implicações na redução significativa de casos de violência doméstica. O facto deveu-se a intervenção da organização em situações nas quais mulheres eram espancadas pelos maridos, aplicando determinados castigos que não permitiam os cidadãos a tornarem-se reincidentes.

"Quando um homem bate a sua mulher e esta vai dar queixa, tem a tendência de bater o homem. Isso está certo, porque no Sambizanga tem homens que batem violentamente as suas mulheres. A Turma do Apito diminuiu muito a violência doméstica, Agora, se a Turma do Apito acabar, os homens vão vingar-se de nos", disse Antonica Fernando Eugénia Miguel vive há 46 anos no Sambizanga. E das muitas mulheres que não aceitam o fim da Turma do Apito, por

considerar importante a actividade que esta realizava, na garantia da segurança das populações.

Para a munícipe, a extinção do grupo esta a provocar o aparecimento de marginais e a realização de roubos de roupas, inclusive, no estendal.

"Estão a roubar as banheiras para irem pesar, pratos no quintal. Até a roupa que está no fio, mesmo se não tiver seca, estão a levar.

9.4 Turma do Apito acredita numa restauração e reativação do grupo

Jornal O PAÍS

15 De Dezembro de 2023

O último encontro entre as partes foi realizado nesta Segunda - feira, 11, onde as autoridades - a PNA e a administração local - alegaram aparência da designado a Turma do Apito". Sergio Octávio reconheceu a inexistência de qualquer respaldo legal a nível do nosso ordenamento jurídico a favor do grupo

No entanto, esta legislado o Conselho de Vigilância Comunitária, sendo que, por este caminho, a negociação tem sido positiva, abrindo a possibilidade de uma futura Turma do Apito reestruturada, ou seja, sem o nome que a população lhe atribuiu

Ter"sim, uma reactiva, o. S nome e que o flicara para tras. Ser apenas Brigada de Vigilância Comunitária, ao abrigo da lei 7/16 de 1 de Junho - Lei Organica sobre a Organização e Funcionamento da Comissão dos Moradores, onde encontramos o Serviço de Vigilância Comunitaria", anunciou

Apesar destes avances nas negociações, Sérgio Octavio lamentou o facto de a extinção ter ocorrido sem que houvesse algum aviso previo por parte da Polícia, que, durante o processo de desactivação, destruiu bens patrimoniais das Canforas-um espaço -onde se realizavam actividades semelhantes as de uma esquadra

9.5 Ministério do Interior aposta no reforço de medidas contra a criminalidade

Jornal de Angola

30 De Dezembro de 2023

Texto: André da Costa e Quissanga

Quindai

Esta posição foi defendida, quinta-feira, em Luanda, pelo ministro do Interior, Eugénio Laborinho, durante a cerimónia de cumprimentos de fim de ano, realizada no Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais "Osvaldo de Serra Van-Dúnm".

O governante fez saber que o Ministério do Interior (MININT) vai trabalhar para melhorar as infra-estruturas, reforçar com meios e equipamentos os seus órgãos, sobretudo a Polícia Nacional e o Serviço de Investigação Criminal (SIC), assim como concluir os projectos habitacionais em curso, para minimizar a carência de casas para os efectivos.

O MININT, segundo o ministro, pretende uma maior aproximação e comunicação entre efectivos e a população, visando evitar crimes, bem como incentivar a cultura da denúncia, contando com o apoio do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP).

A adopção de medidas para melhorar o controlo das fronteiras, a gestão de actos migratórios e o atendimento aos utentes, tornando-os mais céleres, constituem, também, desafios para o ano que se avizinha, segundo o governante, que prometeu envidar esforços para a melhoria das condições de acomodação dos reclusos, com a inauguração de mais estabelecimentos penitenciários em algumas províncias.

Eugénio Laborinho disse que uma atenção especial será prestada ao Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, tendo em conta as quedas pluviométricas, descargas atmosféricas, inundações, desabamentos, deslizamentos de terras, transbordos de rios e de bacias hidrográficas que se registam no país, além dos acidentes de viação que têm causado mortes e ferimentos nas estradas nacionais.

O ministro defendeu maior dinamismo no atendimento aos pensionistas e segurados, bem como a aplicação e rentabilização dos recursos financeiros disponíveis na Caixa de Protecção Social, com vista à

sua sustentabilidade, e execução de projectos habitacionais e outros a favor dos funcionários do MININT e suas famílias.

Eugénio Laborinho exortou os cidadãos a evitarem excessos, sobretudo no consumo de bebidas alcoólicas, condução sob efeito de álcool, uso inadequado de praias, lançamento de fogos de artifício sem autorização e outras práticas incompatíveis com a boa convivência e a segurança pública.

O ministro considerou que o ano que está prestes a terminar foi de desafios e dificuldades, destacando o engajamento em várias tarefas a nível nacional, regional e internacional, com realce para a prevenção e combate à criminalidade, sobretudo homicídios, roubos, contrabando de combustível e de metais preciosos, danos a bens públicos, crimes cibernéticos e imigração ilegal.

Apesar das dificuldades financeiras, referiu, foi possível garantir segurança e ordem pública no país, adquirir meios rolantes e outros equipamentos, bem como executar projectos estruturantes para a melhoria das condições de trabalho e sociais dos funcionários.

Deu a conhecer que, durante o ano, o MININT capacitou e formou muitos efectivos em matéria policial, de investigação criminal, de inteligência e de segurança pública, migratória, penitenciária, protecção civil, segurança integrada de infra-estruturas críticas e aeroportuárias, inteligência emocional, execução patrimonial de despesas, gestão de recursos humanos, línguas estrangeiras e outras áreas do saber.

Durante o ano, foram inauguradas várias infra-estruturas dos órgãos do MININT, como o Serviço Integrado Municipal no Namibe, os edifícios sede da Direcção Provincial de Malanje e Cunene do SME e do SIC, postos de atendimento ao público do SME em Luanda, a cadeia feminina da Huíla e o projecto de casas sociais no Cuanza-Norte.

O ministro explicou que também foi prestada atenção especial ao processo de progressão na carreira dos efectivos que exercem cargos de direcção e chefia, bem como daqueles que reuniam os requisitos exigidos para ascensão na patente.

Mais de 60 mil crimes registados

O Ministério do Interior registou, de Janeiro a Novembro, 62.805 crimes de natureza diversa, que resultaram na detenção de 43.963 indivíduos, tendo sido esclarecidos 64 por cento dos casos.

Durante o ano, foram, também, registados 13.597 acidentes rodoviários, cujas causas e consequências não foram revelados.

Segundo o ministro, dos crimes violentos registados 71% foram cometidos por pessoas próximas às vítimas, situação que exige maior atenção e colaboração das famílias e da sociedade em geral.

O ministro do Interior informou que, apesar de terem aumentado os crimes informáticos, essencialmente os que colocam em causa a honra e o bom nome das pessoas, bem como as burlas e o aliciamento a menores, as estatísticas permitem afirmar que a situação de segurança pública no país é estável e calma.

9.6 “Os níveis de criminalidade conheceram, durante o ano, um decréscimo considerável”

Jornal de Angola

31 De Dezembro de 2023

Texto: Avelino Umba

A garantia foi dada sexta-feira, em Luanda, pelo director geral do SIC, comissário-chefe António Paulo Bendje, durante a cerimónia de cumprimentos de Final de Ano.

A direcção do SIC, acrescentou, deu especial atenção à prevenção e combate à criminalidade nas suas mais variadas facetas, "cujos resultados são visíveis".

O comissário-chefe António Paulo Bendje reconheceu que, de modo contínuo, diversas acções, consubstanciadas na melhoria das condições sociais e laborais dos efectivos, não foram profundas, devido ao momento da crise que afectou a cabimentação financeira e limitou a concretização dos projectos previamente programados.

Em jeito de balanço, entre as várias acções realizadas, destacou a institucionalização do Centro de Instrução da Damba, na província de Malanje, o primeiro na história da Investigação Criminal, estando já no segundo curso de formação básica, com 1.710 instruídos, que, somados com os primeiros 1.000 do ano anterior, totalizam 2.710 efectivos.

Neste particular, disse, o SIC envida esforços para que, no futuro, no centro de formação sejam ministrados cursos de especialidade, transformando-o depois em Centro de Formação Regional de Investigação Criminal.

António Paulo Bendje explicou que os actos de pré-nomeações, promoções e graduações ainda não são os mais desejáveis, pois alguns efectivos que exercem cargos de direcção e chefia não têm os postos e as funções ajustadas.

"Encontram-se em fase de assinaturas as ordens de serviço de 10.258 autos de progressão, dos quais 788 patenteamentos, 290 promoções e 180 graduações a favor dos efectivos. Por isso, apelamos à calma, pois não descansaremos até que todos sejam ajustados, com reflexo nos salários", garantiu.

O responsável do SIC/Geral considerou positivo o balanço do ano prestes a findar, tendo, entretanto, criticado o envolvimento de certos agentes em casos que terminaram em fatalidade de efectivos ou cidadãos indefesos.

O comissário-chefe disse haver a necessidade de se corrigir condutas desonestas que mancham o SIC, para que o novo ano tenha boas realizações. Exortou ao Gabinete de Inspeção e aos responsáveis no geral no sentido de serem implacáveis na responsabilização disciplinar e criminal dos prevaricadores.

Desafios para 2024

O SIC, segundo António Paulo Bendje, tem muitos desafios para 2024, dando-se atenção especial à continuidade de acções de carácter proactivo, elevação do prestígio profissional para melhor eficácia operacional, através de uma estratégia virada para a resolução dos problemas, bem como à valorização dos recursos humanos, através da avaliação do desempenho profissional.

"A nossa acção estará virada ao reforço das medidas de prevenção da criminalidade organizada, crimes violentos, transfronteiriços, combate à corrupção, branqueamento de capitais, vandalização de bens públicos, violações sexuais e tráfico de drogas", assegurou.

O Serviço de Investigação Criminal, garantiu, vai continuar a envidar esforços, em coordenação com a Direcção Nacional do Património do Estado, afecta ao Ministério das Finanças, para a aquisição de um edifício com características que se adequam à actividade da instituição, dando-se, também, atenção especial à formação contínua.

Efectivo feminino

O director geral do SIC garantiu, para o próximo ano, maior aposta nas mulheres em funções de relevo.

A aposta, acrescentou, é ter mais mulheres em cargos de chefia a nível dos órgãos centrais e locais, com qualidades profissionais e competência.

"Apesar de já haver um número considerável de chefes de secções e de departamentos, a nossa aposta vai para os cargos de direcção. No próximo ano, vamos promover mais senhoras para exercerem cargos de direcção nacional e também de directores provinciais", prometeu.

O director-geral do SIC agradeceu o trabalho que tem sido desenvolvido pela Comunicação Social e garantiu o reforço de parcerias na prevenção de crimes, bem como incentivar a prática de denúncias por parte da população.

10. AMBIENTE

10.1 Chuvas com saldo de 100 vítimas mortais em todo o país

Novo Jornal

1 De Dezembro de 2023

Mais de cern pessoas morreram, em todo a País, vitimas de descargas atmosféricas e inundacoes desde a inicio da presente epoca chuvosa, revelou, esta semana, em Luanda, a porta-voz dos services de Protecção Civil e Bombeiros, Felix Domingos, que coloca Huila, Huambo e Bie entre as provincias mais afectadas.

Felix Domingos disse que, me sma com as pa ra-r ai os existentes no país, para proteger a populacao destes fenomenos atmosfericos, ainda há um registo muito alto e fora do comum de mortes.

a superintendente garante que a corporacao tern trabalhado, também, com a população na educação e na prevencao aos desastres naturais.

"Urn mes antes do inicio das chuvas, realizamos uma serie de actividades de educacao, como forma de prevenção e redução de riscos de desastres", assegura, ressaltando, contudo, que as ultimas chuvas tiveram muita intensidade, alga fora do normal.

Par exemplo, em Luanda, só nesta semana, mais de duas mil casas ficaram inundadas, em consequencia das fortes chuvas que caem pela capital do Pais. as municipios de Viana, Belas, Cacucaco, Talatona, Kilamba-Kiayi e Cazenga sac as mais criticos.

No país, em 2022, pelo menos 308 pessoas morreram, 184 fica ram feridas e 13 mil familias foram afectadas em consequencias das chuvas. Huambo foi a provincia que teve a maior registo de vitimas mortais no ana passado, com urn total de 54 .

NOVO JORNAL

10.2 Construções nas linhas de água preocupam as equipas técnicas

Jornal de Angola

1 De Dezembro de 2023

Texto: António Cristóvão

A construção de residências e outros espaços, como restaurantes, ou oficinas, no curso das linhas naturais de água na capital do país tem obstruído a passagem até ao corpo hídrico principal, denunciou, ontem, a

directora-geral da Unidade Técnica de Gestão de Saneamento de Luanda (UTGSL).

Zenilda Mandinga revelou, após a recepção de novos meios técnicos na quarta-feira, que têm mais condições para aumentar a competência da UTGSL e melhorar a qualidade dos serviços de manutenção dos órgãos de drenagem da provincia de Luanda. "As construções nas linhas de água obstruem a passagem normal da água", disse, preocupada com a situação em alguns pontos da provincia.

Actualmente, Luanda possui 317 quilómetros, das quais 28 são valas infra-estruturadas, inseridas no sistema de macrodrenagem, que têm ajudado a encaminhar a água das chuvas, depois de passar por uma Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), para o mar.

10.3 Chuva intensa provoca desabamento de casas

Jornal de Angola

2 De Dezembro de 2023

Texto: Maximiano Filipe

Jorge David disse que as chuvas que caíram em Benguela, sobretudo, nos municípios do litoral (Lobito, Catumbela, Baía Farta e Benguela), causaram, ainda, o ferimento de uma adolescente, de 15 anos, a queda de três árvores e de 1 posto de iluminação pública.

Para reduzir os danos, disse, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros elaborou um plano de contingência. "Sabemos que todos os anos chove e as chuvas trazem, sempre, problemas. Por isso, já estávamos preparados".

Uma comissão multisectorial, coordenada pelo Governo Provincial de Benguela, com técnicos das administrações municipais, quadros da Saúde e autoridades tradicionais, explicou, está, desde a tarde de ontem, a fazer um levantamento para avaliar os danos causados pelas chuvas.

10.4 Luanda vai ter cinco mil ecopontos

Jornal de Angola

2 De Dezembro de 2023

Texto: Alexa Sonhi

A provincia de Luanda vai ganhar, em breve, um total de cinco mil ecopontos, que serão instalados em

escolas, mercados, avenidas principais e outras zonas de maior circulação.

A informação foi prestada, ontem, no Dubai, pelo presidente da Associação Nação Verde.

Bruno Cruz, falando à imprensa sobre a participação na COP28, explicou que, actualmente, Luanda tem instalados mais de 50 ecopontos nas principais escolas da capital, com destaque para o IMIL, Alda Lara, IMEL, IMNE e no ITEL.

Estes ecopontos, acrescentou, foram conseguidos através de patrocínios da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), da Coca-cola, Refriango e da Agência Nacional de Petróleo e Gás.

Os ecopontos são locais específicos para a população colocar, de forma separada, o material reciclável, como papel, plásticos, vidros, alumínio e outro tipo de resíduos que considere fora de uso.

De forma a acelerar o processo de instalação de ecoponto, o ambientalista garantiu que vai aproveitar a participação na COP28 para criar parcerias e captar financiamentos, a fim de continuar a desenvolver o projecto de colocação de ecopontos nas escolas do país.

Actualmente, a Associação Nação Verde desenvolve as actividades em Luanda, mas faz parte dos planos estender o projecto para todas as províncias do país, de modo que a população possa ganhar maior cultura ambiental.

De acordo com Bruno Cruz, a Associação Nação Verde foi criada com o objectivo de promover a logística reversa, desenvolver a economia circular e contribuir na valorização dos resíduos sólidos urbanos.

O ambientalista disse que a valorização dos resíduos sólidos urbanos em Angola constitui um dos principais problemas, sobretudo, na gestão, daí a urgência na colocação dos ecopontos.

"Por isso, vamos aproveitar esta oportunidade para conseguirmos atrair tantas organizações nacionais como internacionais para valorizarmos mais a questão dos resíduos sólidos urbanos produzidos no país", sublinhou.

Melhorias no sustento familiar

O trabalho de gestão de resíduos sólidos, desenvolvido pela Nação Verde, está a contribuir de forma significativa no sustento de muitas famílias angolanas, mais evidente com os vulgos catadores de

lixo que exercem esta actividade em contentores comuns para a retirada de latas, vidros e papelões a fim de comercializarem.

Segundo Bruno Cruz, com a instalação de ecopontos nas comunidades, os catadores de lixo deixaram de recolher em contentores comuns e fazem-no partir dos ecopontos distribuídos em algumas escolas da capital.

Fruto desta acção, as famílias aumentaram as receitas de oito mil kwanzas conseguidos anteriormente para 50 mil, valor acima do salário mínimo nacional. O responsável indicou que quantos mais ecopontos forem implementados nas comunidades mais catadores de lixo serão retirados das ruas.

O presidente da Associação Nação Verde realçou que, desde a instalação do primeiro ecoponto e da acção de limpeza nas praias, já foram retiradas 25 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos, com maior destaque para o plástico.

Bruno Cruz acentuou que a poluição plástica nos oceanos se tornou uma preocupação mundial, alertando que se não for reduzido o consumo de plástico, sobretudo o de uso único, até 2050, os mares terão mais plásticos do que peixe.

"Por isso, Angola está a promover acções que visam uma maior sensibilização, consciencialização e educação ambiental para os nossos cidadãos, de modo que, a partir de casa, transmitam aos filhos a importância de todos juntos protegermos o ambiente", referiu.

10.5 Setecentos mil pés de mangais vão ser plantados na orla costeira do Soyo

Jornal de Angola

4 De Dezembro de 2023

Texto: Victor Mayala

Cerca de 700 mil pés de mangais vão ser plantados ao longo da zona costeira e ribeirinha do município do Soyo, na província do Zaire, numa iniciativa do Instituto Superior Universitário "Nimi a Lukeny", inserida no âmbito da sua responsabilidade social.

Para a materialização do projecto, o presidente da referida instituição de ensino superior, professor doutor Lando Ludi Pedro, assinou, no passado dia 17 de Novembro, um protocolo de parceria com a empresa Seatag-pescas, que, além de actuar no processamento de pescado, detém, igualmente, um vasto viveiro de mudas de mangais, criado com o

propósito de repovoar zonas devastadas pela acção humana.

O Jornal de Angola apurou que o protocolo, com a duração de cinco anos, renováveis, define que cabe ao Instituto "Nimi a Lukeny" prestar apoio científico à Seatag-pescas, em matéria de produção, plantação e tratamento de mangues, através do curso de Engenharia Agronómica ali ministrado.

A cerimónia de assinatura do referido protocolo de parceria, que prevê, igualmente, a dinamização da cultura de cajueiros, foi testemunhada, entre outras individualidades, pelo administrador municipal do Soyo, José Mendes Belo, em representação do governador provincial, Adriano Mendes de Carvalho, e pelo promotor do Instituto "Nimi a Lukeny", Pedro Manuel.

Ao discursar no acto, o presidente do Instituto Superior Universitário "Nimi a Lukeny", Lando Ludi Pedro, sublinhou a importância da iniciativa, por considerar que a parceria conjuga, em si, as dimensões de inovação e intercooperação entre entidades que, embora estando fisicamente próximas, não tinham, até agora, uma cultura de cooperação.

"Não temos dúvidas que o passo que acabamos de dar, hoje, tem um grande significado ao nível da efectivação dos objectivos do desenvolvimento sustentável que o Estado angolano subscreveu, entre os quais a plantação, até Dezembro, de um milhão de ecossistemas de mangais em todas as orlas marítimas do território nacional", referiu.

Lando Ludi Pedro avançou que, para a prossecução deste objectivo, a Universidade e outras instituições na região são convocadas a trabalhar em rede, pois, como frisou, diante dos desafios da desflorestação, só vence quem souber desenvolver parcerias numa perspectiva de colaboração e esforço colectivo, racional e académico-científico.

"Neste sentido, o curso de Engenharia Agronómica do nosso Instituto terá a responsabilidade de propor soluções, no âmbito da produção, plantação, controlo dos equipamentos, segurança e higiene dos produtos para alcançar estes desafios do Estado angolano", asseverou.

O académico indicou que os estudos sobre o impacto ambiental são resultantes da acção humana no espaço geográfico, sendo, por isso, a parceria estabelecida com a Seatag-pescas não se resume apenas no provimento de mudas de mangues e cajueiros, mas, também, serve para promover debates e propor soluções relacionadas com a diminuição da poluição atmosférica, deposição incorrecta de resíduos sólidos

na superfície, prevenção da contaminação das fontes de água e da extinção de outras espécies.

"Não é comum este processo de parceria e este é um espírito e uma visão necessários para o desenvolvimento sustentável, por considerar os três pilares de uma instituição de ensino superior, nomeadamente ensino, investigação e extensão", realçou.

O responsável desafiou, por conseguinte, os empresários e as demais organizações locais, quer do sector público, quer do privado, a firmarem outras parcerias com o Instituto "Nimi a Lukeny", de modo a permitir o desenvolvimento mútuo das instituições e assegurar, igualmente, o desenvolvimento de competências dos futuros graduados.

Inserção de estudantes no mercado

O gestor revelou que uma das estratégias constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) tem a ver com a criação de mecanismos e protocolos com o tecido empresarial, com vista à inserção de estudantes nas empresas ou mercado de trabalho.

O administrador executivo da Seatag-Pescas, Alcatir Costa, disse esperar que o protocolo produza, de facto, resultados que possam contribuir para um ambiente mais saudável, através da plantação de mangais e desenvolvimento de outras acções viradas para a preservação dos ecossistemas.

"A Seatag-Pescas é uma empresa privada que abraçou o desafio de vir investir nesta localidade do Soyo, com a construção de um complexo pesqueiro. E, no âmbito deste investimento, a nossa empresa tem responsabilidades, entre as quais está a social e, fundamentalmente, a ambiental, razão pela qual criamos, aqui, o maior viveiro de mangais do país", disse.

À margem do acto, Alcatir Costa ofertou à direcção do Instituto "Nimi a Lukeny" equipamentos informáticos e material de um laboratório químico para a identificação e combate às pragas que afectam diversas espécies vegetais.

A directora do departamento de Ciências Agrárias e Veterinárias, Maria Dias, explicou que o referido laboratório possui múltiplas valências e servirá, igualmente, para avaliar as propriedades dos solos e das águas nos campos de cultivo.

A especialista agrária avançou, ainda, que estão previstos, no domínio ambiental, investigações sobre a avaliação da quantidade de carbono na atmosfera, que resulta da actividade de exploração petrolífera na região.

Administração municipal saúda iniciativa

O administrador municipal do Soyo, José Mendes Belo, manifestou-se satisfeito com a parceira firmada entre as duas instituições, lembrando que muito tem sido feito, em termos de sensibilização das populações, no sentido de se preservar o ambiente e impedir a devastação dos mangais, que, apesar das acções desenvolvidas, a situação é recorrente até aos dias de hoje.

"Estamos felizes com esta iniciativa e esperamos que o projecto tenha, de facto, pernas para andar e que se plante, num curto espaço de tempo, um elevado número de mangais para proteger a orla marítima", apelou José Mendes Belo, que mais adiante lembrou que a conservação dos mangais para o equilíbrio do ecossistema, protecção das espécies marinhas e a preservação do meio ambiente constituem desafios importantes das autoridades do país.

José Mendes Belo manifestou, igualmente, a disponibilidade da administração local em continuar a trabalhar com todas as instituições e pessoas singulares que abraçaram os desafios acima mencionados.

O administrador considerou uma mais-valia o curso de Engenharia Agronómica ministrado no Instituto Nimi a Lukeny, particularmente para o município do Soyo, cujas populações se dedicam, maioritariamente, à actividade agrícola.

"Os agrónomos são profissionais de extrema importância para um país com as características do nosso. Eles são capazes de adaptar os conhecimentos e as habilidades desenvolvidas ao longo do curso nos diferentes contextos e negócios, como por exemplo, nas fazendas, indústrias e laboratórios de pesquisas científicas", frisou.

O administrador louvou, também, a inclusão, no projecto, da ideia de plantação de cajueiros, espécie vegetal que produz o cajú, uma fruta considerada por muitos bastante deliciosa, de onde se extrai, também, a castanha e um suco que, quando fermentado, transforma-se em bebida alcoólica, localmente conhecida por Mbibidi, muito consumida no passado recente e que, segundo José Mendes Belo, tende a desaparecer devido ao derrube desenfreado dos cajueiros na região.

Destruição indiscriminada dos mangais

Numa ronda, o Jornal de Angola constatou que a destruição dos mangais persiste em várias zonas, ao longo da orla costeira e dos braços do rio Zaire, apesar dos apelos que são feitos por distintas

entidades sobre a necessidade da preservação destes ecossistemas naturais.

Para além do abate indiscriminado, muitos dos locais com mangais tornaram-se, também, o destino final de entulhos e esgotos, estando sujeitos à poluição de resíduos sólidos, líquidos nocivos, entre outros químicos, pondo em perigo várias espécies existentes nestes lugares.

A configuração geográfica da cidade do Soyo assemelha-se a uma Ilha, pelo facto de estar circundada pelo mar e pelos vários braços do majestoso rio Zaire, pelo que a ausência dos mangais tem aumentado os riscos da ocorrência de inundações, já que a vegetação serve de barreira às águas.

Dados do Ministério do Ambiente consultados pelo Jornal de Angola revelam que o município do Soyo possui a maior zona de mangais em Angola, fruto da existência de cerca de 123 ilhotas com densas florestas, daí que vários ambientalistas têm defendido a necessidade de a sociedade local evidenciar maior responsabilidade no que toca à sua protecção.

10.6 Gestão e sustentabilidade ambientais precisa de 8,8 mil milhões de dólares/ano

Jornal Economia e Finanças

8 De Dezembro de 2023

Texto: Isaque Lourenço

A factura da estratégia climática de Angola, para o período 2021-2025, está estimada em 44 mil milhões de dólares.

Este orçamento global, se dividido pelos cinco anos, dá uma média anual de 8,8 mil milhões de dólares, segundo cálculos da Redacção, a número não assusta o Governo, que assume plene comprometimento com as questões do clima.

De acordo com os números e outras indicações sobre o desempenho do país, lançados na Confe-

rência das Partes - Cap28, ainda a decorrer no Dubai - Emirados Árabes Unidos, a transição energética é um processo que vai continuar.

" Processo irreversível.

No Dubai, o Presidente João Lourenço esteve à frente da equipa, durante a Cimeira de Líderes Mundiais, realizada no último sábado e domingo.

Além das conversações mantidas com autoridades de vários países, a diplomacia climática do Chefe de Estado angolano foi também um factor activo na Cap28.

Entre várias iniciativas e medidas protectoras do ambiente, o Chefe de Estado angolano apontou, por

exemplo, o Cafu. Este canal no SuI de Angola, que interliga as províncias do-Cunene, Huíla e Namibe, é a amostra de como os programas dos governos SaG essenciais para gerar vantagens comparativas no momento danegociacao.

João Lourenço, na Cimeira de Líderes Mundiais, falou também de como é até quando Angola, particularmente, pretende levar a cabo os temas propostos no seu calendário de actividades sobre o ambiente durante e depois da COP28.

O Cafu combate à seca severa no SuI de Angola, fenómeno este que se acredita ser consequência das alterações climáticas: o canal é na realidade uma espécie de rio artificial para abeberamento do gado e apoio à produção agrícola nas zonas interligadas. É por razão disso um exemplo de como África, no geral, e Angola em particular use assumirem" como as futuras reservas de água no planeta. São milhares de efectivos bovino e caprino, assim como as famílias de agricultores cujas vidas transformaram-se com a chegada do canal de irrigação do Cafu.

10.7 Governo da Província de Luanda cria centros para acolher vítimas das chuvas

Jornal de Angola

Texto: António Cristóvão

12 De Dezembro de 2023

Bravo Mendes adiantou, a título de exemplo, que 40 famílias atingidas pelas chuvas no município de Belas estão num centro de acolhimento erguido na localidade. "Temos os centros já existentes, que desempenham a função de acolher as pessoas desalojadas, por qualquer situação", disse.

O comandante provincial adjunto dos Bombeiros avançou que há planos para se erguer mais locais onde construir centros de acolhimento, além de anunciar a preocupação pelos habitantes de algumas localidades como Vila Flor, Zango e Estalagem, vítimas das chuvas de domingo e ontem.

Bravo Mendes falava no final de um acto que marcou a entrega, pelo governador de Luanda, Manuel Homem, de diplomas de mérito e reconhecimento a

algumas instituições pela dedicação ao serviço público, com realce às acções de limpeza, saneamento e manutenção do sistema de drenagem da capital do país.

O responsável do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros revelou, à Angop, que oito pessoas morreram em consequência das chuvas de domingo e ontem, em Luanda.

Mitigar os efeitos da chuva

O Governo da Província de Luanda (GPL) está a criar condições para mitigar os efeitos da chuva, revelou, no encontro, Manuel Homem. O governador admitiu que o sistema de macro e microdrenagem continua a ser dos principais desafios para o GPL, cujas responsabilidades inclui a manutenção e a gestão do saneamento de Luanda. "É um desafio com o qual Luanda vem enfrentando nos últimos anos, em especial com a degradação das infra-estruturas de saneamento pelo tempo útil de uso destas", declarou.

Manuel Homem reconheceu e agradeceu o compromisso das empresas distinguidas, pelo trabalho efectuado no quadro da limpeza, saneamento e manutenção dos sistemas de drenagem, das valas de retenção de água, sarjetas, colectores e esgotos da cidade capital. "Muito obrigado pelo empenho, queremos reafirmar o compromisso de continuarmos juntos nesta caminhada por uma província cada vez melhor".

Os agraciados

A distinção foi feita às empresas de construção civil Omatapalo, Mota Engil, Griner, Odebrecht e Sinohydro. Os diplomas foram entregues aos responsáveis das empresas pelo governador de Luanda, Manuel Homem, na sede do GPL, após a reunião da Comissão Provincial de Protecção Civil, que avaliou o impacto das chuvas este ano, as eventuais consequências da previsão meteorológica, o plano de intervenção da macrodrenagem e o plano de acção para mitigação e resposta aos efeitos das chuvas.

O encontro, realizado na sede do GPL, aprovou com unanimidade a proposta do plano de acção para a época chuvosa, num encontro que reuniu os membros da Comissão Provincial de Protecção Civil de Luanda.

Buscas pelo corpo

As buscas pelo corpo do cidadão Moisés Luís, de 39 anos, desaparecido a 23 de Novembro deste ano, continuam e estenderam-se até à zona do Catinton,

revelou, ontem, em Luanda, o comandante provincial adjunto do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

O subcomissário Bravo Mendes disse que os efectivos do comando provincial de Luanda do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros prosseguem as buscas para localizar o munícipe, depois de já o terem efectuado em duas ocasiões, incluindo com familiares do desaparecido.

"Com o cepticismo da família e criadas as condições, efectuamos uma segunda incursão, mas não encontramos o corpo. Até agora continuam as buscas na zona do Catinton e sem grandes esperanças por enquanto", explicou.

Com base no relato de algumas testemunhas, junto à Tourada, Moisés Luís, fazia trabalho de cobrador de táxi, desequilibrou-se e caiu na vala de drenagem defronte ao Velório da Polícia Nacional, onde foi arrastado pela água da chuva.

Moradores de alguns bairros perdem o sono

As chuvas que caíram no domingo e ontem de madrugada tiraram o sono a milhares de cidadãos. Gaúcho foi um deles. Morador do bairro Mussende, em Viana, disse que, apesar de viver próximo à estrada principal, teve de dormir ao relento, pelo facto de a água da chuva ter inundado a casa.

"Nem consegui dormir. A casa está bem localizada, mas choveu tanto que entrou bastante água. Para não colocar em risco a família, devido ao risco de electrocussão, decidimos sair e passar a noite na rua. Montamos uma tenda improvisada próximo ao portão onde ficamos", contou.

Gerente de uma recauchutagem, localizada a 30 metros de casa, disse que ontem, nem conseguiu ir trabalhar. "Ainda estamos a pensar em como vamos recuperar o que temos dentro de casa", disse, à espera que o chuvisco miúdo cessasse para retirar a água de casa.

Ao lado da esposa e dos filhos, Gaúcho explicou que muitos outros vizinhos tiveram experiências semelhantes, alguns até piores. "Mesmo com os entulhos colocados, não conseguimos impedir o avanço da água", lamentou.

Noutros pontos de Viana, a situação foi semelhante. No bairro Kajinjí, os moradores ficaram sem poder ter contacto com outras localidades próximas devido ao transbordo da água de uma vala na circunscrição.

Ailton Francisco, de 21 anos, disse que queria ir para a escola, quando saiu de casa e notou que a maioria das pessoas estava a retomar. "Estudo de tarde, mas

decidi ir mais cedo à escola por causa da chuva. Só não sabia que a água da vala tinha barrado a passagem", adiantou.

Orlando Sulissa, morador da Sanzala, em Viana, disse que teve inúmeras dificuldades para se deslocar. "Não tem táxis. Estou na paragem desde às 8h30 e já são quase 9h20 e até agora nada", lastimou, acrescentando que teve imensas dificuldades para chegar até à estrada principal, devido aos charcos de água.

Trânsito favorável

Ontem, a circulação rodoviária não registou os habituais congestionamentos diários. Em parte por muitos funcionários terem ficado sem condições de ir até aos locais de trabalho. Nas vias principais, como a Avenida Deolinda Rodrigues, a fluidez era registada da Vila de Viana até ao 1º de Maio, apesar de existirem alguns pontos com água parada.

Adriano de Melo

Advertência para Benguela

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) lançou, ontem, o alerta amarelo, de advertência, para a possibilidade de chuva forte com trovoadas na província de Benguela, informou, ontem, o director da instituição.

João Afonso adiantou que de acordo com as previsões é preciso alertar a população e as autoridades de Benguela para as próximas horas. A população, continuou, deve estar atenta, em especial pelo risco de ocorrência de descargas eléctricas. "É preciso que quando estiver a chover as pessoas fiquem longe dos postes de energia eléctrica, debaixo de árvores ou usem telemóveis", sublinhou, além de aconselhar as pessoas a desligarem os aparelhos eléctricos e quadros de energia nestas condições.

O INAMET, referiu, prevê, igualmente, a ocorrência de chuvas intensas, acompanhadas de relâmpagos, nas províncias do Cuanza-Norte, Luanda, Bengo e Cuanza-Sul. De acordo com os dados, disse, a província do Cuanza-Norte registou o maior volume de chuva e por isso teve um alerta "laranja".

Engrácia Francisco

Mortes no Huambo

As chuvas que caíram, nos últimos sete dias, em algumas localidades da província do Huambo, causaram a morte de seis pessoas e desalojaram dezenas de famílias, informou, ontem, a Angop.

Numa nota de imprensa, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros explicou que uma das vítimas foi em consequência de uma descarga atmosférica, enquanto as outras cinco foram por desabamento de parede de residências. As tragédias, com base no documento, ocorreram nos municípios do Bailundo, Caála e Longonjo. De realçar que, entre 15 de Setembro a 28 de Novembro, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros na província do Huambo registou a morte de 60 pessoas e ferimentos de outras 51, como resultado das chuvas torrenciais acompanhadas de fortes ventos e descargas atmosféricas.

Destruição de bens materiais no Cuanza-Sul

A chuva que caiu entre às 21h00 de domingo às 13h00 de ontem, causou muitos estragos na cidade do Sumbe, no Cuanza-Sul, como inundações de estabelecimentos escolares, unidades hospitalares e algumas residências.

De acordo com balanço provisório dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros (SPCB), a intensidade da chuva levou ao transbordo do rio Cambongo, o que provocou o desabamento de quatro residências no Sumbe, causando dois feridos, a inundação do Hospital Pediátrico do Cuanza-Sul, obrigando a transferência de 154 pacientes internados para o Hospital Geral do Sumbe.

O comandante provincial adjunto do SPCB disse que a chuva afectou duas mil famílias e como tal 11 mil cidadãos estão ao relento. Mário Calei adiantou que a chuva inundou, também, sete escolas, duas Igrejas e provocou o deslizamento de terras ao longo da Estrada Nacional 240, que liga a cidade do Sumbe à Gabela.

Entre as instituições mais afectadas por inundações, realçou, estão o Instituto Médio Politécnico do Sumbe e a escola do I Ciclo do ensino secundário "4 de Abril". As localidades mais afectadas, adiantou, foram as de Kissala, Dinga Horta, Bairro Novo, São João e Sandinos.

O administrador do Sumbe, Adérito Jorge, considerou preocupante o cenário e lamentou a falta de meios para acudir as pessoas. "Estamos a viver uma situação difícil, sem meios para responder à urgência".

Casimiro José | Sumbe

Transtornos são registados na capital

Casas inundadas, estradas alagadas e ruas intransitáveis é o cenário que se vislumbra em alguns municípios da cidade de Luanda, devido à chuva que

caiu ontem, fazendo com que muitos municípios fiquem presos dentro das residências.

O município de Viana e o do Cazenga foram dos mais afectados. Em Viana, de acordo com relatos, os moradores da área próxima à Bacia do Coelho perderam o sossego nas primeiras horas da madrugada de ontem. A chuva causou inundações de muitas residências, bem como de uma das igrejas Católicas na circunscrição. "A situação aqui está difícil, não conseguimos sair de casa. Tem muita lama e lixo por todo o lado. A bacia de retenção do Coelho é o que mais nos preocupa. Temos medo que cause muitos problemas aos cidadãos. Há até vizinhos que abandonaram as casas. É uma lástima", lamentou Mário Joaquim.

O município do Cazenga foi também um dos mais afectados com as últimas chuvas. Os moradores da rua do Kizanga, na 5ª Avenida, defronte ao mercado do Asa Branca e da rua das Comissões, estão a viver dificuldades. A chuva, explicaram, inundou várias casas. Outras, os proprietários preferiram abandonar para se abrigarem em casas de familiares, ou de amigos.

Na Samba, no sentido Antigo Controle-Mutamba, a chuva também "arrastou" a areia dos bairros adjacentes até à estrada principal, ao ponto de causar um ligeiro congestionamento aos automobilistas. Além da areia, o lixo também criou dificuldades na deslocação rodoviária. Ao longo da via era visível algumas valas de escoamento entupidas e com uma quantidade elevada de lixo.

Um cenário idêntico foi registado, igualmente, noutros bairros como o Calemba II e Sapu II.

Celeste de Melo

Descarga atmosférica mata no Lobito

Um cidadão morreu e outro ficou gravemente ferido, devido às descargas atmosféricas causadas pelas chuvas que caíram no final de semana, nos municípios do Balombo e da Ganda, revelou, ontem, o porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

Jorge David explicou que o malogrado, Belchior Kuando, de 38 anos, era residente do Balombo e estava em casa quando foi atingido pelo relâmpago. "Já a outra vítima, que sofreu apenas ferimentos, foi Beni Maurício, de 26 anos, residente na vila da Ganda, atingido pelo relâmpago quando manuseava o telemóvel em casa", disse, adiantando que a vítima foi prontamente evacuada para o Hospital Municipal da Ganda. "A equipa médica garantiu que ele está estável, mas carece de algum cuidado".

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros em Benguela, realçou, tem estado a alertar os cidadãos a absterem-se do manuseio de aparelhos electrónicos, sobretudo telemóveis, enquanto estiver a chover, bem como a não se abrigar debaixo de árvores, ou estacionar debaixo destas ou de postes eléctricos.

10.8 Luanda regista nove mortes em consequência da chuva

Jornal de Angola

13 De Dezembro de 2023

Texto: António Cristóvão

Bravo Mendes revelou que os danos são resultantes de uma avaliação feita de 15 de Agosto a 5 de Dezembro. O comandante provincial adjunto explicou que as mortes ocorreram em consequência de arrastões, electrocussão e afogamento.

Os municípios mais afectados pelas chuvas, cujas sequelas foram as mortes, disse, são Cacucaco, com três mortes, Viana, com duas, e Luanda, Belas, Cazenga, Kilamba Kiaxi, com uma cada.

O sub-comissário anunciou também que, durante este período, Viana foi o município mais atingido, com 4.048 residências inundadas. Além das casas, a localidade registou, ainda, a queda de 100 árvores, igrejas alagadas e vias intransitáveis.

Para Bravo Mendes, o objectivo elementar da Protecção Civil é minorar os impactos das chuvas, promover a segurança, o bem-estar, resiliência nas populações, proteger o património e as infra-estruturas. "Queremos, acima de tudo, reduzir o número de mortes, porque é preciso ter muita atenção com bem vida".

O oficial superior do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros acredita que com o desassoreamento e a drenagem das águas é possível reduzir o número de residências inundadas, desabadas e as vias intransitáveis durante a época chuvosa.

O subcomissário destacou, igualmente, a importância da criação do grupo técnico, constituído por especialistas de diversas áreas, para fazer um mapeamento das áreas de risco de Luanda.

10.9 Siderúrgica do Cuchi prepara 25 mil toneladas de ferro gusa para exportar

Jornal de Angola

15 De Dezembro de 2023

Texto: Carlos Paulino

O director-geral de Produção da CSC, Wilton de Oliveira, disse à reportagem do Jornal de Angola que os comboios do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes (CFM) estão a transportar a produção do Cuchi para o Porto do Namibe, onde já estão armazenadas cerca de duas mil toneladas de ferro gusa, aguardando o carregamento no navio.

A Companhia Siderúrgica do Cuchi, inaugurada oficialmente no dia 31 de Agosto deste ano, produz uma média diária de 180 a 200 toneladas de ferro gusa.

"Neste momento, estamos a fazer o stock no Porto do Namibe para se fazer o carregamento no navio até Março do próximo ano", disse.

No mês passado, a CSC realizou a sua primeira exportação de 19.400 toneladas de ferro gusa, negociada com a empresa inglesa Tranding que se responsabiliza pela venda da matéria-prima em diferentes mercados internacionais.

Arrecadação

O preço do ferro gusa nos mercados internacionais ronda os 390 dólares por tonelada, sendo que a Companhia Siderúrgica do Cuchi espera arrecadar mais de oito milhões de dólares.

Face ao aumento da procura, a CSC projecta exportar, anualmente, cerca de 100 mil toneladas de ferro gusa para os principais mercados internacionais, permitindo arrecadar mais de 60 milhões de dólares.

Wilton de Oliveira explicou que o ferro gusa é muito procurado devido a sua importância nas indústrias internacionais que usam a referida matéria-prima para o fabrico de carros, armamento, frigoríficos, entre outros equipamentos, assim como varões e tubos para a construção ou reabilitação de imponentes infra-estruturas.

Aumento da produção

A empresa perspectiva, para o próximo ano, o aumento da produção e o arranque da montagem da segunda unidade fabril que terá uma capacidade para produzir cerca de 400 toneladas de ferro gusa por dia.

Segundo Wilton de Oliveira, a intenção da CSC é ampliar os negócios para que haja maior arrecadação de receitas e também aumento de postos de trabalho, sobretudo para a juventude da província do Cuando Cubango e em geral do país.

Actualmente, a Companhia Siderúrgica do Cuchi conta com 239 trabalhadores na unidade fabril de produção de ferro gusa, 1.300 no fabrico de carvão e 60 na mina do Cutato, onde é extraído o minério.

Com a entrada em funcionamento da segunda unidade fabril prevista para o próximo ano, a CSC prevê produzir diariamente 600 toneladas de ferro gusa e contar com um número de mais de 2.500 funcionários.

Para a construção da primeira fase da Companhia Siderúrgica do Cuchi, foram gastos cerca de 90 milhões de dólares e o projecto está implantado numa área total de 62.500 hectares, onde a parte fabril ocupa 2.500 hectares e os restantes 60 mil hectares estão destinados a silvicultura, com plantio de eucaliptos e aproveitamento do material lenhoso, garantindo assim a sustentabilidade do ambiente.

Wilton de Oliveira salientou que a CSC continua a fornecer o minério fino do ferro gusa e escória à Cimangola, matérias-primas que são usadas com outros produtos para o fabrico de cimento.

Fez saber que desde o ano passado, a Companhia Siderúrgica do Cuchi forneceu à Cimangola cerca de 80 mil toneladas de minério fino de ferro gusa e quatro mil toneladas de escória.

O director-geral de Produção da CSC garantiu que a sua instituição tem stock suficiente de minério fino do ferro gusa e escória, para fornecer à Cimangola e outras empresas interessadas, uma vez que a mina do Cutato, que dista a 60 quilómetros da sede municipal do Cuchi, tem uma capacidade de exploração de 50 anos.

Reflorestamento

A Companhia Siderúrgica do Cuchi trabalha, também, no processo de plantio, sendo que a meta deste ano é de plantar 300 mil mudas de eucaliptos, sendo que até ao momento, já foram plantadas mais de 50 mil árvores.

"Esta é uma árvore que traz vários benefícios em relação ao processo de produtividade, e consequentemente a mais indicada para o plantio, tendo em vista que dentro de cinco anos, vamos estar a cortar os eucaliptos que estamos a plantar neste momento", disse.

Wilton de Oliveira assinalou que para este ano a Companhia Siderúrgica do Cuchi tem como estimativa explorar uma área de 10 mil hectares de árvores e trabalhar no reflorestamento da mesma zona.

Destacou que a intenção da CSC é repovoar sempre as áreas de exploração de madeira para o fabrico de carvão, no sentido de se acautelar a desflorestação que pode causar alguns fenómenos naturais, com realce para o aquecimento, estiagem e outros males que prejudicam a vida dos seres humanos no planeta terra.

Activos importantes

No encerramento da jornada de revitalização, transportação e exportação, minério de ferro e rochas ornamentais que decorreu no início deste mês na cidade de Menongue, a vice-governadora do Cuando Cubango para o Sector Político, Social e Económico, Helena Chimena, afirmou que ficou provado que a existência de recursos minerais, como o ferro gusa e rochas ornamentais, e infra-estruturas ferroviárias do CFM e do Porto do Namibe, constitui activos importantes para o desenvolvimento económico e sustentável na região Sul.

Salientou que a jornada permitiu ainda reflectir sobre as medidas de facilitação para a transportação e exportação dos minerais e rochas ornamentais produzidas nas províncias do Cuando Cubango, Huíla, Cunene e Namibe.

10.10 Garimpo de ouro em Buco-Zau contamina águas do rio Luali

Jornal de Angola

16 De Dezembro de 2023

Texto: Pedro Vicente

O Jornal de Angola visitou, recentemente, os locais que os garimpeiros consideram como zonas férteis, em que o ouro, segundo depoimentos, aparece com mais frequência.

As incontáveis crateras ao longo da margem do rio Luali e os instrumentos utilizados para essas práticas são uma prova das actividades dos garimpeiros.

Segundo constatações, o trabalho é tão duro e arriscado que já ceifou a vida de muitos protagonistas, devido ao deslizamento de terra.

Moisés Cussumbo, de 16 anos, conta que o seu tio, Gabriel Cussumbo, morreu ano passado devido a um deslizamento de terra, quando ele e os amigos se encontravam a cavar ouro na margem do rio.

Segundo Moisés Cussumbo, o malogrado, que se encontrava no interior do buraco, foi surpreendido com uma porção de terra que o deixou completamente soterrado.

Os companheiros, prosseguiu, assustados com a situação, fizeram recurso a enxadas, pás e picaretas para retirar a terra, a fim de salvar Gabriel Cussumbo, mas sem sucesso. "Já não foram a tempo. O meu tio saiu do buraco sem vida", lamentou.

Contaminação das águas

Os perigos à vista pelo dinheiro fácil, a contaminação das águas do rio, que estão sempre turvas e as queixas constantes dos populares devido aos efeitos nocivos do consumo do líquido, levaram as autoridades locais a intervir para encontrarem uma solução.

Se, por um lado, a exploração ilegal de ouro coloca em causa a qualidade da água do rio, por outro, a população do município de Buco-Zau alega não ter alternativa quanto à água para o consumo. Ester Nhangue, encontrada a lavar a roupa no rio, disse que nos últimos dois anos os moradores da comunidade se deparam com problemas de fortes alergias na pele depois de tomarem banho no rio, ao ponto de recorrerem ao hospital. "Muita comichão mesmo! Quando as pessoas tomam banho no rio ficam toda hora a se coçar", lamentou, argumentando que "não há alternativa", porque o rio Luali, desde os antepassados, sempre foi usado para tomar banho e lavar a roupa.

Génesis do garimpo

A actividade de exploração ilegal de ouro na margem do rio Luali, no município do Buco-Zau, segundo relatos, existe há mais de 50 anos, iniciado por cidadãos da República Democrática do Congo (RDC), em zonas, consideradas de difícil acesso. Ao longo desse período, a actividade clandestina, que actualmente ocupa dezenas de adultos e crianças, ganhou espaço e expandiu-se por toda a comunidade e tem sido um verdadeiro "calcanhar de alquiles" para as autoridades. A natureza deste trabalho exige bastante esforço físico dos garimpeiros, uma vez que, os meios utilizados para o efeito são muito rudimentares e, em regra, fazem recurso a substâncias psicoativas, com destaque para a liamba e bebidas

com elevado poder estimulativo como sendo o whisky(o chamado pacotinho), para se manterem enérgicos.

Segundo informações de alguns habitantes próximo à margem do rio Luali, o uso dessas substâncias tóxicas debilita o estado de saúde de grande parte dos garimpeiros, cujos ganhos financeiros "são efémeros". "É tipo dinheiro de feitiço, não demora no bolso", indicou uma das moradores.

Os buracos chegam a ter uma profundidade de cerca de três metros para extrair uma quantidade de pedaços de ouro de pouco menos de oito gramas, equivalente a uma tampa de lapiseira, que pode custar cerca de 30 mil kwanzas. Este valor, em regra, é repartido entre quatro a cinco pessoas que fazem a equipa de trabalho. O que fazem, afinal, com esse dinheiro?

O estado físico debilitado dos jovens envolvidos nessa actividade responde a essa questão: "parte deste vai para o álcool e alimentam-se de forma precária", confidenciou-nos uma das habitantes do município, acrescentando que muitos deles acabam por adquirir doenças pulmonares, como a tuberculose, levando-os à morte.

Disenterias e alergias na pele

Diariamente, o hospital municipal do Buco-Zau recebe pacientes com disenteria, parasitose intestinal e febre tifóide, devido à ingestão de água do rio que está contaminada, como resultado do garimpo nas margens do principal rio, informou o secretário municipal da Saúde do Buco-Zau, Inácio Tamba.

Alergias constantes na pele quando os habitantes entram em contacto directo com a água do rio, é outro problema que preocupa as famílias e os agentes da saúde daquele município.

Para dar resposta a essas situações, enquanto prevalece o garimpo, Inácio Tamba disse que a secretaria de Saúde elaborou um plano que visa educar as pessoas em relação ao tratamento da água para consumo, com vista a minimizar os efeitos negativos.

"Estamos a realizar palestras nas comunidades, igrejas e nas escolas, orientando as pessoas a ferverem a água antes de beberem ou tomarem banho", informou. Quanto a medicamentos, o responsável afirmou que as unidades hospitalares do município de Buco-Zau dispõem de fármacos suficientes para atender a população, sobretudo para essas situações em concreto.

Inácio Tamba apelou aos garimpeiros a prática o quanto antes, para evitarem consequências mais graves.

Dezenas de crianças abandonaram a escola

Para além da contaminação das águas, tornar-se um vector de doenças, as consequências do garimpo de ouro vão desde a perda de vidas humanas, alteração do ecossistema, colocando em perigo a vida aquática e estende-se até ao sector da educação, segundo o administrador Adjunto para o sector Técnico Infra-estruturas e Serviços Comunitários do Buco-Zau, Joaquim Barros Macosso.

O administrador Adjunto acrescentou que dezenas de crianças do Buco-Zau, influenciadas pelos adultos, abandonaram a escola para se dedicarem ao garimpo de ouro, colocando em causa o seu futuro.

Os professores, disse, têm estado a reportar aos encarregados a ausência dos meninos nas escolas nos dias normais de aula, mas a situação continua.

A maioria dos encarregados de educação, sustentou, dedica-se à agricultura e não tem o controlo total sobre a frequência dos filhos na sala de aula. O garimpo tem causado, também, transtornos aos camponeses que cultivam próximo à margem do rio Lualá, devido à quantidade de buracos nos perímetros das lavras. Enquanto as autoridades não tomam medidas, prevalece a lei do mais forte.

Assim, os agricultores são forçados a suportar os estragos à volta das lavras ou procurarem outras terras para o cultivo.

Autoridades tradicionais

O regedor da aldeia do Chionzo, Tiago Chicaia, disse que as autoridades tradicionais estão à altura de dar solução ao fenómeno do garimpo ilegal de ouro, porque grande parte dos praticantes reside na comunidade.

Questionado sobre os motivos do silêncio das autoridades tradicionais diante da exploração ilegal de ouro, Tiago Chicaia respondeu que as autoridades tradicionais não podem avançar com alguma medida em relação à exploração ilegal de ouro sem que a administração municipal ou os órgãos de defesa e segurança autorizem.

Todavia, um dos pontos mais importantes discutidos no Conselho de Auscultação do município de Buco-Zau, tem que ver com a necessidade de envolvimento de todas as forças na solução deste problema.

No final do encontro, o regedor disse que nos próximos dias as autoridades tradicionais vão reunir com os encarregados dos jovens que fazem o garimpo, de modo a encontrar uma solução para se acabar com a prática.

Tiago Chicaia informou, ainda, que a principal dificuldade reside nos cidadãos de outras nacionalidades, sobretudo os da República Democrática do Congo (RDC), que fazem garimpo em zonas completamente inacessíveis da circunscrição municipal.

Micro operação de supervisionamento

O comandante municipal da Polícia Nacional no Buco-Zau, António César, informou que neste momento está em curso uma micro operação de supervisionamento dos locais de garimpo, em colaboração com as comunidades locais, com vista a apelar aos jovens a deixarem essa prática.

António César contou que, na última operação realizada com todos órgãos de defesa e segurança, há cerca de dois meses, foram detidos 44 cidadãos estrangeiros e os respectivos meios de trabalho, apresentados, posteriormente ao Ministério Público, tendo este órgão levado os prevaricadores a julgamento.

Medidas para acabar com o garimpo

O administrador municipal do Buco-Zau, Óscar Dilo, está preocupado com a situação, sobretudo com a questão das crianças que desistem da escola para se dedicarem inteiramente ao garimpo, considerando que esta conduta mancha a imagem, não só das famílias, mas também das autoridades administrativas do município.

Por esta razão, disse, as autoridades vão usar todos mecanismos para acabar com o garimpo de ouro no município de Buco-Zau. "Se o pai ou mãe for pobre, não é a criança que vai cavar ouro para sustentar a casa, temos que colocar termo nisso" declarou. Óscar Dilo alertou às pessoas que mandam as crianças exercerem este tipo de actividade para pararem com essa prática, sob pena de serem responsabilizadas.

Número de garimpeiros regista aumento

Recentemente a administração do Buco-Zau realizou um encontro que envolveu os órgãos de Defesa e Segurança, autoridades religiosas e tradicionais e sociedade civil, a fim de estudar mecanismos para acabar com o garimpo ilegal de ouro naquela circunscrição.

O assessor Adjunto para área jurídica do administrador municipal do Buco-Zau, António Guia, indicou que o número de garimpeiros tem vindo a aumentar nos últimos anos, devido à apetência pelo lucro fácil.

No seu entender, a falta de estruturas na comunidade que possam garantir a empregabilidade da juventude é uma das causas que leva os jovens a abraçarem o garimpo de ouro, sem medir as consequências que advém desse trabalho.

A falta de rigidez nas sanções é outro elemento que deve ser visto, sustentando que as multas aplicadas aos prevaricadores apanhados em flagrante não são desencorajadoras.

Uma das medidas a tomar, disse, seria a promoção de eventos que possibilitam educar a população em matéria jurídica, para estar informado sobre as consequências da exploração ilegal de ouro. "Uma vez que o Tribunal de Comarca do município de Buco-Zau é recente, devemos antes empreender um conjunto de acções que vise educar a população em matéria jurídica", sugeriu.

Multas mais pesadas

O negócio Doravante, reforçou o jarista, as multas vão passar a ser mais "pesadas" para os casos de garimpo porque o município está a adoptar um novo instrumento jurídico que vise inibir, principalmente, a exploração ilegal de ouro, bem como a caça furtiva.

A fonte admitiu, por outro lado, que mesmo com a rigidez das multas, que poderão resultar da alteração da lei, a eliminação total do garimpo de ouro não será uma tarefa fácil porque é uma prática tradicional e é feita muitas vezes em locais inóspitos fora do controlo das autoridades. "Não há meios para a fiscalização de todo território", reconheceu. O jurista defendeu o envolvimento de todas as forças vivas da sociedade, começando pelas famílias, igrejas, partidos políticos, associações e autoridades tradicionais no combate ao garimpo de ouro, para se banir este mal que prejudica a todos.

Quem compra o ouro?

O negócio do ouro não depende de um mercado formal, porque a maior parte das empresas que fabrica e vende peças em ouro compra o produto primário nos garimpeiros, disse ao *Jornal de Angola* a ex-funcionária da ourivesaria Pedras Rubras Maura Luía Kikongo.

As demais ourivesarias espalhadas por Luanda, Benguela, Huambo e Huíla, explicou, adquirem o produto de fontes oficiosas.

Maura Luía Kikongo ressaltou que as principais fontes das ourivesarias em todo país são os garimpeiros. "Nenhuma ourivesaria em Angola compra ouro legalmente, os garimpeiros são os principais fornecedores".

"A única solução é só mesmo nos garimpeiros, se assim não for, as lojas de ouro em todo país fecham" concluiu. Recentemente, o Governo inaugurou duas dragas de ouro, nos municípios de Buco-Zau e Belize, província de Cabinda, com vista a tornar o sector mais produtivo. Com a inauguração das duas mineradoras, nomeadamente a do Lufo, em Belize, com a capacidade de produzir 10 quilogramas de ouro mês e 120 anual, e a mineradora de Buco-Zau, com uma capacidade de produção anual de 150 quilogramas, a província de Cabinda eleva a sua produção para 270 quilogramas de ouro primário.

10.11 Governo provincial planta seis mil árvores

Jornal de Angola

16 De Dezembro de 2023

Texto: António Cristóvão

O plano de arborização da província de Luanda foi lançado, ontem, no Hotel Intercontinental, pelo governador Manuel Homem, e prevê a plantação de mais de um milhão de árvores até 2027, com o intuito de inverter a escassez de árvores na capital do país e estimular o ressurgimento de mais espaços verdes e polígonos florestais para a promoção da saúde dos solos e ambiental.

De acordo com o programa do GPL de arborização para a capital do país, no Distrito urbano do Sambizanga as árvores vão ser plantadas nas ruas do Bangão, 12 de Julho, Bom Pastor, Rei Mandume, Vereador dos Prazeres, Cristiano dos Santos e na avenida Hoji-ya-Henda.

A plantação, com base no plano, vai ser estendida, também, para o Distrito do Ngola Kiluanje, na Estrada Nacional n.º 100, nas áreas do Nosso Super, Porto Pesqueiro, Socola, Escola n.º 1411, Escola do Possoca, ruas da Paz, junto da linha férrea, Lima Lima, São Pedro e do Colégio. No Distrito do Neves Bendinha, o programa abrange os Largos do Cemitério de Sant'Ana, CIMEX, Avenida Deolinda Rodrigues (ex-Estrada de Catete), Escola n.º 1601, Mercado Anangola, as ruas Sarmento Rodrigues, Carlos Coimbra e Almada Negroiro.

O programa de arborização vai passar igualmente pelo Distrito Urbano da Maianga, com a plantação de árvores junto ao Viaduto do Prenda, Mercado da

Teixeira, avenidas Ho Chi Minh, Revolução de Outubro, 21 de Janeiro, ruas do Laboratório de Engenharia de Angola (LEA), João Paulo II, Presidente Marien Ngouabi, Alves de Pinto, junto à Academia do 1º de Agosto, Kwame Nkrumah e Bairro Militar.

Lançamento do PAL

O Programa de Arborização de Luanda (PAL) é um movimento de educação ambiental e engajamento comunitário, com a intenção de criar uma cidade limpa, verde e saudável, garantiu, ontem, no Hotel Intercontinental, o governador Manuel Homem.

O programa vai ser repartido em duas fases, sendo a primeira para a arborização das ruas de todos os nove municípios de Luanda e algumas escolas seleccionadas, assim como os espaços públicos, como parques e zonas de lazer.

A meta, de acordo com o governador, é abranger todos os municípios, distritos urbanos e comunidades da província. "Vamos aprimorar a educação ambiental, realizar oficinas de plantação e implementar sistemas sustentáveis de irrigação", disse.

Ravinas

O Governo Provincial de Luanda (GPL) conseguiu identificar um total de 80 ravinas existentes na capital do país, revelou, ontem, o vice-governador para o Sector Técnico e Infra-Estruturas.

Cristino Mário Ndeitunga informou que das 80 ravinas, apenas 10 vão merecer a atenção do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação (MINPUH). O governante apelou para a pronta intervenção do Ministério na ravina da Centralidade KK 5.000, devido ao avanço rápido deste fenómeno até à infra-estrutura. "Devido à intensidade das chuvas, a intervenção nesta ravina é urgente", declarou.

A Centralidade KK 5.000 foi erguida numa área de 76,15 hectares e conta com cinco mil apartamentos, distribuídos em 188 edifícios.

10.12 Viana cria condições técnicas para mitigar danos das chuvas

Jornal de Angola

16 De Dezembro 2023

Texto: Celeste de Melo

O administrador municipal de Viana, Demétrio de Sepúlveda, informou, ontem, que durante o tempo seco a administração não poupou esforços em fazer os serviços de manutenção não só das ravinas, mas também dos órgãos de drenagem, através da limpeza de valas e das linhas de água, bem como das sarjetas.

Com os trabalhos feitos, frisou, esperam ter uma redução de casos fatais na circunscrição. O projecto de melhoria da macro-drenagem, ressaltou, incluiu as bacias de retenção do Papa Simão, Taki, Joaquina e Sumbe, Kitondos I e II, Torre da EPAL e do Coelho. "Ainda não estão como queremos, mas há melhorias em relação ao ano passado nestas localidades, embora a intervenção da rua da Suave e do Kimbango ainda provoque transtornos aos munícipes quando chove. Porém estamos a trabalhar no sentido de resolver a situação".

Demétrio de Sepúlveda frisou que, nem todas as bacias estão preparadas para as grandes enxurradas que se avizinham. Contudo, garantiu que as autoridades locais não têm medido esforços quanto à aplicação de medidas de protecção. "Devemos sempre estar preparados em alinhamento com acções de manutenção e conservação de outros órgãos de drenagem".

O administrador considerou as bacias do Coelho, Papa Simão e do Km 14 B, Morro de Areia, como as que mais tem causado constrangimentos à população. "Porém, tudo está a ser feito para termos dias melhores".

Em relação ao resguardo das bacias, para se evitar mortes, em tempo seco e época chuvosa, algumas, reiterou, têm protecção, mas outras não. "Por isso, temos apelado à colaboração e compreensão da população, principalmente dos pais e encarregados de educação para terem mais cuidado com as crianças", acrescentou.

O apelo, disse, é também para aqueles que vivem e circulam nas proximidades das bacias, assim como os automobilistas que devem procurar não se aproximarem muito destes locais. "Iniciamos, há meses, uma campanha, com o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros para a sensibilização da população, que, muitas vezes, vandalizam as grades metálicas de protecção para vender nas casas de peso de metal, ou usar nas residências, como gradeamento ou vedação”.

Mais de 28 bacias

O município de Viana, destacou, conta com mais de 28 bacias. Umhas naturais e outras construídas durante a edificação de algumas urbanizações e das vias estruturantes. As bacias, realçou, estão localizadas em todos os Distritos Urbanos e ao longo das avenidas, assim como em condomínios, na Zona Económica Especial.

Na Vila Sede de Viana, disse, encontra-se a bacia da Vila Nova, que comunica com a bacia do Taki, cujas águas são encaminhadas para a da Comarca e posteriormente a do Coelho, situada no distrito da Estalagem.

"Temos ainda uma bacia no Condomínio da Girassol, que recebe águas de vários pontos. A bacia Joaquina e Sumbe, que por meio de uma estação de bombagem transfere as águas para a do Kinda ou Kero, localizada na Avenida Deolinda Rodrigues”, disse.

No Distrito Urbano da Baía, informou, estão localizadas três bacias ao longo da Avenida Deolinda Rodrigues e da linha férrea, estando duas na Zona Económica Especial (ZEE). As outras bacias, disse, estão no distrito urbano do Kikuxi, por detrás da Universidade Técnica de Angola (Utanga).

No distrito urbano do Zango, salientou, existem as bacias de Kitondo I e II, da Torre da EPAL, duas no Luanda Limpa, uma na Vida Pacífica, que por bombagem manda para as da ZEE e do Distrito Urbano da Baía.

Quase todas as bacias, frisou, exigem que as manutenções sejam reforçadas sobretudo as que encontram na Vila Nova, Condomínio Girassol, Vila Flor, Ruas da Estalagem e CAOP, devido às ravinas em frente ao Resort Bantu, bacia da Comarca e algumas zonas do Zango.

"Aliado à necessidade das bacias que são para retenção das águas, seria bom que todas drenassem as águas. As valas e os canais devem estar todos limpos e desimpedidos. Mas o trabalho e o comportamento positivo deve ser de todos”, frisou o administrador.

10.13 Distrito Urbano do Sambizanga conta com mais seis mil acácias

Jornal de Angola

17 De Dezembro de 2023

Texto: António Cristóvão

Depois da Avenida Lueji A’Nkonde, a campanha de plantação de árvores, encabeçada pelo governador provincial de Luanda, Manuel Homem, estendeu-se à Escola Primária nº 1207, no bairro Kinaxixe, Distrito Urbano da Ingombota.

Durante a primeira fase, serão contempladas, também, escolas e residências de municípios indicados pela comissão técnica criada no âmbito do PAL.

Além das acácias, a comissão técnica pretende plantar outras espécies de árvores, no âmbito da reflorestação de Luanda.

De acordo com a comissão técnica do Programa de Arborização de Luanda (PAL), a segunda fase será implementada nos municípios de Belas, Cacucaco, Cazenga, Icolo e Bengo, Kilamba, Quiçama, Talatona e Viana.

A comissão técnica prevê, na primeira fase, plantar, no município de Luanda, 101.047 árvores, Belas (44.476), Cazenga (82.411), Icolo e Bengo (89.340), Kilamba Kixi (63.527), Quiçama (361.961), Talatona (54.888) e Viana (129.818).

Após as duas fases, explicou um membro da comissão técnica do PAL, serão criados, também, jardins, espaços de jogos, locais de recreio e viveiros com a intenção de envolver as instituições, entidades públicas e privadas para garantir a continuidade do Programa de Arborização de Luanda.

O PAL foi lançado, na sexta-feira, no Hotel Intercontinental, na capital do país, com o intuito de plantar cerca de dez milhões de árvores até 2034, com a participação dos munícipes e parceiros da província, revelou, na cerimónia, o governador Manuel Homem.

Durante o lançamento do PAL, o vice-governador para o sector Económico, Jorge Miguêns Augusto, revelou que Luanda contará com cinco viveiros, que serão instalados nos municípios de Belas, Cacucaco, Icolo e Bengo, Quiçama e Viana.

Arborização

O engenheiro agrónomo e conselheiro técnico da Associação Não Governamental Acção Integrada para o Desenvolvimento das Comunidades (AIDC),

Jorge "Calomboloca", disse, ontem, ao Jornal de Angola, no Distrito do Sambizanga, que Luanda precisa de imensas árvores, já que está situada num país com o clima tropical.

"Temos uma terra vasta e com bastante sol, existem espaços e zonas que necessitam ser rearborizadas. Existem árvores que estão em estado degradante e necessitam de ser substituídas", declarou o agrónomo.

Para o engenheiro, Luanda necessita de 20 milhões de árvores, para melhorar a qualidade do clima, trazer de volta os pássaros, borboletas e gafanhotos, bem como reduzir o stress do quotidiano.

"A árvore, para atingir a idade adulta, precisa de tratamento, atenção e protecção. As crianças e os jovens têm de estar conscientes que não devem partir um ramo ou danificá-la", aconselhou o especialista em plantação de árvores.

A árvore, explicou Jorge "Calomboloca", não é um local para estender a roupa, pregar qualquer objecto ou servir de baloiço. "Se desejamos árvores bonitas e frescas, é preciso assegurar que sejam saudáveis, exuberantes e que contribuam na absorção do excesso de carbono, do metano e outros gases de efeito estufa, que estão a aumentar no globo".

Questionado sobre o tempo de vida das acácias plantadas na Avenida Lueji A'Nkonde, Jorge "Calomboloca" disse que podem atingir 400 anos, se for garantido o tratamento, protecção e manutenção. "As árvores vivem muitos anos e existem aquelas que chegam até aos cinco mil, mas depende do tratamento e do espaço à volta dela".

10.14 Transbordo do rio Dande deixa 12 famílias ao relento

Jornal de Angola

Texto: Alfredo Ferreira

19 De Dezembro de 2023

A subida das águas do rio Dande obrigou a abertura das comportas do aproveitamento Hidroeléctrico da Barragem das Mabubas, contribuindo para a subida da água que inundou as lavras e as residências dos bairros ribeirinhos.

A ronda efectuada pelo Jornal de Angola nos bairros do Kinguxi, Bula, Kimaria, Kingombekirindo e Mussungó dá conta de que muitas casas foram mais afectadas devido à proximidade com o dique de

protecção do rio Dande e outras correm o risco de desmoronar.

Desta forma, os camponeses e moradores dos referidos bairros estão assustados sem saber o que fazer para contrapor a situação, esperando apenas pelo apoio da Administração da Municipal para solucionar a situação que os aflige.

"A população está em alerta máxima, todos sabem que a localidade é fortemente atingida porque a zona do Bucula está muito próxima do rio", disse o presidente da Comissão de Moradores do bairro do Bucula, Manuel Miguel, que salientou ser a primeira vez que ocorre este fenómeno de inundação e desabamento parcial de casas no seu bairro.

Pelo menos duas casas inundaram e duas foram parcialmente destruídas pelas águas do rio Dande que transbordou em consequência das chuvas intensas sobre a região de Caxito.

"Digo ser a primeira vez que isto ocorre porque o caudal do rio subiu muito, não só em consequência da abertura das comportas do aproveitamento Hidroeléctrico da Barragem das Mabubas, mas, também, como consequência das chuvas constantes nas províncias do Uíge e Bengo.

"Lavras e fazendas foram afectadas, estragando, a plantação de tomate, mandioca, batata-doce, milho, feijão e cebola", sublinhou o responsável de moradores, salientando que os habitantes daquele bairro nos próximos dias vão sofrer com fome".

Maria Mendes, de 25 anos, residente há sete anos no bairro do Bucula, disse que desta vez está de mais, a casa ficou inundada e durante a noite não conseguiram dormir. "Durante este ano agrícola, esperava colher, pelo menos, mil toneladas de mandioca, mas com essa situação nem uma banheira vou conseguir, todo o esforço foi à- toa", lamentou a camponesa Maria Mendes.

No bairro do Kirindo, para se chegar até à ponte, a travessia é feita de canoa por se ter criado lagoas.

João Mateus, um dos donos de canoas na região, disse que apenas ajuda as pessoas a saírem da zona da Açucareira para o Kirindo e vice-versa, ao preço de 100 kwanzas, enquanto os outros são levados de favor por não possuírem dinheiro.

Os jovens donos de canoas permanecem no local até às 16 horas para ajudar a população a atravessar de um lado para o outro. É o caso da jovem Linda Mbambe, moradora no Kirindo há dez anos.

O desespero de quem foi afectado pelas inundações é muito, sobretudo aqueles que viram as suas residências desabarem na totalidade ou parcialmente. "Nos ajudem! Estamos sem tecto e ao relento, precisamos de outras moradias em locais seguros", gritava Lemba Quim, quando dava ponto da situação às autoridades sobre o que a família está a passar.

Trabalho de socorro prestado

O administrador municipal do Dande, João Domingos Lourenço, constatou no terreno os estragos causados nos bairros do Kinguxi, Bula, Kingombe, Kirindo, Kimaria, Soma e Mussungo.

João Domingos Lourenço disse que, no bairro do Bula foram afectadas doze residências, uma igreja, um campo de futebol e 105 campos agrícolas.

O administrador informou que a qualquer momento começa a transferências dos moradores em risco para uma outra localidade segura, sendo que a governador da província do Bengo entregou algumas tendas e outros meios para acudir às pessoas atingidas.

Referiu que todas as condições estão criadas no bairro 25 de Dezembro, porque também já foram realojadas as pessoas do Kawuango e que as das outras localidades vão igualmente ficar reassentadas naquela zona. "As condições de energia eléctrica e água já foram criadas no bairro 25 de Dezembro, assim a população que lá for poderá beneficiar destes serviços sociais", deu a conhecer.

10.15 Chuva provoca dez mortes em Luanda e em Cabinda

Jornal de Angola

20 De Dezembro de 2023

Texto: António Cristóvão e Bernardo

Capita

Em Luanda, na sequência da chuva de domingo à noite e durante quase todo o dia de segunda-feira, há o registo da morte de três crianças e de um adulto.

O comandante adjunto provincial do SPCB, Bravo Pereira Mendes, disse, ontem, ao *Jornal de Angola*, que as mortes de duas crianças e de um adulto ocorreram em Cacucaco, por arrastão da água da chuva, e a de outra menor de idade registou-se no município de Luanda, na sequência do desabamento de uma residência.

"Já foi feito o resgate dos corpos e entregues aos familiares para o respectivo funeral", declarou o comandante adjunto do SPCB.

Além das mortes, a Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros tem o registo de 605 residências inundadas, fundamentalmente nos municípios de Cacucaco e Kilamba Kiaxi.

Segundo o sub-comissário Bravo Mendes, a chuva causou, também, a inundações de escolas e igrejas, deixando intransitáveis vias primárias, secundárias e terciárias.

"Os trabalhos de sucção de água continuam, mas com maior pendor para os objectivos económicos e sociais da província", garantiu o membro da Comissão Provincial de Protecção Civil.

Para a salvaguarda do bem vida, o sub-comissário apelou aos encarregados de educação e aos pais para se certificarem da segurança dos filhos durante o período chuvoso.

"Os pais devem proteger as crianças quando chover. Temos tido muitas mortes por electrocução, devido às paredes humedecidas", disse o oficial do SPCB na província de Luanda.

Cenário em Cabinda

Seis pessoas morreram e treze ficaram feridas na sequência da forte chuva, acompanhada por trovoadas, que se abateu sobre a cidade de Cabinda, domingo, deixando um rasto de destruição jamais visto na região.

O cenário era caracterizado por ruas alagadas, deslizamento de terras, destruição de infra-estruturas, acidentes de viação e desmoronamento de residências em muitos pontos da cidade de Cabinda, sobretudo em áreas onde as linhas de água foram obstruídas, devido às construções anárquicas e falta de desassoreamento regular de valas de drenagem.

A baixa da cidade de Cabinda ficou alagada, tendo a água da chuva atingido uma altura de aproximadamente 80 centímetros, chegando ao ponto de inundar muitas instituições públicas e privadas, que ficaram impossibilitadas de prestar serviços à população.

No bairro Primeiro de Maio, as águas invadiram uma residência até ao nível das tomadas, o que causou a morte do proprietário, por electrocução, quando tentava desligar o quadro eléctrico, enquanto que na zona de Cabassango uma viatura foi arrastada na sequência de um deslizamento de terras, tendo caído sobre uma residência, provocando a morte da dona da casa e do filho.

Ainda no mesmo bairro, um cidadão de 40 anos ficou soterrado, tendo sido resgatado na manhã de segunda-feira já sem vida.

Nos bairros Chiweca, Primeiro de Maio, Povo-Grande, Tchizo e Lombo-Lombo, A Luta Continua e 4 de Fevereiro, segundo apurou a equipa de reportagem do Jornal de Angola, o cenário é também desolador, com muitas famílias em situação difícil, em consequência dos estragos causados pela chuva.

Em declarações à imprensa, o administrador do município de Cabinda, Guilherme Pereira, disse que a forte chuva que se abateu sobre a cidade reduziu a capacidade de intervenção das autoridades em termos de meios para poder acudir a população.

Guilherme Pereira garantiu que, mesmo com os poucos meios técnicos disponíveis, a Administração colocou nos pontos críticos, onde houve deslizamento de terras, máquinas retroescavadoras para a remoção de solos, enquanto nas bacias de retenção não se fará qualquer intervenção de sucção das águas por falta de motobombas.

"Infelizmente, não temos motobombas para poder drenar a água da chuva", disse Guilherme Pereira, acrescentando que as autoridades do município tudo estão a fazer para minimizar a situação.

O coordenador do Centro de Coordenação Operacional da Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros, Henrique Brás Capita, informou que foi criado um grupo de trabalho para avaliar os danos da chuva, cujos membros estão distribuídos em cinco frentes de intervenção, devendo, também, sensibilizar a população no sentido de redobrar os cuidados e evitar construir em zonas de risco.

Henrique Brás Capita apelou aos cidadãos que têm residências em encostas das montanhas, passagens de água e em zonas propensas a inundações no sentido de abandonarem as referidas áreas o mais rápido possível, para evitar tragédias.

A Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros, anunciou, está a criar condições para o realojamento de famílias sinistradas e de cidadãos que vivem em zonas de risco.

10.16 Mais de 60 turistas e potenciais investidores visitam Okavango

Jornal Economia e Finanças

22 De Dezembro de 2023

Texto: Lourenço Bule

A região angolana do Okavango, na província do Cuando Cubango, recebeu desde aneiro deste ano mais de 60 turistas e potenciais investidores nacionais e estrangeiros, com o objectivo de constatar o grande potencial da biodiversidade que a localidade oferece. o PCA da Agência Nacional para a Gestae da Regiao do Okavango (ANAGERO), Rui Lisboa disse em declarações ao lornal de Angola, que do mimero de potenciais investidores apenas 10 empresas nacionais e estrangeiras remeteram as suas propostas de investimento. Rui Lisboa, sem avançar o valor do investimento, realcou que o mesmo carece ainda de urn estudo de viabilidade e apresentação dos projectos, para que em curto espaço de tempo a area angolana do Okavango possa dar os primeiros passos para a promoção de urn turismo de excelência.

Para materialização do interesse que se pretende para a promoção do turismo, anunciou que será realizado de 11 a 22 de Janeiro de 2024, na cidade de Menongue, província do Cuando Cubango, o primeiro Fórum de investidores da a região angolana do Okavango, que representa a maior área natural do pals que comporta parcelas territoriais do Huambo, Bie, Moxico e Cuando Cubango.

Fez saber que durante a realização do forum serao assinados varies memorandos entre os potênciais investidores de Angola, Namibia, Botswana, Africa do SuI, Italia, Franca, Espanha e Reino Unido, com a ANAGERO.

Segundo Rui Lisboa, o fórum visa apresentar aos participantes as potencialidades e oportunidades de negócios da regioo- angolana do Okavango, que representa o principal activo turístico do pafs que se vai integrar no destino do Okavango/Zambeze, integrado tambem pelas grandes atraccoes turfsticas da Namíbia, Botswana, Zambia e Zimbabwe que ja recebem anualmente milhares de turistas internacionais.

"Os potenciais investidores de Angola, Namibia, Botswana, África do Sul, Italia, Franca, Espanha e Reino Unido, ficaram impressionados com o grande potencial da biodiversidade existente na região angolana do Okavango, onde se destacam as grandes manadas de elefantes e búfalos que foram observados na zona transfronteiriça do Bico de Angola, no município do Rivungo, província do Cuando Cubango", disse.

Avançou ainda que milhares de turistas nacionais e estrangeiros posicionam o turismo como um dos sectores que contribui significativamente para alavancar a economia de qualquer país. Referiu que a região angolana do Okavango pode a curto espaço de tempo receber vários turistas caso seja instalado um posto fronteiriço no Bico de Angola e definindo o valor de entrada e acampamento nas áreas de conservação de animal nos parques nacionais do Luengue-Luiana e Mavinga.

II. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

II.1 China é um parceiro fiável para o desenvolvimento sustentável de Angola

Jornal Economia e Finanças

1 De Dezembro de 2023

Texto: Helder Jeremias

O Vice-reitor da Universidade Católica de Angola, Jerónimo Cahinga, disse ontem, em Luanda, que na última década, Angola ganhou experiência na cooperação com a China, que permite ser um parceiro fiável, em virtude das inúmeras oportunidades proporcionadas pelos seus investimentos no território nacional.

Jerónimo Cahinga teceu estas declarações, no discurso de encerramento da Conferência Internacional subordinada ao lema "Caminhos para o Desenvolvimento: Estudos e Práticas na China e em Angola", que encerrou ontem, e que teve início na quarta-feira, numa organização da Universidade Católica de Angola, em parceria com a embaixada chinesa, no quadro do programa de partilha de conhecimento entre as duas academias na arena económica.

Durante dois dias, o evento juntou altas personalidades académicas, entre membros do governo e sociedade civil para aflorar aspectos em torno das reformas implementadas pelo actual Executivo no sentido de trazer para Angola a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida das famílias.

As oportunidades do investimento da China em Angola, na opinião do prelado, vão desde a maior exploração dos recursos minerais, humanos, a redução da taxa de desemprego, passando pela construção de Infra-estruturas "de que todos somos testemunhas e pelo desenvolvimento económico e social do país".

Jerónimo Cahinga reconhece que a economia do país ainda conta com uma estrutura pouco diversificada e concentrada nas actividades petrolíferas, pelo que reitera a necessidade de uma estratégia de crescimento inclusivo, baseada na produção de bens que satisfacem as necessidades básicas da população, actividades intensivas e geradoras de emprego, que potenciem a utilização dos recursos, com reflexo na dinamização de cadeias de fornecimento nacionais.

Nesta conformidade, entre as vantagens da cooperação bilateral, destacou o vice-reitor, Angola tem a possibilidade de se inserir num novo eixo de política internacional e de assegurar financiamentos a necessária reconstrução nacional.

"A projecção da China resulta, sobretudo, da sua grande capacidade económica para financiar a economia e da vontade firme dos dois governos e fortalecer e diversificar cada vez mais a sua parceria de carácter estratégico, na medida em que a China é um verdadeiro gigante económico", sustentou o padre.

Excelentes oportunidades

as Inumeros recursos naturais existentes em Angola, aliados a uma população maioritariamente em idade activa e o forte desejo demonstrando pelo Executivo angolano em diversificar a economia constituem excelentes oportunidades para que o país consiga, num prazo razoável, erradicar a pobreza com a implementação de uma estratégia semelhante as utilizadas pela Republica Popular da China para erradicar os altos indices de pobreza a partir da década de 1980.

Este ponto de vista foi apresentado pela professora da Universidade de Renmin da China, Xie Lunyu, durante a sua apresentação na conferência Internacional.

Xie Lunyu, que dissertou no primeiro painel, sob o terna "Experiencia na Redução e Erradicação da Pobreza na China", o sucesso da China tem origem na criação de infra-estruturas industriais, vias de comunicação, na transferencia sistemática de população de zonas precarias para edifícios com maior dignidade e a introdução de delegados responsáveis pela identificação dos problemas das famílias dentro de cada comunidade.

A disponibilidade de escola ensino obrigatório e gratuito durante 9 anos de escolaridade, rendas escolares, oferta de emprego para deficientes, implementação de grandes e pequenos projectos, acesso as universidades por intermedio de exames gerais com critérios de nota, identificação com precisão dos problemas prementes e divulgação de listas para os mais necessitados foram alguns dos factores de sucesso no Gigante asiático, de acordo com a prelectora.

Até 1978, sublinhou Xie Lunyu, a República Popular da China contava com 97 por cento da taxa de pobreza, numa altura em que o Produto Interno Bruto per capita é equivalente a 283, a despesa com a educação era correspondente a apenas 2,0 por cento

do PIB, ou seja 30 por cento de taxa de acesso, mas as reformas implementadas a partir de 1980 permitiram acabar com a pobreza e levar o ensino de qualidade quer para o meio rural, quer para os centros urbanos.

"Angola tem dado passos importantes, mas precis a ultrapassar os desafios ligados ao acesso ao sistema de ensino. Todavia, estamos certos de que as nossas relações hoje já não se limitam nas trocas comerciais e entramos para a fase de intercâmbio no domínio da industrialização e trocas de tecnologias, numa altura em que já existe um considerável parque de infra-estruturas necessárias para levar adiante a diversificação da economia" disse a especialista.

11.2 Peso da exportação de crude para a China a cair desde a guerra na Ucrânia

Jornal Expansão

1 De Dezembro de 2023

Texto: Joaquim José Reis

Depois de seis anos sempre a crescer, o peso da exportação de petróleo angolano para a China tem vindo a cair desde 2022, já que as principais refinarias do gigante asiático estão a aproveitar os 'saldos' russos numa altura em que é evidente um esfriar de relações com o país de Xi Jinping, na governação de João Lourenço. A retoma das relações económicas com os Estados Unidos contribui para esta alteração. Outro dos sinais do esfriar das relações com o gigante asiático tem a ver com o facto de a China ainda não ter nomeado um novo embaixador para Angola' três meses depois do termino do mandato do anterior.

Além de maior parceiro comercial angolano, a China é também o principal credor do País, já que Angola devia-lhe no final do 1º semestre deste ano 19.084 milhões USD. A maior parte desta dívida assenta, no modelo oil-backed, ou seja é garantida pela exportação de petróleo e esta dívida tem como credores o Banco de Exportação e Importação da China e o Banco de Desenvolvimento da China. E essa é uma das razões para a China ser o principal destino do petróleo angolano já que esta garantia fornece uma 'almofada' de confiança,

A medida que a dívida à China foi aumentando, principalmente a partir de 2016, quando passa de n.º 753 milhões USD para 21.679 milhões, também o peso da exportação de crude para aquele país aumentou significativamente. Em 2015, quase 45% das exportações de petróleo angolano iam para a China, em 2016 passou para 54% e em 2017 para

quase 62% (ver gráficos), de acordo com cálculos do Expansão com base em dados do BNA. Note-se que a subida em quase 10 mil milhões USD entre 2015 e 2016 resulta de um mega financiamento, no âmbito de um acordo celebrado em Dezembro de 2015, levantado na sua totalidade e em que saíram os 10 mil milhões USD que o Governo injectou na altura na Sonangol.

Contas feitas, no final do I semestre cada angolano 'devia' 1.474 USD ao estrangeiro, em que 560 USD eram só à China, equivalente a 38% dos empréstimos angolanos no estrangeiro. So que o endividamento contraído junto da China e o paço já que nunca foram divulgados publicamente as condições desses empréstimos, muitos deles contraídos por via de linhas de crédito para financiar obras por via de bancos comerciais. Para os chineses é obrigatório que não sejam divulgadas as condições de financiamento - um alto cargo da embaixada chinesa em Angola admitiu há uns anos ao Expansão que a população daquele país não precisa e nem quer saber pormenores dos acordos, apenas pretende saber que o dinheiro das remessas da sua diáspora está a ser utilizado para beneficiar o país.

Este desconhecimento das condições em que o dinheiro da China chegou a Angola contribuiu para aumentar as vozes que defendem que este fluxo fundamentalmente serviu para enriquecer os governantes e o partido que o sustenta a maioria, tornando o Estado e a população mais pobre a médio e longo prazo.

Falta de transparência

São várias os exemplos da falta de transparência nas relações de financiamento com a China. E um desses exemplos foi a construção do Novo Aeroporto de Luanda, iniciado ainda na era de Eduardo dos Santos pelo 'dono da obra' a ser a China International Fund (CIF), empresa ligada aos interesses dos generais Kopelipa, 'Dino' e Manuel Vicente. Esta empresa foi o canal utilizado para a reconstrução nacional após a guerra civil ter terminado, com os contratos milionários com o Governo, em 2004, a serem considerados "confidenciais" à luz da Lei de Segredo de Estado.

Até lá era João Lourenço ter sido gastos pelo menos 4.600 milhões USD no novo aeroporto, só que a execução das obras ficou muito a quem do valor despendido no âmbito de uma linha de financiamento chinesa. Entretanto, a Procuradoria-Geral da República chegou a apreender 286,4 milhões USD na posse desta empresa enquanto responsável pela construção do novo aeroporto, em 2019, altura em que o Executivo de João Lourenço

acabou por mudar o empreiteiro desta obra para outra empresa chinesa, que efectivamente concluiu o projecto que esteve parado largos anos. Mas a relação do CIF com Angola não ficou restrita ao novo aeroporto, já que teve também uma posição importante na construção das centralidades, cujas contas finais, na maioria dos casos, não se conhece.

Além de maior credor angolano e de principal mercado das exportações angolanas, o gigante asiático tem sido também dos principais fornecedores angolanos. Desde 2018 que era até o principal fornecedor de mercadorias do País, superando Portugal. Por exemplo, em 2022, 16% das mercadorias que entravam em Angola vinham da China, representando um total de 2.686,2 milhões USD, e quase 10% vinham de Portugal, um total de 1.658,6 milhões USD.

Não esquecer que as linhas de financiamento daquele país obrigavam também que a compra de equipamentos, materiais e mão de obra utilizados nos empreendimentos, tinham que vir da China. Em alguns casos chegou-se mesmo a importar areia, brita, cimento e outros materiais básicos que existiam em Angola.

E é esta a encruzilhada a que chegou o Executivo angolano. Numa altura em que o mundo volta a estar dividido entre os interesses económicos das principais potências, com os EUA e a China em 'extremos opostos', Angola abriu a porta para principal economia mundial, com João Lourenço a entrar, esta semana, na Casa Branca, em Washington. Mas o 'segredo', dizem alguns, deve ser a sã convivência com as várias potências de forma a garantir investimento estrangeiro em Angola.

11.3 UCAN destaca vantagens da parceria entre Angola e China

Jornal O PAÍS

1 De Dezembro de 2023

O vice-reitor para a área de Investigação e Extensão da Universidade Católica de Angola (UCAN), Jerónimo Cahinga, destacou, ontem, em Luanda, as vantagens da cooperação entre Angola e China.

Durante a conferência sobre os "Caminhos para o Desenvolvimento, Estudos e Práticas na China e em Angola", Jerónimo Cahinga disse que as oportunidades de investimento chinês são inúmeras e que a experiência que Angola ganhou com esta cooperação, na última década, "nos dá a entender que se trata de parceiro fiável".

Das vantagens da cooperação, continuou, o país tem a possibilidade de conseguir a inserção num novo eixo de política internacional e de assegurar financiamento necessário para a reconstrução nacional e ao desenvolvimento económico.

Jerónimo Cahinga admite que a projecção da China em Angola resulta, sobretudo, da sua grande capacidade económica para financiar o crescimento e recuperação do país, da vontade firme dos dois governos em fortalecer e diversificar, cada vez mais, a sua parceria.

"Hoje como nunca, a China apresenta-se como um verdadeiro gigante económico e não adormecido", enfatizou.

Entre as oportunidades de investimento chinês, o académico destacou a exploração de recursos naturais e humanos, a redução na taxa de desemprego, passando também pela construção de inúmeras infra-estruturas para impulsionar o desenvolvimento económico e social do país.

China atingiu a meta pobreza zero "As experiências na redução e erradicação da pobreza na China" foi um dos temas abordados na conferência pela professora da Universidade Remin, Xie Lunyu, que realçou que o seu país pode ganhar muito com a experiência de Angola e vice-versa. Fez saber ainda que, actualmente, naquele país asiático, o índice de pobreza extrema já foi erradicado com a implementação de políticas assertivas lideradas pelo governo.

O programa foi pensado com foco nas famílias rurais e nas mais pobres, na medida em que as famílias são devidamente identificadas, cadastradas, analisadas sobre o seu estado de pobreza para, deste modo, poderem beneficiar da subvenção do Estado. Elas são apoiadas com materiais agrícolas para desenvolver o seu trabalho e ganhar o rendimento mensal.

Por outro lado, para incentivar as famílias pobres a enviarem os filhos para a escola, o governo chinês adoptou o sistema de ensino gratuito e obrigatório para todos até aos nove anos.

11.4 Angola e China fortalecem as relações

Jornal de Angola

6 De Dezembro de 2023

O ministro das Relações Exteriores, Tete António, encontra-se, desde terça-feira, em Beijing, capital da República Popular da China, para uma visita de 72

horas, com vista ao fortalecimento e aprofundamento da cooperação bilateral.

Um comunicado do Ministério das Relações Exteriores refere que durante a sua estadia em Beijing, o chefe da diplomacia angolana terá um encontro com o homólogo chinês, além de visitas a empreendimentos comerciais, tecnológicos e culturais do gigante asiático.

À chegada ao Aeroporto Internacional de Beijing, o ministro Tete António foi recebido por Wu Peng, director para África do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China e pelo embaixador extraordinário e plenipotenciário de Angola na China, João Salvador dos Santos Neto.

Fazem parte da comitiva de trabalho os embaixadores Miguel Dialamicua, director para Ásia do MIREX, e Carlos Sardinha Dias, director da Cooperação Internacional.

As relações entre Angola e a República Popular da China são consideradas estratégicas, cujas raízes se baseiam nos anais da história de luta caracterizada por similitudes que ambos os povos e países levaram a cabo para a sua libertação.

O estado actual da cooperação bilateral entre os dois países é tido como privilegiado, com tendência para a sua elevação ao nível de excelente. As relações político-diplomáticas entre os dois países registou um momento marcante em 1983, quando o Governo chinês reconheceu a República de Angola.

O dia 1 de Março de 1983 tornou-se numa data histórica na cooperação bilateral, porquanto ocorreram conversações que culminaram com a assinatura de um Processo Verbal entre delegações dos dois países, que deram origem a vários instrumentos jurídicos, visando o alargamento da cooperação nos domínios Económico, Comercial e Social.

11.5 Angola e China assinam acordo para estimular desenvolvimento no país.

Jornal de Angola
7 De Dezembro de 2023

De acordo com uma nota de imprensa do Ministério das Relações Exteriores, o instrumento jurídico foi assinado pelo chefe da diplomacia angolana, Tete António, e pelo ministro do Comércio da China, Wang Wentao.

Durante o encontro de trabalho com o ministro chinês, Tete António considerou a assinatura do acordo um ganho muito importante para os dois países, quer a nível político quer económico e comercial.

A assinatura do Acordo sobre a Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos, prosseguiu, representa o fim de 12 anos de longas negociações entre as partes, devido a vários constrangimentos agora ultrapassados.

O instrumento jurídico, acrescentou, permite maior garantia ao investidor e estabilidade ao investimento, além de constituir um apoio inequívoco jurídico e legal para que os dois parceiros tenham sempre seguro o desenvolvimento dos negócios recíprocos.

Com a assinatura do novo acordo, Angola e a China pretendem promover uma maior cooperação económica, estimular o fluxo de capitais e o desenvolvimento económico, garantir um quadro estável, transparente e não discriminatório para o investimento entre os dois países.

O documento reconhece a importância de prever meios e procedimentos eficazes para proteger os direitos e interesses em matéria de investimento, ao abrigo da legislação nacional, bem como através da arbitragem internacional, para garantir a estabilidade e confiança entre os investidores dos respectivos países.

O APPRI, esclarece o documento, tem como finalidade demonstrar aos investidores internacionais a existência de um mecanismo legal e de segurança para a realização dos seus investimentos.

No continente, Angola tem acordos nesse domínio com a África do Sul, Guiné-Bissau e Cabo Verde; na Ásia, com o Qatar; e na Europa com Portugal, Espanha, Alemanha, Reino Unido, Itália, Rússia e França.

A arquitectura dos APPRI da última geração deve compreender a definição limitada do investimento e explicar claramente os activos que devem ser protegidos.

O mesmo deve congrega disposições como expropriação indirecta, tratamento justo e da nação mais favorecida, bem como a solução de controvérsias investidor versus Estado: transparência nos procedimentos arbitrais, sessões abertas, publicação de documentos e a participação pública da sociedade civil fazem normalmente parte dos acordos.

De acordo com os dados divulgados durante a 1ª edição do Fórum de Negócios Angola-China (FONAC), realizada em Julho deste ano em Luanda, o saldo da balança comercial entre a China e Angola em 2022 registou um crescimento de 23,3% para 27,34 mil milhões de dólares.

Os números espelham a solidificação da cooperação consecutiva e longínqua com a China, o que torna Angola no segundo maior parceiro comercial do gigante asiático e maior fornecedor do petróleo bruto em África.

Nos últimos anos, o café, a cerveja, o granito e outras especialidades de Angola têm surgido sucessivamente no mercado chinês.

A cooperação entre Angola e a China apresentam resultados significativos e notáveis através de projectos estruturantes em curso, tais como a Central Hidroeléctrica de Caculo Cabaça, o Aeroporto Internacional Dr. António Agostinho Neto, o Porto Caio em Cabinda entre outras infra-estruturas.

Chefe de Estado escreveu ao homólogo chinês Xi Jinping

O ministro das Relações Exteriores, Tété António, entregou ontem, em Beijing, China, uma mensagem do Chefe de Estado, João Lourenço, ao homólogo chinês, Xi Jinping, em que expressa o sentimento de amizade, irmandade e solidariedade que unem os dois governos e povos.

A mensagem foi recebida pelo ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, Wang Yi.

Tété António encontra-se, desde terça-feira, na capital chinesa, para uma visita oficial de 72 horas, no quadro do reforço das relações de amizade e cooperação entre Angola e a China.

Trata-se de uma visita de carácter simbólico visto que o ano de 2023 marca a celebração do 40º aniversário desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países.

Ainda ontem, as delegações de Angola e da China, chefiadas pelos ministros Tété António e Wang Yi, avaliaram o nível das relações de cooperação, com foco no desenvolvimento político, económico e social. As partes, passaram também em revista o quadro jurídico de cooperação bilateral, bem como o seu aprofundamento.

A avaliação do nível de cooperação aconteceu durante um encontro de consultas políticas, em

Beijing, entre as delegações de Angola e da República Popular da China.

No encontro, que durou mais de uma hora e meia, refere o documento que o Jornal de Angola teve acesso, as duas delegações analisaram, também, o processo de integração de Angola e da China a nível regional e internacional. Neste sentido, as partes trocaram impressões sobre a situação internacional do momento e as questões multilaterais.

No que diz respeito ao desenvolvimento político, económico e social entre os dois países, os ministros realçaram o marco do estabelecimento das relações político-diplomáticas entre Angola e a China e debruçaram-se sobre as reformas em curso em Angola, tendo enaltecido os esforços do Governo angolano na busca de condições para o bem-estar da população e a criação de um ambiente propício de negócios.

A nível internacional, Tété António e Wang Yi abordaram o impacto da evolução dos BRICS na economia global, a repercussão internacional dos conflitos entre a Rússia e a Ucrânia e Israel e Hamas, assim como o processo de reforma do Conselho de Segurança da ONU.

11.6 "A África precisa de um parceiro forte e esse parceiro forte é a China"

Jornal Economia e Finanças

8 De Dezembro de 2023

Texto: Edvaldo Lemaos

Tem sido difícil dirigir a CAC desde que chegou?

LC- Alguém disse noutras paragens que as dificuldades forjam homens fortes e os homens fortes constroem nações prósperas, para dizer as dificuldades que encontramos na câmara, não importa enumerar, ela aguçou e forjou a nossa capacidade de dinamismo, para nós podermos estabelecer uma nova estratégia.

Pode fazer uma comparação da CAC entre o antes e o depois da sua chegada?

Inicialmente a.CAC teve dificuldades de instalações, mas os alicerces que foram criados, serviram de base fundamental, para podermos dar continuidade do trabalho, que o presidente cessante Dr. Calado delegou, temos uma CAC com*um rosto que dá dignidade a Angola e à China, no quadro deste processo de cooperação liderado pelo presidente João Manuel Gonçalves Lourenço.

A China é o principal parceiro de Angola, como vê o ambiente de negócios entre os dois países?

Afirmamos que o ambiente de negócios entre os dois países é dos mais saudáveis. Nós podemos falar que o processo de cooperação com a China data de muitos anos, desde os primórdios da nossa independência, mas os acordos assinados a 12 de Janeiro de 1983, amadureceu e abriu o espaço para Angola implementar um programa estratégico de reconstrução das infra-estruturas destruídas, saindo de um conflito de guerra para um país novo.

Por que Angola preferiu financiamento chinês e não ocidental?

O ocidente necessitava de contas correntes e todas informações necessárias de balanças estavam a pedir a Angola, e o país não tinha condições para poder apresentar isso, muitos outros condicionalismo que colocaram à mesa, mas foi nesta altura que fazendo recurso à República Popular da China, sem condicionalismo a China abraçou Angola e começou a financiar as infra-estruturas, e o país em muito pouco tempo conseguiu redinamizar os pequenos e médios negócios.

O que pensa sobre a relação Angola e China, vai ficar por aqui ou pretende crescer mais?

Penso que a relação Angola e China aprofunda-se cada vez mais, e podemos admitir alguns baixos e altos, mas o interesse é de melhorar essa cooperação com a China que é de extrema importância, a China saiu de um país pobre para segunda maior economia do planeta, podemos usar essa experiência para construirmos a Angola que nós queremos.

Qual a importância do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), para a economia angolana?

A FOCAC é uma organização que foi criada no âmbito do estabelecimento das relações do Governo chinês com os países africanos, então a África para sair da situação em que se encontra, precisa de um parceiro forte, e a China é um parceiro forte. Portanto, se África for um continente que interage por si, poderá construir a capacidade interna, e isso passa necessariamente pela industrialização.

O senhor nos quer dizer que nenhum continente trouxe soluções para África como a China?

A África está em cooperação com outros continente, durante muitos anos » mas ninguém trouxe uma solução igual a que a China trouxe, só para dizer, que em 2015 na conferência de Joanesburgo, a China definiu 10 planos de cooperação com o Continente

Africano, e não só definiu, mas financiou os 10 planos, colocou recursos para o continente avançar.

Que volume financeiro a China colocou é disposição de África para sustentar esses 10 planos.

Os dados que temos, nos dizem que a China nestes 10 planos, colocou 60 biliões de dólares inicialmente, só em 2015, o que nos anima, é a questão do desenvolvimento da agricultura, a industrialização do contingente, a interconexão e construção de infra-estruturas competentes, para habilitar o continente a ter uma capacidade interna e a não interferência nas questões políticas desses países.

Recentemente o ministro da coordenação económica esteve a visitar a câmara de Comércio Angola e China, que expectativas surgiram depois?

Com base na reunião que tivemos com o Presidente da República João Lourenço o novo ministro da coordenação económica despoletou o programa de CAC, para saber que investimentos existem. Durante a visita ministro reuniu-se com nats de empresários chineses para lhe transmitirem a gern de conforto e de coragem, temos grandes expectativas por causa do pragmatismo dentro de estado e a capacidade rápida de comunicação mento das nossas preocupações.

Como vê a dívida e a dinâmica Petróleo, nas trocas comerciais Angola-China

Se olharmos para o ma temos presente, a maior I das exportações para China os recursos petrolíferos, é o maior parceiro comei China em África, nós ti dívida com a China de 1 biliões devido a reconstrução do país, essa dívida está a ser amortizada, e a maior p; petróleo vai para o paga da dívida, se estamos 1 de 25 biliões em 2017, hoje vamos a falar talvez de 19.4 de USD, é preciso ver o que o Executivo angolano estado a fazer para a redução desta dívida.

O número de empresas chinesas em Angola, já ultrapassou as 400 unidades, quantas empresas a CAC controla?

A CAC até agora pode dizer que ela tem 112 empresas, dessas tem médias e grandes e tem 7 grandes associações, também podemos enfatizar que os chineses em Angola, também se organizaram em associações de acordo com a origem por província, o poder económico e a capacidade organizacionais dessas associações depende muito do poder económico e das estratégias das províncias de origem, eles organizaram-se em associações em Angola, e as mesmas são filiadas da Camara de comercio, portanto há associação em que nós encontramos, 50 ou 300 empresas, nós estamos a fazer um trabalho de mapeamento, para que as associações nos entregam o

numero exato das empresas que têm, para sabermos como é que essas empresas estão distribuídas a nível do país, em que industria e sectores operam.

Quais das empresas associadas a CAC tem o maior investimento de capital inicial

É um pouco difícil avaliar as empresas que estão a fazer maior investimento, porque todas elas estão a apresentar investimento de muitos milhões de dólares, de uma forma muito flutuante, esse projecto do Sho-ping KikUxi foi de 70 milhões, agora estão a fazer um investimento de 1 bilião, os outros que fizeram um investimento de 200 milhões ontem, agora estão a fazer de 400 a 600 milhões de dólares, depende muito, mas nós temos algumas empresas chaves, aquelas que estão a fazer investimentos na área da electricidade, outras na indústria transformadoras, os investimentos vão aumentando porque acham maior confiança em Angola. Pode nos falar um pouco sobre o FONAC

FONAC foi uma iniciativa da CAC, que significa Fórum de Negócios Angola e China, realizamos a primeira edição ela vai continuar, vamos realizar anualmente, mais forte para captação de investimento estrangeiro, é uma espécie do FOCAC, queremos que em 2024 tenha mais peso ainda, e queremos tudo fazer para que esse FONAC se realize na China.

Os investimentos chineses em Angola na tecnologia digital ganharam um forte impulso, diga-nos quantas empresas investiram neste sector

Já há muitas empresas neste sector a investirem em Angola, mas podemos destacar aqui duas grandes empresas, da economia digital, vivemos hoje um mundo interdependente, um mundo de muitos desafios, que se transformou numa aldeia global. Temos em Angola a HUWAWI e a ZTE, foram feitos investimentos de mais de 85 milhões de Usd e infra-estruturas tecnológicas, e com uma aposta de formar mais de dez mil jovens até 2027, a Huawei bateu todos os recordes, declarou 133 biliões de dólares em seu proveito em 2022, já a empresa a*ZTE declarou 16 biliões Usd, temos em Angola dois gigantes que devem ser de facto aproveitados, para podermos revolucionar a era digital no nosso país.

Qual o impacto económico da iniciativa cinturão e rota em África

De facto é o novo desafio, esse é o projecto do século 21, o mega projecto está avaliado em 8 triliões, de Usd, faz lembrar o plano Marshall, que aconteceu em 1947, depois da segunda guerra mundial, quando os Estados Unidos da América, financiou a

reconstrução da Europa, é igual à réplica da seda, que existiu 2000 anos antes de Cristo. A China está a procurar a forma de dominar a terra e o mar. Vai acelerar de facto o desenvolvimento do Continente Africano, do ponto de vista de infra-estruturas de tecnologia, por outro lado dará sustentabilidade, ao livre comércio que a África pretende criar para sua afirmação.

Já se pode dizer que o investimento, da China em Angola criou grande número de empregos e tem diversificado a economia?

Com certeza de facto, olhando para o investimento que as empresas chinesas têm feito, centros comerciais, fábricas de transformação, escolas técnicas centros tecnológicos, a maior parte de empregados que encontramos são angolanos estão aprendendo novos ofícios e novas tecnologias.

Disse uma vez que a China não veio de má fé, pode sustentar essa afirmação?

Angola é um país soberano, com instituições credíveis e defendem os interesses mais nobre dos angolanos, e todas as relações criadas do ponto de vista de cooperação são cria-me sustento de forma honesta, a China não veio para aqui de má fé, veio para estabelecer uma relação de irmandade e de negócios cujos benefícios deve reflectir, para os dois povos e nações.

Como se explicam as empresas chinesas que ainda dão más condições de trabalho aos funcionários

Não são só as empresas chinesas, o problema é que a China está na moda, com outras empresas também acontece, precisamos sim, é de trabalhar mais, para isso é necessário falarmos do espírito de consciencialização, responsabilização também. As empresas que vieram para se instalar no nosso país, vieram para ensinar, transferir experiência aos angolanos, e para criarem relações que perdurem por muitos anos, precisamos de sacrifício e muito trabalho, a prosperidade do povo dá estabilidade política.

A presença chinesa em África é analisada por muitos críticos pró-ocidental como um novo colonizador, qual o seu ponto de vista?

A lapidação dos recursos africanos deixou o continente para trás, todos 65 planos que foram tomados até hoje pelo ocidente, no que diz respeito ao financiamento para a África, são feitos com juros muito altos, para permitir que o Continente Africano continue no mesmo espaço. A única ajuda que tivemos foi a divisão do continente em 54 pedaços na conferência de Berlin, em que nós não participamos.

A China olhou para o Continente Africano e trouxe as iniciativas, para inverter o quadro, é isso que chamam de colonização, essa China, que hoje está a criar infra-estruturas, cujos empresários aqui não repatriam os seus dividendos, mensagem que muitas empresas passam, é que aqui não é um bom lugar para ficar o teu dinheiro, é infeliz que alguns angolanos participam disso, delapidaram o erário e deixaram o dinheiro lá fora, se nós não mudarmos a forma de pensar, e termos um espírito.

11.7 Angola quer mais investimento chinês em Pólos de Desenvolvimento

Jornal de Angola
10 De Dezembro de 2023

O convite foi formulado durante um encontro que o chefe da diplomacia angolana manteve sexta-feira, em Shenzhen, República Popular da China, com as autoridades daquela província chinesa.

Além das reformas legais realizadas pelo Governo, o ministro das Relações Exteriores partilhou com os empresários chineses que constam da Agenda do Executivo acções que visam incrementar e melhorar as condições das vias que ligam o campo às cidades e vice-versa.

De acordo com a nota enviada ao Jornal de Angola, Tété António destacou, entre os vários projectos em curso, os Pólos de Desenvolvimento Industrial e os Parques Industriais Rurais, infra-estruturas de localização industrial, dedicadas à concentração de unidades industriais, onde os empreendedores podem instalar fábricas de grande, médio e pequeno porte.

Essas infra-estruturas de localização industrial, refere o comunicado, têm sido muito procuradas pelos investidores, principalmente os que se dedicam à indústria transformadora, com visão para a conquista de mercados intra-africanos, no contexto da integração económica regional, quer a nível da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) e da SADC.

Tété António disse que a visita teve como objectivo reforçar a cooperação bilateral entre Angola e a China. " O objectivo do Governo angolano é desenvolver a agricultura e a indústria transformadora, garantir o escoamento da produção nacional, aproveitando-se da extensa rede de infra-estruturas de transportes e logística optimizada.

No quadro da visita de trabalho de 72 horas, Angola e a República Popular da China rubricaram, na

quarta-feira, na cidade de Beijing, um Acordo sobre a Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos (APPRI), que visa estimular o fluxo de capitais e o desenvolvimento económico entre os dois países.

O instrumento jurídico foi assinado pelo chefe da diplomacia angolana, Tété António, e pelo ministro do Comércio da China, Wang Wentao.

Durante o encontro de trabalho com o ministro chinês, Tété António considerou a assinatura do acordo um ganho muito importante para os dois países, quer a nível político, quer económico e social.

A assinatura do Acordo sobre a Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos, prosseguiu, representa o fim de 12 anos de longas negociações entre as partes, devido a vários constrangimentos agora ultrapassados.

O instrumento jurídico, acrescentou, permite maior garantia ao investidor e estabilidade ao investimento, além de constituir um apoio inequívoco jurídico e legal para que os dois parceiros tenham sempre seguro o desenvolvimento dos negócios recíprocos.

Com a assinatura do novo acordo, Angola e a China pretendem promover maior cooperação económica, estimular o fluxo de capitais e o desenvolvimento económico, garantir um quadro estável, transparente e não discriminatório para o investimento entre os dois países.

O documento reconhece a importância de prever meios e procedimentos eficazes para proteger os direitos e interesses em matéria de investimento, ao abrigo da legislação nacional, bem como através da arbitragem internacional, para garantir a estabilidade e confiança entre os investidores dos respectivos países.

11.8 Siderúrgica do Cuchi prepara 25 mil toneladas de ferro gusa para exportar

Jornal de Angola
15 De Dezembro de 2023
Texto: Carlos Paulino

O director-geral de Produção da CSC, Wilton de Oliveira, disse à reportagem do Jornal de Angola que os comboios do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes (CFM) estão a transportar a produção do Cuchi para o Porto do Namibe, onde já estão armazenadas cerca de duas mil toneladas de ferro gusa, aguardando o carregamento no navio.

A Companhia Siderúrgica do Cuchi, inaugurada oficialmente no dia 31 de Agosto deste ano, produz uma média diária de 180 a 200 toneladas de ferro gusa.

"Neste momento, estamos a fazer o stock no Porto do Namibe para se fazer o carregamento no navio até Março do próximo ano", disse.

No mês passado, a CSC realizou a sua primeira exportação de 19.400 toneladas de ferro gusa, negociada com a empresa inglesa Tranding que se responsabiliza pela venda da matéria-prima em diferentes mercados internacionais.

Arrecadação

O preço do ferro gusa nos mercados internacionais ronda os 390 dólares por tonelada, sendo que a Companhia Siderúrgica do Cuchi espera arrecadar mais de oito milhões de dólares.

Face ao aumento da procura, a CSC projecta exportar, anualmente, cerca de 100 mil toneladas de ferro gusa para os principais mercados internacionais, permitindo arrecadar mais de 60 milhões de dólares.

Wilton de Oliveira explicou que o ferro gusa é muito procurado devido a sua importância nas indústrias internacionais que usam a referida matéria-prima para o fabrico de carros, armamento, frigoríficos, entre outros equipamentos, assim como varões e tubos para a construção ou reabilitação de imponentes infra-estruturas.

Aumento da produção

A empresa perspectiva, para o próximo ano, o aumento da produção e o arranque da montagem da segunda unidade fabril que terá uma capacidade para produzir cerca de 400 toneladas de ferro gusa por dia .

Segundo Wilton de Oliveira, a intenção da CSC é ampliar os negócios para que haja maior arrecadação de receitas e também aumento de postos de trabalho, sobretudo para a juventude da província do Cuando Cubango e em geral do país.

Actualmente, a Companhia Siderúrgica do Cuchi conta com 239 trabalhadores na unidade fabril de produção de ferro gusa, 1.300 no fabrico de carvão e 60 na mina do Cutato, onde é extraído o minério.

Com a entrada em funcionamento da segunda unidade fabril prevista para o próximo ano, a CSC prevê produzir diariamente 600 toneladas de ferro gusa e contar com um número de mais de 2.500 funcionários.

Para a construção da primeira fase da Companhia Siderúrgica do Cuchi, foram gastos cerca de 90 milhões de dólares e o projecto está implantado numa área total de 62.500 hectares, onde a parte fabril ocupa 2.500 hectares e os restantes 60 mil hectares estão destinados a silvicultura, com plantio de eucaliptos e aproveitamento do material lenhoso, garantindo assim a sustentabilidade do ambiente.

Wilton de Oliveira salientou que a CSC continua a fornecer o minério fino do ferro gusa e escória à Cimangola, matérias-primas que são usadas com outros produtos para o fabrico de cimento.

Fez saber que desde o ano passado, a Companhia Siderúrgica do Cuchi forneceu à Cimangola cerca de 80 mil toneladas de minério fino de ferro gusa e quatro mil toneladas de escória.

O director-geral de Produção da CSC garantiu que a sua instituição tem stock suficiente de minério fino do ferro gusa e escória, para fornecer à Cimangola e outras empresas interessadas, uma vez que a mina do Cutato, que dista a 60 quilómetros da sede municipal do Cuchi ,tem uma capacidade de exploração de 50 anos.

Reflorestamento

A Companhia Siderúrgica do Cuchi trabalha, também, no processo de plantio, sendo que a meta deste ano é de plantar 300 mil mudas de eucaliptos, sendo que até ao momento, já foram plantadas mais de 50 mil árvores.

"Esta é uma árvore que traz vários benefícios em relação ao processo de produtividade, e consequentemente a mais indicada para o plantio, tendo em vista que dentro de cinco anos, vamos estar a cortar os eucaliptos que estamos a plantar neste momento", disse.

Wilton de Oliveira assinalou que para este ano a Companhia Siderúrgica do Cuchi tem como estimativa explorar uma área de 10 mil hectares de árvores e trabalhar no reflorestamento da mesma zona.

Destacou que a intenção da CSC é repovoar sempre as áreas de exploração de madeira para o fabrico de carvão, no sentido de se acautelar a desflorestação que pode causar alguns fenómenos naturais, com realce para o aquecimento, estiagem e outros males que prejudicam a vida dos seres humanos no planeta terra.

Activos importantes

No encerramento da jornada de revitalização, transportação e exportação, minério de ferro e rochas ornamentais que decorreu no início deste mês na cidade de Menongue, a vice-governadora do Cuando Cubango para o Sector Político, Social e Económico, Helena Chimena, afirmou que ficou provado que a existência de recursos minerais, como o ferro gusa e rochas ornamentais, e infra-estruturas ferroviárias do CFM e do Porto do Namibe, constitui activos importantes para o desenvolvimento económico e sustentável na região Sul.

Salientou que a jornada permitiu ainda reflectir sobre as medidas de facilitação para a transportação e exportação dos minerais e rochas ornamentais produzidas nas províncias do Cuando Cubango, Huíla, Cunene e Namibe.